NORMA BARBOSA NOVAES MARQUES

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA: FUNÇÕES RESUMO, CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIA

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientadora: Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto

2014

Novaes-Marques, Norma Barbosa.
A relação conclusiva na língua portuguesa : funções resumo, conclusão e consequência / Norma Barbosa Novaes Marques. -- São José do Rio Preto, 2014
160 f. : il.

Orientador: Erotilde Goreti Pezatti
Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Funcionalismo (Linguística) 4. Língua portuguesa - Conjunções. 5. Língua portuguesa – Português falado. 6. Linguística de corpus. I. Marques, Norma Barbosa Novaes. II. Pezatti, Erotilde Goreti. III. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. IV. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

NORMA BARBOSA NOVAES MARQUES

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA: FUNÇÕES RESUMO, CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIA

São José do Rio Preto
2014

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti – Orientadora
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio
UEM – Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Maria da Conceição Auxiliadora Paiva
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Eduardo Penhavel
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Suplentes

Profa. Dra. Beatriz Nascimento Decat
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Maria Célia Pereira Hernandes Lima
USP- Universidade Estadual Paulista

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Rios sem discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase a frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

João Cabral de Melo Neto

DEDICATÓRIA

A Deus, pela indescritível companhia nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti, minha orientadora, minha inspiração acadêmica desde a graduação, pelo particular cuidado e incentivo em todos esses anos; pela generosidade intelectual ao compartilhar conhecimentos com os iniciantes na pesquisa científica e pela constante preocupação em mostrar o valor da ética e da humildade; pela orientação precisa e esclarecedora, sempre levando à reflexão científica dos fatos linguísticos; por estar presente, direta e indiretamente, em todas as minhas conquistas profissionais.

Ao Prof. Dr. John Lachlan Mackenzie, meu co-orientador no ILTEC, em Lisboa, por quem tenho um grande admiração pessoal e intelectual, pela forma carinhosa como me recebeu em terras distantes; por me ensinar a ser uma pesquisadora com mais autonomia e persistência; por me fazer ter a certeza de que sou uma "gdefiana" apaixonada pela teoria.

À Profa. Dra. Luciani Ester Tenani, minha orientadora de qualificação especial, pelo plantio cuidadoso de novas sementes em minha formação acadêmica e por despertar minha curiosidade e paixão pela fonologia.

À querida Margarita Correia, Presidenta da direção do ILTEC, que me contagiou com sua vontade de lutar por mais justiça, humanidade e respeito pelo outro, e assim permitiu sentir-me com um coração lusitano por alguns meses.

Aos sempre companheiros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, Ana Paula, Ana Maria, Aliana, Cibele, Daniela, Edson, Flávia, Gisele, Joceli, Lisângela, Marize, Michel, Roberto, Sandra, Taísa, Talita, Valéria, por me ajudarem a dar os primeiros passos na compreensão da GDF e pelas generosas contribuições ao meu trabalho. Especialmente aos amigos Michel, Joceli e Talita, por ouvirem paciente e atenciosamente minhas hipóteses de análise e assim colaborarem para este estudo, e à Aliana, à Ana Maria, à Joceli, à Lisângela e

à Talita, amigas de viagens inesquecíveis durante o doutorado, pela singular companhia regada de momentos incríveis.

Aos pesquisadores que aceitaram o convite para compor a comissão de exame de qualificação, Prof. Dr. Lachlan Mackenzie e Prof. Dr. Eduardo Penhavel, pela leitura cuidadosa do texto e pelas sugestões que permitiram aprofundar as reflexões sobre o tema da tese.

Aos pesquisadores que aceitaram o convite para compor a comissão avaliadora desta tese, Prof. Dra. Maria da Conceição Auxiliadora Paiva, Prof. Dr. Eduardo Penhavel, Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza, Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio, Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa, Beatriz Nascimento Decat, Profa. Dra. Maria Célia Pereira Hernandes Lima, pelas contribuições que enriqueceram este estudo e alargaram horizontes para pesquisas vindouras.

Aos docentes do Ibilce, especialmente à Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, pelo incentivo para a realização do Estágio de Doutorado no exterior, pelos conselhos e consolo antes da partida; à Profa. Dra. Anna Flora Brunelli, que, na chefia do Departamento, deu-me a oportunidade de realizar um sonho guardado desde a oitava série: ser professora da UNESP.

Aos funcionários da Pós-Graduação do IBILCE, especialmente à Rosimar e à Sílvia, pela competência e generosidade sempre presente nas orientações, mas, sobretudo, pela sensibilidade necessária nos momentos de corrida contra o tempo para organizar a documentação do PDSE.

À CAPES, pela fomento a minha pesquisa durante todos os anos do doutorado e pela singular oportunidade de crescimento intelectual e pessoal durante o Estágio de Doutorado em Portugal.

Especialmente ao meu marido, Marcelo, por ter abraçado meu projeto pessoal e por aceitar adiar por um tempo nosso maior sonho; pelo auxílio espiritual em oração; por me trazer a paz necessária nos momentos difíceis; pelo companheirismo que nunca faltou, mesmo quando um oceano se colocava fisicamente entre nós; por colocar literalmente as mãos neste trabalho em várias etapas; pela singular generosidade demonstrada em todo esse período; enfim, por todas as evidências de um amor verdadeiro.

Aos familiares, por serem o que são, sendo sempre comigo todo tempo, mesmo nos vários momentos de ausência. Aos meus pais, Amélia e Acedilo, que souberam conjugar em minha formação cuidado e desprendimento, e assim me ensinaram a alçar voos sempre mais altos do que a minha realidade permitia. Aos irmãos e irmãs, Noemi, Noêmia, **Noeli**, Edh Carlos e Edeir; aos sobrinhos crescidos, Carlos Henrique, Jônatas e Roberta, e às fofas sobrinhas adolescentes, Ana Carolina, Laís e **Maria Amélia**; à minha sogra, D. Luciana, e a minha cunhada, Fabiana. Sem cobranças, todos compreenderam minha acentuada distância nesta longa fase de estudo.

Aos amigos da Comunidade Cristã Renovada de Lisboa, especialmente à Amanda Sniecikoski, que me acolheu na igreja e me deu a oportunidade de conhecer pessoas incríveis em Portugal: Pr. Albert, Pr. Leopoldo, Pra Loide, Letícia, Lívia, Rose, Rui, Nicole, Lael, Patrícia, Luis Carlos, Helena, Paulina, Gregória, Corsino, Socorro, Rosa, Jô, Alexandrina, pessoas preciosas que Deus colocou em meu caminho para oferecer abrigo espiritual e trazer alegria aos meus dias, para que eu suportasse a ausência do Marcelo, da família e dos amigos do Brasil.

Aos muitos amigos da Igreja Metodista em São José do Rio Preto, especialmente ao Pastor Kleyson e à Lídia, pelo apoio e incentivo em todos os momentos e pelas constantes orações que sempre traziam paz ao meu coração, tantas vezes ansioso e aflito. Mirtes, Ana

Júlia, Flávia, Elisa, Taniani, Patrícia, Márcia, Natália, Milena, Nain, enfim, agora posso responder que acabou!

Sobretudo, a Deus, pois, com seu amor incondicional, colocou todas essas pessoas ao meu lado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... p. 17

CAPÍTULO I: ESTUDOS DA RELAÇÃO CONCLUSIVA: AVANÇOS E LIMITES ..... p. 21

1.1 As conjunções conclusivas..... p. 24

1.2 A articulação da relação conclusiva..... p. 35

1.3 Avanços e limites na definição de relação conclusiva..... p. 41

1.4 Flutuações na descrição das propriedades da relação conclusiva..... p. 50

CAPÍTULO II: QUADRO TEÓRICO: A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL..... p. 53

2. A Gramática Discursivo-Funcional..... p. 53

2.1 Nível Interpessoal ..... p. 62

2.2 Nível Representacional..... p. 66

2.3 Nível Morfossintático ..... p. 68

2.4 Nível Fonológico ..... p. 71

CAPÍTULO III: CÓRPUS E METODOLOGIA..... p. 76

3.1 Córpus ..... p. 76

3.2 Metodologia ..... p. 78

CAPÍTULO IV: A RELAÇÃO CONCLUSIVA: FUNÇÕES CONSEQUÊNCIA, CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIA..... p. 83

4.1 A relação conclusiva..... p. 83

4.2 Relação conclusiva Consequência ..... p. 89

4.3 Relação conclusiva Conclusão ..... p. 95

4.4 Relação conclusiva Resumo..... p. 107

CAPÍTULO V: PROPRIEDADES DA RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA..... p. 119

5.1 Propriedades da Função Interacional Resumo..... p. 120

5.2 Propriedades da Função Retórica Conclusão..... p. 128

5.3 Propriedades da Função Semântica Consequência..... p. 143

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... p. 148

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... p. 154

LISTA DE FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS

Capítulo I

Figura 1. Continuum de elementos conclusivos (PEZATTI, 2001, p. 93) ..... p. 28
Quadro 1. Variação na denominação do elemento juntor nas orações conclusivas ..... p. 30
Figura 2: Propriedades das conjunção conclusiva (OLIVEIRA, 2011, p. 149) ..... p. 42
Figura 3. Definição de relação de conclusão (CARLOS; MARCU, 2001) ..... p. 43
Figura 4. Diagrama com relação de conclusão na microestrutura – MD introduz inferência (ALVES, 2013) .....p. 43
Figura 5. Diagrama com relação de conclusão na macroestrutura – MD no fechamento de tópico (ALVES, 2013) ..... p. 43
Quadro 2. Flutuação na descrição das propriedades da relação conclusiva.....p. 52

Capítulo II

Figura 6. Escala das teorias: do extremo formal ao extremo funcional (BUTLLER, 2008, p. 149, apud SANTANA, 2010, p. 39) .....p. 53
Figura 7. Layout geral da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13) ..... p. 59
Figura 8. A constituição da Expressão Linguística (Adaptado de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 309) ..... p. 68

Capítulo IV

Figura 9. Função Semântica Consequência ..... p. 93
Figura 10. Função Retórica Conclusão ..... p. 104
Figura 11. Função Interacional Resumo ..... p. 115

Capítulo V

Figura 12. Limites de Movimentos de A e B na Função Retórica Resumo .....p. 126
Figura 13. Frases Entonacionais em Função Retórica Conclusão: presença de pausa nas fronteiras ..... p. 130
Figura 14. Frases Entonacionais Função Conclusão: ausência de pausa nas fronteiras ... p.132
Figura 15. Frases Entonacionais na Função Retórica de Conclusão*:* ausência de pausa na fronteira ..... p. 137
Figura16. Duração das Frases Entonacionais na Função Conclusão ..... p. 139
Figura 17. Duração da pausas entre Frases Entonacionais na Função Conclusão ..... p. 139
Figura 18. Frases Entonacionais na Função Consequência: extensão da pausa ..... p. 142

Quadro 3. Propriedades da relação conclusiva.....p. 152

RESUMO

Este estudo, intitulado *A relação conclusiva na língua portuguesa: Funções Resumo, Conclusão e Consequência*, analisa a relação conclusiva que se realiza por meio das tradicionalmente denominadas conjunções *então* e *portanto*, em dados de língua falada nos países lusófonos. Para tanto, utiliza o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Como universo de pesquisa, foram selecionados dados do córpus denominado "Português oral", que traz amostragens das variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O resultado da análise mostra que há três diferentes funções de relação conclusiva: Função Interacional Resumo, Função Retórica Conclusão e Função Semântica Consequência. A principal distinção entre os três subtipos deve-se ao fato de as relações serem implementadas em níveis e camadas diferentes, o que esclarece a flutuação na definição de conclusão encontrada na bibliografia linguística. O estudo revela que ora há uma relação mais direta entre as orações envolvidas na relação conclusiva, a que denominamos Consequência, ora a relação é mais indireta, já que há uma premissa implícita, aqui denominada Conclusão, ora a relação ocorre entre porções textuais maiores, para sintetizar uma explanação anterior, denominada, então, Resumo. Verifica-se que aspectos da Formulação, seja no Nível Interpessoal, caso das Funções Resumo e Conclusão, seja no Representacional, caso da Relação Consequência, são refletidos nos níveis de codificação morfossintática e fonológica.

PALAVRAS-CHAVE: Relação conclusiva; *então*; *portanto*; Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This study, entitled *The relation of conclusion in Portuguese: the Functions of Summary, Conclusion and Consequence,* analyses the conclusive relation when performed by the traditionally denominated conjunctions *então* (so) and *portanto* (therefore) in spoken language data in Portuguese-speaking countries. To achieve this objective, this work uses Functional Discourse Grammar (FDG), from Hengeveld and Mackenzie, as a referential. The model focuses on the communicative intention of the speaker when using the linguistic system in situations of interaction. The *corpora* concerns data from the corpus denominated "Oral Portuguese", which brings samples from Portuguese spoken in Portugal, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Sao Tome and Principe and East-Timor. The results show that there are different functions of conclusive relation: The Interactional Function Summary, The Rethorical Function Conclusion and the Semantic Function Consequence. The principal distinction among the subtypes is the implementation of them in different levels and layers, what clarifies the fluctuation on the definition of conclusion found in the linguistic bibliography. The study reveals that at times there is a more direct relation between the involved clauses, denominated Consequence, at other times the relation is more indirect, indicating an implicit premise, denominated Conclusion, and sometimes the relation happens between larger textual portions, to summarize a previous explanation, denominated Summary. It is possible to access that aspects of Formulation, in the Interpersonal Level, in the cases of the Functions of Summary and Conclusion, and in the Representational Level, in the case of the Relation of Consequence, are reflected in the levels of morphosyntactic and phonological codification.

KEY WORDS: Relation of conclusion; *então* (*so*); *portanto* (*therefore*); Functional Discourse Grammar.

Introdução

É notória e consensual a relevância das palavras que compõem a classe tradicionalmente denominada conjunções, que têm como uma das funções o importante papel de relacionar elementos em um texto, sejam sintagmas ou orações, tanto na modalidade falada quanto na escrita.

Na contramão dessa visão de que a conjunção é, em muitas línguas, um elemento fundamental na construção de textos, encontra-se na maioria das gramáticas e materiais didáticos uma apresentação um tanto reduzida ou circular desses elementos. A descrição, na grande maioria das vezes, se atém à classificação quanto aos aspectos sintáticos (processos de coordenação ou subordinação) ou semânticos (aditivas, conclusivas, consecutivas, adversativas, temporais, concessivas etc). Não raras vezes, há 'explicações' em que se afirma que, por exemplo, uma oração coordenada conclusiva é aquela em que uma conjunção estabelece uma conclusão obtida a partir da primeira oração, evidenciando uma explicação tautológica. É dessa forma que muitos alunos verão o funcionamento desses elementos relacionais, algo improdutivo que não o levará a refletir sobre o funcionamento efetivo da língua, fato que mostra a relevância da pesquisa que este trabalho descreve.

Além disso, especificamente a respeito da relação conclusiva, há muitas divergências nos estudos de articulação textual, tais como as unidades linguísticas que podem ser relacionadas (termos, orações ou porções textuais maiores); os processos sintáticos de formação do período (coordenação ou subordinação); a denominação do elemento juntor (conjunção ou advérbio, conector etc), além do conjunto de elementos mencionados para estabelecer a relação conclusiva. Dessa forma, faz-se necessário investigar todos esses

aspectos que compõem a relação conclusiva, a fim de que se possa compreender melhor o funcionamento da relação conclusiva no português.

Já há algum tempo, esse tipo de descrição vem sendo questionado e novos estudos trazem luz para o problema. Muitos tomam por vezes os aspectos sintáticos, mediados ou não pela pragmática, em uma análise com precisão e propriedade, porém sem considerar a interação entre os diferentes níveis de análise linguística (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico). Uma descrição mais completa engloba não somente a análise desses níveis, mas também a relação existente entre eles, o que pode trazer explicações mais satisfatórias para o estudo de elementos que estabelecem relações entre partes do texto.

Este é o objetivo principal desta pesquisa, ao analisar a relação conclusiva em dados de língua falada nos países lusófonos, usando, para tanto, o aparato da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF) de Hengevel e Mackenzie (2008), um modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Especificamente, objetiva-se investigar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas da relação conclusiva que se estabelece por meio de conjunções simples no português oral.

Busca-se uma análise que valorize não apenas aspectos formais do processo (notadamente os morfossintáticos), mas também os aspectos pragmáticos e semânticos atrelados à relação conclusiva. A GDF, ao propor que o componente gramatical está organizado em níveis e camadas, considera que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico se apresentam como autônomos, por contarem com categorias próprias, porém apresentam interdependência, devido à possibilidade de haver motivações semânticas e pragmáticas para a codificação morfossintática e fonológica. Desta forma, em função do foco deste trabalho, a GDF se apresenta como adequada, visto que há, neste trabalho, a procura por motivações pragmáticas ou semânticas para construção da relação

conclusiva, e o modelo teórico adotado considera a gramática como um componente integrado aos níveis mencionados.

Uma das hipóteses que subjazem a este trabalho é a de que a relação conclusiva não é apenas semântica, como comumente é descrito na maioria dos trabalhos, mas envolve também a pragmática, pois ocorre entre atos de fala, o que leva a questionar a ideia de que há lógica nessa relação, como mencionado em gramáticas brasileiras e portuguesas e mesmo em estudos mais recentes sobre esse objeto de estudo. Busca-se também uma explicação mais adequada para as descrições que consideram expressões como "efeito", "resultado" ou "consequência" adequadas para definir a relação conclusiva. Assim, chega-se à segunda hipótese, a de que casos assim correspondem à relação de consequência[1], e não de conclusão em sentido estrito. Como terceira hipótese, acredita-se que há subtipos de relação conclusiva, a depender das intenções do falante na situação de interação. Como decorrência dessa hipótese, por fim, cada subtipo, apesar de algumas similaridades, apresentam diferentes propriedades.

Para análise do fenômeno linguístico em foco, foram selecionados os dados obtidos no córpus denominado "Português oral", desenvolvido no âmbito do Projeto "Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais", que traz amostragens de variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. Trata-se de um córpus de língua falada que possibilita o alcance do objetivo proposto, qual seja o de descrever a relação conclusiva no português, sem a intenção de comparação entre todas as variedades.

O texto deste trabalho encontra-se dividido em cinco partes. No primeiro capítulo, são apresentadas as discussões resultantes dos principais estudos teóricos sobre a relação conclusiva, partindo de gramáticas brasileiras e portuguesas e seguindo com estudos

[1] Não se trata das tradicionais relações consecutivas, apontadas pelos gramáticos, mas de um outro tipo que será descrito no quarto capítulo deste texto.

linguísticos contemporâneos; no segundo capítulo, encontra-se uma síntese do modelo teórico adotado para o estudo, a GDF; no capítulo 3, apresentam-se a metodologia e o córpus do trabalho; no capítulo 4, a partir do ponto de vista da GDF, conceitua-se a relação conclusiva, com uma proposta que apresenta três subtipos: Função Semântica Consequência, Função Retórica Conclusão e Função Interacional Resumo; no capítulo 5, por fim, caracteriza-se a relação conclusiva, mostrando as propriedades de cada um dos subtipos no português, em relação aos níveis e camadas propostos pelo modelo teórico. Ao final deste texto, encontram-se as considerações finais.

Capítulo I. Estudos sobre a relação conclusiva: avanços e limites

O processo de articulação oracional e textual é objeto de pesquisa na área de estudos linguísticos, sendo o foco da grande maioria a descrição de características sintático-semânticas das formas linguísticas que estabelecem articulação entre partes do texto. Alguns estudos consideram aspectos pragmáticos na análise dos articuladores textuais, mas sem considerar a interação entre os diferentes níveis de análise linguística (pragmático, semântico, morfosssintático e fonológico), o que leva a uma visão mais restrita do objeto em discussão.

Especificamente quanto à relação conclusiva, há várias estratégias para se construir essa relação. A introdução de uma conclusão, em sentido geral, pode ser feita por meio de alguns verbos (*finalizando, concluindo*) ou ainda pela simples ligação interparágrafos estabelecida por meio de relações semânticas.

Defendi (2013), em estudo que demonstra um avanço em relação aos estudos da tradição gramatical, aponta vários itens linguísticos usados para mostrar a relação conclusiva entre porções textuais em textos do tipo dissertativo-argumentativo, tais como *dessa forma, de acordo com isso, sendo assim, em vista dos argumentos apresentados, em virtude do que foi mencionado, assim, levando-se em conta o que foi observado, por todas estas ideias apresentadas, tendo em vista os aspectos observados, por tudo isso, dado o exposto* etc. Trata-se de casos de conclusão no sentido de finalizar um processo de interação, com uso de elementos linguísticos que sinalizam encaminhamento de final de texto, denominados pela autora marcadores de conclusão textual. O exemplo a seguir mostra um uso de *portanto* usado para finalizar a interação:

(01) Mas esse cenário mudou pós teoria física da indeterminação de Heisenberg, e com o surgimento de filósofos fenomenólogos-existencialistas, eles descreveram de outra forma os valores humanos nas ciências. Pensadores como Jean Paul Sartre e Maurice Merleau Ponty trouxeram à tona que o mundo natural (que a ciência explica) é incompatível com o

> mundo sensorial (aquele que interpretamos), por exemplo ao ver um tijolo os olhos não enxergam moléculas de silício e calcário que compõem o bloco, ao ver um limão não se vê apenas o verde, mas a forma, o cheiro e a textura dele, não atributos vegetais desprovidos de um significado sentimental. **Portanto** o homem não deve deixar a ciência negar sua condição de existência; mesmo ao pesquisador, cada um põe um significado atrelado àquilo que sente. É por isso que ao ver um mesmo quadro em dias distintos, alguém pode gostar num dia daquele, noutro achar feio.
> **Portanto** os sentidos não são o limite do ser humano, como acreditavam muitos racionalistas, senão que, fazem parte de sua identificação como ser humano no mundo. (DEFENDI, 2013, p. 34)

De acordo com a autora, o uso de *portanto* no último parágrafo tem a função de encerrar o texto com o posicionamento do autor em relação à tese apresentada ("os sentidos não são o limite do ser humano"), enquanto o uso no parágrafo anterior mostra a conclusão do autor do texto ("homem não deve deixar a ciência negar sua condição de existência") com as perspectivas filosóficas de Sartre e Ponty. Em resumo, para a autora, ambos são usos conclusivos, mas um serve para articulação de ideias/orações enquanto outro serve para finalizar um texto, discussão que representa um avanço na descrição da relação conclusiva. Há que se esclarecer que a autora estuda redações de vestibulandos, que são textos escritos, diferentemente do corpus aqui adotado, mas sobretudo porque o gênero textual estudado pela autora tem em sua estrutura uma conclusão no sentido de encerramento do texto. Diferentemente, o foco deste estudo é a relação conclusiva que se estabelece entre partes de um texto, independentemente de ser caso de fechamento de texto, mas somente quando for perceptível a relação conclusiva, e não apenas a presença de um marcador de finalização de texto (o que talvez seja menos recorrente em casos de textos falados, visto que as condições de produção textual são diferentes).

Além destes elementos conclusivos lexicalizados, a relação entre porções textuais pode ser percebida inferencialmente, sem haver explicitação do elo semântico por meio de determinadas formas linguísticas, de acordo com Lopes (2008, p. 63), como exemplificam (02) e (03):

(02) A terra secou **porque** não choveu durante todo o ano. (LOPES, 2008, p. 63)

(03) A terra secou. Não choveu durante todo o ano. (LOPES, 2008, p. 63)

Segundo a autora, os exemplos ilustram uma conexão causal, tanto a versão com o conector *porque* quanto a sem esse elemento. No entanto, sem conhecer (02), pode-se estabelecer uma relação conclusiva para (03), como em (03a), em que, com base na premissa de que [a terra secou], pode-se concluir que [não choveu durante todo o ano]:

(03a) A terra secou, **portanto** não choveu durante todo o ano.

A mesma opinião é compartilhada por Guimarães (2001), que propõe que tanto a segunda oração de (04) como a de (05) têm sentido conclusivo, o que também pode ser questionado se não se conhece a construção com o conector:

(04) É claro que ele joga bem. É brasileiro. (GUIMARÃES, 2001, p. 150)

(05) Ele é brasileiro, **logo** joga bem. (GUIMARÃES, 2001, p. 150)

Dessa forma, percebe-se que a ausência do elemento que estabelece a ligação pode levar a ambiguidades ou mesmo à falta de clareza quanto ao sentido pretendido, o que não é o alvo de discussão deste trabalho. De acordo com Morais (2006), em uma visão cognitivista, elementos como *então*, *logo* e *portanto*, quando presentes entre porções textuais, dão maior visibilidade à relação discursiva a ser entendida pelo leitor/ouvinte, o que implicaria redução do esforço de processamento cognitivo. Isto mostra a relevância de um estudo dos casos de codificação gramatical na língua, sem considerar, obviamente, que a não-codificação gramatical caracterize um problema que não deva ser analisado.

Também como recorte do objeto de estudo para este trabalho, não serão tratados aqui os casos das locuções conclusivas elencadas pelas gramáticas, como *por conseguinte, de modo que, em vista disso, de maneira que, de sorte que, de forma que e consequentemente*, deixando-se aberta a possibilidade para estudos futuros. A descrição das construções conclusivas aqui consideradas se estabelecem por meio de conjunções conclusivas simples.

Nesta seção, com base em levantamento bibliográfico, serão apresentadas diversas perspectivas a respeito da relação conclusiva, desde as que se observa nas gramáticas tradicionais brasileiras e portuguesas até as dos estudos linguísticos contemporâneos.

1.1 As conjunções conclusivas

As gramáticas, de modo geral, apontam um rol bastante comum de elementos classificados como elementos que estabelecem a relação conclusiva: *logo, portanto, por isso, assim, então, e, pois (posposto ao verbo)*. Os livros didáticos de português usados nas escolas brasileiras, em sua grande maioria, reproduzem essa mesma listagem, tanto no ensino fundamental quanto no médio, mas a conjunção *logo* é a mais usada como exemplo. (SELLA e VARGAS JUNIOR, 2004; BORGES e CARVALHO MESQUITA, 2008).

No entanto, quanto à nomeação do elemento juntor, a literatura revela uma variação entre os autores, assim como na caracterização do processo de articulação e na própria definição de relação conclusiva.

Barbosa (1881), em sua *Gramática Philosóphica da Língua Portuguesa,* considera o elemento juntor como uma conjunção, que, no processo, tem a função de exprimir relações de nexo e ordem entre as orações para estabelecer sentido. Algumas estabelecem relações de nexo (similares), apenas para ligação entre as orações, enquanto outras, nexo e

ordem (dissimilares). Para o autor, as conjunções conclusivas são do segundo tipo, pois, além de estabelecerem nexo, exigem certa ordem, ligando as proposições pela razão que umas têm como conclusões para outras premissas. A ordem à qual ele se refere é a de que a premissa vem sempre antes da conclusão, como atestado pelo exemplo (06):

(06) Deus é justo **logo** recompensa a virtude. (BARBOSA,1881, p. 245)

Para Barbosa, a conjunção *logo,* além de ligar as duas orações, estabelece uma ordem que gera o sentido conclusivo: do fato de Deus ser justo, conclui-se que Ele recompensa a virtude.

A grande maioria dos gramáticos atribui à conjunção o papel de unir duas orações, pensamentos, ideias, estabelecendo uma relação entre duas orações ou dois termos, de forma dependente ou independente. Especificamente em relação às conjunções conclusivas, há quase um consenso entre os autores: definem-na como uma conjunção que denota uma conclusão, em uma relação de independência, como no exemplo citado por Rocha Lima (1956, p. 161):

(07) Teu carro já está velho; **logo***,* não pode subir a serra.

Como apontado pelo gramático, [não pode subir a serra] seria tomado como uma conclusão a partir da premissa [teu carro já está velho], relação estabelecida pela conjunção *logo,* sem que haja dependência de uma das orações. A mesma classificação como conjunção é dada por Kury (1993) e Cunha e Cintra (1985).

Bechara (2009) discorda dessa denominação e afirma que, nas construções conclusivas, os elementos juntores são advérbios, pois marcam relações textuais, não tendo o papel de conectar orações. Já Azeredo et al (2009) e Amorim e Sousa (2009), gramáticos

portugueses, consideram apenas *logo* como conjunção e as demais formas (*portanto, assim, por conseguinte, por isso* e *assim*) como advérbios conectivos.

Neves (2000) afirma que essa oscilação na classificação desses elementos como advérbios ou conjunções indica um estágio de transição desses itens, uns mais próximos e outros mais distantes da plena gramaticalização. A autora explica que partículas adverbiais são fontes de elementos coordenativos e os limites entre um papel semântico-discursivo e um papel basicamente relacional são bastante fluidos, tanto que muitas gramáticas arrolam como conjunções determinados elementos que não têm esse estatuto, como é o caso dos elementos conclusivos, em consonância como a posição de Bechara (2009).

De acordo com a linguista, elementos como *portanto*, *por conseguinte*, *então (=* em consequência) indicam conclusão e "pertencem à classe dos advérbios que operam conjunção de orações, advérbios juntivos, de valor anafórico, que ocorrem numa oração ou num sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou sintagma anterior" (NEVES, 2010, p. 241), como em (08):

(08) Os ruídos matinais estavam, nessa manhã, diferentes e **portanto** perturbadores. (NEVES, 2010, p. 241)

Koch (1990) considera que a conexão pode ocorrer com conectores de tipo lógico e encadeadores de tipo discursivo. Os primeiros estabelecem relações lógicas entre proposições em que um enunciado resulta de um único ato de fala (relações de condicionalidade e de causalidade, por exemplo). Já os encadeadores de discurso realizam o encadeamento sucessivo de enunciados, dando-lhes uma orientação discursiva e estruturando-os em texto, resultando em atos de fala diferentes. A autora considera que os elementos que estabelecem relação conclusiva são do segundo tipo, subclassificados como operadores argumentativos, responsáveis pela orientação discursiva dos enunciados encadeados. De

acordo com a autora, operadores conclusivos introduzem um enunciado de valor conclusivo em relação a dois atos de fala anteriores, um dos quais geralmente fica implícito, como no exemplo (09):

(09) José é indiscutivelmente honesto. **Portanto/logo/por conseguinte/então**, é a pessoa indicada para assumir o cargo de tesoureiro. (KOCH, 1990, p. 92)

Para a autora, a conclusão "é a pessoa indicada para assumir o cargo de tesoureiro." é obtida por meios de dois argumentos: o ato de fala "José é indiscutivelmente honesto.", que é a premissa maior, e o ato de fala "As pessoas honestas são indicadas para o cargo de tesoureiro", a premissa menor.

Pezatti (2001), ao tratar dos elementos que estabelecem a relação conclusiva, afirma que *logo* é o conector prototípico, por estar menos sujeito a outros usos conectivos que não a expressão exclusiva de valor conclusivo e por apresentar algumas propriedades que funcionam como conjunções por excelência: tem posição fixa no início da sentença (10a), sendo duvidoso o caso de (10b); não pode coocorrer com as verdadeiras conjunções coordenativas como *e*, *mas* e *ou* (10c); coordena termos, além de orações (10d); não permite focalização, seja por meio de clivagem seja por meio de advérbios focalizadores como *só*, *mesmo*, *principalmente* etc. (10e):

(10) a. O narciso é uma flor, **logo** pertence ao reino vegetal.

b. *O narciso é uma flor, pertence, **logo**, ao reino vegetal.

c. *O narciso é uma flor, **e logo** pertence ao reino vegetal.

d. Você está sentindo a sua emoção, daí ser mais fidedigno, **logo** mais verdadeiro.

e. *O narciso é uma flor é **logo** que pertence ao reino vegetal.

A partir desses critérios, além de considerar que *logo* é a conjunção conclusiva prototípica, Pezatti (2001) propõe que as formas *portanto, por isso* e *então* ainda não completaram o processo de gramaticalização no português falado no Brasil, sob a alegação de que tais elementos podem se deslocar para várias partes da oração que introduzem, o que confirma a natureza adverbial que ainda manifestam, em oposição ao protótipo conclusivo, que possui natureza mais gramatical, dentre outros aspectos. De acordo com a autora, *portanto*, em alguns casos, admite ser introduzido pela conjunção *e*; já a forma *então* não tem posição fixa, pode ser antecedida por *e*, não coordena termos, não aceita restritores nem clivagem; *por isso*, em alguns casos, exerce a função de satélite de causa, com valor circunstancial e não de conjunção, além de nem sempre permitir a alternância com *logo* e, na maioria dos casos, haver a possibilidade de ser antecedido por *e*; sobretudo, caminha na direção de um valor explicativo, "já que é empregado para justificar estados de coisas e atos de fala." (PEZATTI,1999, p. 31).

Em outro estudo, a autora propõe uma escala para demonstrar que as propriedades desses elementos revelam um *continuum,* como mostra a figura (1):

Advérbio----------Conjunção
por isso > *então* > *portanto* > *logo*

Figura 1. *Continuum* de elementos conclusivos (PEZATTI, 2001, p. 93)

Em estudo posterior, a autora afirma que *então* ainda não se gramaticalizou como conjunção, devido a, além de não ter posição fixa e não coordenar termos, manter o sentido anafórico. De acordo com a autora, *então* pode ser usado para estabelecer uma consequência factual, em uma relação objetiva entre fatos que existem no mundo (*dictum*), ou uma conclusão do falante, com valor argumentativo (*modus*). (PEZATTI, 2002, p. 191).

Com relação a *logo*, a posição de Pezatti é semelhante à de Neves (2000), que afirma que o elemento conclusivo *logo* é o que está em estágio mais avançado de gramaticalização, pois tem o comportamento próximo ao de uma conjunção coordenativa.

Longhin-Thomazi (2006), em estudo diacrônico desse elemento, acredita que *logo* ainda guarda a característica de advérbio, já que há, em uso conjuntivo, "um movimento de retroação, a partir do qual o falante/escritor retoma o conteúdo anterior e então introduz uma conclusão" (LONGHIN-THOMAZI, 2006, p. 69). Essa autora conclui que, nos estágios de transição de *logo* como advérbio temporal para conjunção, houve um aumento de informação pragmática, com construção de significado que depende de estratégias de caráter inferencial. A autora conclui que *logo* guarda ainda traços do valor temporal existente no advérbio, por isso o uso aponta, assim como no traço temporal, uma posterioridade, ou seja, uma conclusão que é posta depois de uma afirmação, algo que vem depois no discurso, no caso, na forma de uma conclusão. Nos dizeres da autora,

> A alteração de sentido aponta para abstratização e pragmatização crescentes do significado: a posterioridade temporal de *logo* passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso: aquilo que vem depois no tempo foi projetado para designar aquilo que vem depois no discurso, a saber, um efeito ou uma conclusão (LONGHIN-THOMAZI, 2006, p. 70).

Defendi (2013), ao analisar a etimologia de *portanto*, afirma que esse elemento é formado pela preposição *por* e pelo advérbio *tanto*, que traz a ideia de "por tanta quantidade" expressa anteriormente. Metaforicamente, essa ideia de "por tanta quantidade" foi ligada a "por tanto que foi dito" e assim ligou-se à retroação textual e passou a expressar também noções consequencial e conclusiva. Dessa forma, o elemento faz o leitor recuar no texto para resgatar uma informação ou então sinaliza o final de um raciocínio lógico apresentado no texto. A foricidade desse elemento é apontado pela autora em três aspectos: razões semântico-sintáticas (correlação entre duas direções de apoio referencial: o de

retomada e o de encaminhamento seguinte), razões textuais (relação lógica entre o que já foi dito com o que se vai dizer); relações discursivo-pragmáticas (inferir sobre o que é informação compartilhada e sobre sua intenção no final do texto) (Defendi, 2013, p. 177).

Oliveira (2011), com base em Quirk et al (1985), trabalha com algumas propriedades que caracterizam uma conjunção, que, segundo a autora, oferecem critérios específicos para identificação formal dessa categoria linguística. A partir da aplicação dessa proposta, a autora elabora um quadro com o resumo das propriedades das conjunções conclusivas:

Propriedades da Conjunção	**logo**	**portanto**	**assim**	**então**	**por isso**	**por conseguinte**
impossibilidade de movimento da oração que introduzem para o início da estrutura	+	+	+	+	+	+
não se pode deslocar no interior do membro articulado	+	-	-	-	-	-
não pode co-ocorrer com outra conjunção	+	-	-	-	-	-
articula constituintes frásicos e não frásicos	+	+	-	+	+	+
articula frases subordinadas	+	+	-	-	+	+

Figura 2. Propriedades das conjunção conclusiva
Fonte: OLIVEIRA (2011, p. 149)

A autora conclui, seguindo os mesmos moldes de Pezatti (op. cit), que somente *logo* apresenta todas as propriedades de uma conjunção. Por outro lado, conclui que *portanto, por isso* e *conseguinte* guardam maior semelhança sintática entre si, enquanto *então, assim* e *pois* são os que menos se aproximam do valor de uma conjunção. Propõe assim uma gradação, explicitada como segue (OLIVEIRA, 2011, p. 150):

logo	**portanto**	**então**	**assim**	**pois**
+ *conjunção*				- *conjunção*

Em relação a *pois*, a autora afirma que esse é o item que revela menor potencial conectivo e propõe que não seja considerada uma conjunção conclusiva. Esse elemento é pouco explorado pelos pesquisadores quando em função conclusiva. As gramáticas são unânimes ao estabelecerem a ordenação como uma clara restrição a esse uso: deve sempre estar posposto a um termo da oração a que pertence, como ilustra (11):

(11) Era, pois, um homem de grande caráter e foi, **pois,** também um grande estilista. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 568)

No exemplo (11), não é possível perceber a relação conclusiva na primeira ocorrência de *pois*. Na segunda ocorrência, há dois elementos que podem relacionar as duas frases: *e* e *pois*. O elemento *e* é a verdadeira conjunção que liga as duas orações, enquanto *pois* marca a intenção de estabelecer uma conclusão, mas não o nexo entre as orações. Assim, Oliveira (op. cit), ao analisar as propriedades desse elemento, conclui que *pois* não opera como item conectivo de conclusão. Segundo a autora, "É incontestável a sua capacidade de assinalar nexos conclusivos, desde que configuracionalmente situado numa posição posterior ao verbo, mas é duvidoso o seu potencial conectivo, no sentido em que entendemos um conector, ou seja, um item linguístico invariável que permite a combinação de proposições e estabelece entre elas nexos lógicos." (OLIVEIRA, 2011, p.106).

A autora justifica sua tese principalmente pelo fato de *pois* não ocupar, obrigatoriamente, a posição inicial do membro coordenado, justamente o aspecto considerado condição para a relação semântica se aplicar e uma das propriedades importantes das conjunções. O exemplo (12a), derivado de (12), mostra essa impossibilidade, que, para a autora, é semanticamente anômala:

(12) A biodiversidade está em perigo, o homem deve, **pois**, preservar o equilíbrio ecológico.

(12a) *A biodiversidade está em perigo, **pois** o homem deve preservar o equilíbrio ecológico. (OLIVEIRA, 2011, p. 101)

Com o objetivo de mostrar que o item não é o verdadeiro elo entre as orações, a autora cria outra versão de (13), em que há o nexo conclusivo sem a realização lexical do juntor específico:

(13) A biodiversidade está em perigo, e o homem deve preservar o equilíbrio ecológico. (OLIVEIRA, 2011, p. 101)

Na análise dessa versão, considera que algo se perde:

> Esse 'algo', a nosso ver, não é o nexo conclusivo, que está implícito na estrutura, mas sim a orientação explícita da leitura conclusiva que deve ser feita. Nesta medida, podemos verificar que o item *pois* não funciona como conector entre proposições, nem tem as propriedades das conjunções, não preenchendo, logo à partida, a posição que a sintaxe reserva para a conjunção, funcionando, outrossim, como uma espécie de lexicalização das intenções comunicativas, assinalando que a proposição na qual se integra, ainda que de valor injuntivo, deve ser entendida como a conclusão lógica daquela que a antecede, fechando, deste modo, um raciocínio lógico. (OLIVEIRA, 2011, p. 102)

Em estruturas conclusivas, *pois* não exerce o papel de conjunção, mas de um item que, sempre em posição pós-verbal no segundo elemento coordenado, atua como um marcador discursivo que indica a leitura conclusiva, funcionando como uma espécie de sinalizador das intenções discursivas (Oliveira, 2001).

A pesquisadora chama ainda a atenção para o fato de nenhuma das conjunções poder ocorrer no início da estrutura da construção conclusiva, como evidenciam os exemplos a seguir:

(14) O Rui roubou o diamante, **logo** é um ladrão.
*__Logo__ é um ladrão, o Rui roubou o diamante.

(15) O Rui roubou o diamante, **portanto** é um ladrão.
***Portanto** é um ladrão, o Rui roubou o diamante.

(16) O Rui roubou o diamante, **então** é um ladrão.
***Então** é um ladrão, o Rui roubou o diamante.

(17) O Rui roubou o diamante, **assim** é um ladrão.
***Assim** é um ladrão, o Rui roubou o diamante.

(18) O Rui roubou o diamante, **por isso** é um ladrão.
***Por isso** é um ladrão, o Rui roubou o diamante.

(19) O Rui roubou o diamante, **por conseguinte** é um ladrão.
***Por conseguinte** é um ladrão, o Rui roubou o diamante.

Percebe-se assim que a ordenação é uma das propriedades que marca a relação conclusiva, visto que a inversão gera estruturas não aceitas no português. Fica evidente assim o princípio de iconicidade: só pode haver uma conclusão após a exposição de algo posto anteriormente no texto.

Com base em Dik (1998), Novaes (2001; 2009), ao analisar a multifuncionalidade de *portanto*, considera que esse elemento, em função conclusiva, constitui um conector, um instrumento linguístico usado para criar coerência no discurso com o papel primário de ligar orações precedentes a uma nova oração e, simultaneamente, especificar a relação semântica e pragmática entre esses elementos articulados. Conclui a autora que esse elemento, ao estabelecer uma relação conclusiva, faz ligação entre textos, ou seja, liga orações precedentes à nova oração, estabelecendo uma relação semântica de conclusão, como se pode verificar no exemplo (20):

(20) O doente é uma fonte de informação fundamental. Se o doente se queixa, há qualquer coisa mesmo que seja imaginário. **Portanto**, é a abertura ao doente e essa capacidade de comunicar que são essenciais. (NOVAES, 2009, p. 333)

Para a autora, *portanto* estabelece coerência, ligando as orações "se o doente se queixa, há qualquer coisa mesmo que seja imaginário" à nova oração "é a abertura ao doente e

essa capacidade de comunicar que são essenciais", conforme o esquema: *Oração(s) precedente(s). Conector, Nova oração*, ao mesmo tempo que especifica a relação semântica pragmática de conclusão. O elemento conector indica que se deve entender a nova oração como uma conclusão a respeito do que foi dito anteriormente por meio de um raciocínio inferencial: o falante caracteriza o doente como fonte de informação para então conduzir à conclusão de que é essencial valorizar a abertura ao doente e sua capacidade de comunicação.

A relação conclusiva, nesse caso, ocorre no domínio epistêmico (Sweetser, 1991), já que *portanto* expressa a ideia de que o julgamento da verdade da primeira afirmação leva à crença relatada na segunda (NOVAES, 2009). Não se pode perceber uma lógica inerente às duas afirmações, mas uma relação em que uma dada situação leva a uma determinada conclusão. Também não é possível afirmar que pertença ao domínio de conteúdo (Sweetser, 1991), pois o Falante não pretende apenas relacionar conteúdos e assim informar que um fato implica outro fato.

Com base nos estudos descritos, percebe-se que a classificação do termo que estabelece a relação conclusiva ainda não é consensual entre gramáticos e linguistas contemporâneos, visto que alguns consideram que nem todos os elementos citados se enquadram na categoria das conjunções propriamente ditas e outros ainda atribuem diferentes denominações. O quadro a seguir ilustra as diferentes denominações encontradas:

Elemento	**Conjunção**	**Advérbio**	**Conector**	**Operador argumentativo**	**Marcador discursivo**
Logo	x			x	
Portanto	x	x	x	x	
Então	x	x	x	x	x
Pois	x				
Por isso	x	x			
Assim	x				

Quadro 1. Variação na denominação do elemento juntor na relação conclusiva

A denominação como conjunção predomina na maioria dos gramáticos, enquanto para alguns linguistas apenas *logo* é conjunção, e *portanto, então, pois, por isso* e *assim* são considerados advérbios, a caminho da gramaticalização como conjunção (Pezatti, 2001; Neves, 2000). As demais classificações, menos recorrentes, parecem estar mais relacionadas ao modelo teórico adotado, como, por exemplo, teorias que trabalham com argumentação (Koch, 1990, por exemplo), que denominam, coerentemente, o elemento juntor como operador argumentativo.

No entanto, apesar das diferentes nomenclaturas, a ordenação da oração que introduz a conclusão é o único critério comum a todos os autores mencionados, ao afirmarem que a conjunção/advérbio/conector/operador encontra-se na oração que segue a primeira.

1.2 A articulação da relação conclusiva

Outro ponto de divergência no tratamento das relações conclusivas diz respeito ao processo de articulação das orações que compõem essa relação.

Aqui vale lembrar Decat (1999):

> A trajetória dos estudos gramaticais tradicionais (linguísticos) costuma ser marcada pela utilização da dicotomia coordenação/subordinação na tarefa de descrever e definir os processos de articulação (ou combinação) de cláusulas. Entretanto, é por demais conhecida a insuficiência dos tratamentos tradicionais para dar conta de casos considerados limítrofes, ou mesmo daqueles que aparentemente não oferecem qualquer problema para a análise. (DECAT, 1999, p. 300)

A autora chama a atenção para o fato de esses dois processos não serem suficientes para explicar as várias possibilidades de uso da língua, como tentam fazer as gramáticas tradicionais e mesmo alguns estudos contemporâneos. No entanto, para os estudos

sobre a relação conclusiva, apenas essas duas possibilidades de articulação foram encontradas, sem nenhum estudo que discutisse casos de parataxe ou hipotaxe, por exemplo.

Tradicionalmente, a gramática considera os processos de articulação textual como uma relação dicotômica de dependência ou independência. Nessa perspectiva, a relação conclusiva enquadra-se no processo de construção de orações tomadas como independentes entre si. Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 566), por exemplo, a conjunção coordenativa liga elementos independentes, enquanto a subordinativa indica que há uma dependência de um termo da oração a outro, como em (21) e (22), em que *e* é conjunção coordenativa, pois há independência entre as duas orações articuladas, e *depois* é subordinativa, já que haveria dependência de uma das orações.

(21) Ouvi primeiro **e** depois falai por derradeiro. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 565)

(22) **Depois** que tiveres estudado, podes trabalhar (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 566)

A relação de dependência/independência de que falam os autores não é tratada com muita clareza no caso das orações coordenadas. No nível estrutural, as orações realmente se apresentam como independentes; porém, se cada oração for tomada isoladamente, o período perde o sentido do conjunto. Pode-se então afirmar que, semanticamente, as orações apresentam dependência.

No tocante às orações conclusivas, Cunha e Cintra (1985, p. 566) afirmam que as conjunções conclusivas servem para ligar uma oração a uma anterior que exprime conclusão ou consequência em uma relação de coordenação, como em (23):

(23) Nas duas frases a experiência é a mesma. Na primeira não instrui, **logo** prejudica. (Almada Negreiros, NG, 150) (Cunha e Cintra, 1985, p. 567)

É essa a posição de Koch e Silva (2001), para quem, na coordenação, as orações são estruturalmente independentes, porém o fato de estarem combinadas faz estabelecer entre elas um vínculo semântico que acarreta alterações no sentido de cada frase, se forem apresentadas separadamente. Observe-se um exemplo das autoras:

(24) Não preenchia as condições necessárias, **portanto** não foi admitida para o cargo. (KOCH e SILVA, 2001, p. 125)

Em (24), a intenção do interlocutor, quando constrói uma estrutura coordenada, é combinar orações a fim de criar entre elas determinado tipo de relação significativa, estabelecendo uma dependência semântica.

Essa relação também é considerada por Mira Mateus et al (1986, p. 459), que enquadram a relação conclusiva no processo de subordinação semântica, pois defendem que é um tipo de junção em que há entre as frases uma relação hierárquica de dependência semântica. No entanto, consideram que se trata de estruturas de coordenação porque a ordem das proposições não pode ser invertida (*portanto B, A). Assim, os conectores conclusivos são, para as autoras, subordinadores do ponto de vista semântico, mas coordenadores do ponto de vista sintático.

As autoras explicam que o processo de sequencialização formador de orações conclusivas é um caso de condição-consequência, de acordo com o esquema *A, portanto B*, em que o antecedente exprime uma condição suficiente para que se verifique o consequente. Dessa forma, argumentam que, na verdade, há um nexo de causalidade, que pode ser expresso pelos conectores *e, pois, portanto, por conseguinte, por consequência, por isso*. O exemplo (25) ilustra esse caso:

(25) Não choveu em Portugal em 1981, **por isso** houve seca. (MIRA MATEUS et al, 1986, p. 300)

Segundo as autoras, trata-se de uma relação condicional conclusiva em que a proposição B "por isso houve seca" é uma consequência da condição proposta em A "Não choveu em Portugal em 1981.", ordenadas no tempo em uma sequência lógica, revelando uma relação hierárquica em que há dependência semântica entre as proposições para a interpretação do significado (sem A não se pode concluir B).

Como se pode perceber, há bastante divergência quanto à classificação do processo de construção do período, mas os autores admitem que há, de alguma forma, uma relação de dependência entre as orações.

Borba (1984) propõe que a distinção entre os processos de coordenação e subordinação do ponto de vista semântico é bastante complexa e sugere que se considere apenas o critério sintático. O autor classifica as construções conclusivas como subordinadas, pois há interdependência entre as ideias. A mesma classificação é dada por Garcia (1982), que considera a oração conclusiva um caso de subordinação, mas a partir do critério sintático, pois acredita que há mútua dependência, e do semântico, já que as orações são interligadas devido à afinidade semântica entre motivo e causa. Na concepção desse autor, na subordinação há um processo de hierarquização, em que uma oração é parte da outra e exerce nela uma função, e assim o enlace é muito mais estreito do que na coordenação. Em resumo, como observado, há divergências quanto ao processo de articulação, abrindo-se espaço para uma análise que contemple esse fenômeno.

Da mesma forma, há ainda diferentes pontos de vista quanto à extensão da unidade sintática que contém a conclusão.

As gramáticas consultadas são unânimes em considerar que a conjunção conclusiva liga orações. Neves (2010) propõe que há ainda a possibilidade de ligação entre termos, como em (26):

(26) Os ruídos matinais estavam, nessa manhã, diferentes e portanto perturbadores. (NEVES, 2010, p. 241)

Novaes (2001; 2009), em estudo sobre *portanto*, afirma que essa forma pode articular termos, mas não com função conclusiva. Para a autora, em casos assim, a função do elemento é a de reformulador de termos, como na ocorrência a seguir:

(27) Eu pesco com dois colegas meus, mais ou menos da mesma idade, que um pesca com iscos vivos, **portanto** a minhoca, no caso, não é, e outro pesca à pluma, ou seja a mosca artificial. (PE falado - 368-20-c03-001-20-m-b-3-2-00) (NOVAES, 2001, p. 85)

Em (27), *portanto* estabelece uma relação de esclarecimento entre o termo 'iscos vivos' e 'a minhoca', o que, para Hilgert (1996, p. 132, apud Novaes, 2001, p. 85) corresponde a uma paráfrase, ou seja, um enunciado que reformula um enunciado anterior, com o qual mantém uma relação de equivalência semântica, seja para especificar, como observado em (27), como para esclarecer, em (28) :

(28) então o tecido subcutâneo...abaixo da pele **portanto**...nós vamos encontrar os elementos vasculares de::.../ hormônios responsáveis pela...vasc/...irrigação...e pela inervação da glândula (PB falado-EF-SSA-49:68) (NOVAES, 2001, p. 85)

Nessa ocorrência, "tecido subcutâneo" é equivalente a "abaixo da pele", em que o falante objetiva esclarecer o significado de um termo técnico. Há ainda o caso de (29), em que o falante traça uma espécie de gradação por meio de orações infinitivas e, por fim, reformula o termo "fidedigno" usando *portanto*.

(29) mas quando você coloca... não é? nos seus dados... ALGO que... vai medir a sua:... energia... então na realidade através das emoções que você está tendo naquela ocasião... é lógico... que... não vai levar em consideração... que você diga que é... desse jei:to... ou daquela maneira mas sim o que realmente você está sen-tin-do a sua emoção... daí ser mais... rigoroso... ser mais sério... ser mais fidedigno... **portanto** mais... verdadeiro... mas nem sempre se co/ podemos colocar:... não é? (PB falado - EF- RE-337:51) (NOVAES, 2001, p. 85)

Em todos esses casos, a autora argumenta que não há uma conclusão, mas uma reformulação que tem a finalidade de garantir a intercompreensão, seja esclarecendo o sentido ou direcionando a compreensão de um termo segundo suas intenções interacionais. Em consonância com a visão da autora, casos de conjunções entre termos não farão parte deste estudo, por não serem considerados casos de estabelecimento de relação conclusiva.

De forma oposta à visão das gramáticas tradicionais, Peres (1997) argumenta que a forma *portanto*, como operador de conexão, dá origem a textos não frásicos, não se podendo então, contrariamente ao que afirma a gramática tradicional, dizer que essa forma liga duas orações, por isso não são conjunções; para o autor, essa forma liga porções maiores que a frase. Dik (1997), como já descrito, considera que conectores podem ligar duas orações entre si, mas afirma que também pode ligar a oração que segue a uma unidade discursiva maior que lhe é precedente, de acordo com o seguinte esquema: 'Oração (s) precedente(s). Conector, Nova oração.'

A esse respeito, Ducrot (2009) acredita que a relação de conclusão pode se dar entre proposições sintáticas ou entre sequências de proposições, como parágrafos, enquanto Guimarães (2001) propõe que seja até entre parágrafos e capítulos, como em (30):

(30) Apesar da proeza conseguida pelo comitê organizador dos jogos de Los Angeles, que, via iniciativa privada, pôs de pé uma Olimpíada por pouco mais de 500 milhões de dólares, a realidade de espetáculos grandiloquentes patrocinados por governos tende mais ao exemplo soviético: em 1980, a URSS gastou na montagem de XXII Olimpíada nada menos que 8 bilhões de dólares, quase tanto quanto o Produto Nacional Bruto de um País como o Uruguai.
O boicote americano, **portanto**, doeu. Mas naturalmente não é a única explicação para a atitude do Kremlin na semana passada. (GUIMARÃES, 2001, p. 151)

Em síntese, os estudos apontam que termos, frases, parágrafos e mesmo capítulos podem constituir unidades relacionadas por meio de elementos conclusivos. Em um primeiro momento, pode-se ter a impressão de que não há consenso na extensão da porção textual

envolvida na relação conclusiva, no entanto, como aponta Defendi (2013, p. 206), pode-se pensar também que os estudos modernos se apropriam das pesquisas modernas, abrindo espaço para observação de fenômenos linguísticos que ocorrem em porções textuais maiores que a oração.

Neste trabalho, com exceção do uso de termos, como já explicado, os demais itens são considerados casos de relação conclusiva, o que abre espaço para a discussão sobre os tipos de unidades linguísticas envolvidos nessa relação.

1.3 Avanços e limites na definição de relação conclusiva

Outro aspecto em que se observam discordâncias em relação às construções conclusivas é a própria definição do fenômeno linguístico em estudo. O questionamento se dá em função de algumas gramáticas e mesmo autores contemporâneos considerarem que o termo ‘conclusão’ é equivalente a ‘consequência’, ou ainda por reportarem uma relação do tipo ‘lógica’ entre premissa e conclusão.

Kury (1993), por exemplo, afirma que a oração conclusiva serve para exprimir conclusão ou consequência lógica da primeira oração. Azeredo et al (2009) afirmam que conjunções conclusivas exprimem uma conclusão, uma dedução lógica da primeira ideia, em consonância com o pensamento de Sardinha e Oliveira (2010). Já para Figueiredo e Figueiredo (2009), a relação conclusiva se estabelece por meio de consequência ou dedução a partir da primeira oração, corroborando a proposta de Mira Mateus et al (1986), que como já observado, acreditam que a proposição B é uma consequência da condição proposta em A.

Ducrot (2009) discorda da necessidade de haver um raciocínio lógico na relação conclusiva e questiona a interpretação comum de que há um encadeamento do tipo A *portanto*

C em que A é apresentado como justificando C, tornando C verdadeiro, válido, ou ao menos mais aceitável do que era antes de seu encadeamento a A. O autor admite que há um papel persuasivo, mas não por um caráter racional, como comumente explicado. A base de sua discussão é a de que, em um encadeamento argumentativo A *portanto* C, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão, e, assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não haveria passagem de A para C, não haveria justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto* C, mas sim a ideia de que

> os encadeamentos analisados, embora liguem duas proposições assertivas por meio do conector *portanto* (eventualmente implícito), não assinalam de modo algum uma inferência que vai de uma afirmação para outra. Cada uma dessas aparentes afirmações contém de fato o conjunto do encadeamento no qual ela tem lugar. Assim, não há passagem de um conteúdo factual, objetivo, para outro. (DUCROT, 2009, p. 22)

Ducrot afirma que o encadeamento argumentativo não tem a finalidade de justificar uma afirmação a partir de outra, mas qualificar algo pelo fato de que serve de suporte a certa argumentação. Assim, a forma *portanto* seria usada para descrever, e não provar, justificar ou tornar verossímil. Para comprovar sua tese, argumenta que os segmentos A e C não são compreensíveis independentemente do encadeamento, como no exemplo dado:

(31) Pedro estudou pouco, ele vai**, portanto**, ser reprovado. (p. 24)

Segundo o autor, a palavra "pouco" já antecipa a conclusão, assim como em outras proposições que contêm palavras como *demais, pouco, um pouco, perto, longe*, que já indicam os tipos de sequências que podem ser encadeadas por meio de *portanto*. Afirma ainda

que, por outro lado, a significação não obriga absolutamente a continuar com *portanto*, mas permite igualmente encadear com uma palavra do tipo de *no entanto*. Pode-se dizer:

(32) Ele estudou um pouco, **portanto** vai ser aprovado. (p. 25)

(33) Ele estudou um pouco, **no entanto** vai ser aprovado. (p. 25)

A proposição A pode ser encadeada por ambas as formas, e a escolha não se dá por uma questão de A levar a C, prova de que a questão não é lógica. Sendo assim, para o autor, argumentar com *portanto* é uma estratégia do falante para persuadir o interlocutor. Um exemplo usado para ilustrar essa afirmação é (34):

(34) A estação é longe, **portanto** tomemos um táxi. (p. 26)

A intenção é evitar uma fácil refutação da ideia, com um simples 'não'; no caso, se quiser refutar, deve-se colocar argumentos para fazê-lo. Também há a vantagem de se construir uma imagem mais favorável, na medida em que não há uma imposição, mas uma tentativa de convencer por argumentos. O que está em jogo então não é a lógica do raciocínio, mas a imagem construída pelo falante de si mesmo, o que pode tornar mais eficaz sua argumentação. Dessa forma, o autor desfaz a ideia de que na relação conclusiva haja uma relação lógica.

Alves (2013), a respeito de *então* conclusivo, afirma que esse elemento é um marcador discursivo que relaciona unidades mais importantes do tópico discursivo, responsável pela organização das informações do texto, de maneira que o destinatário reconheça a ligação existente entre elas. Mais especificamente, a forma é usada para mostrar a intenção do falante em levar o destinatário a compreender sua inferência tendo como base as

informações partilhadas por ambos no processo comunicativo. A autora adota a definição de Carlson e Marcu (2001, p. 50) para seus estudos, usando o quadro a seguir (em que S: Satélite; N: Núcleo; F: Falante; N: Destinatário):

Nome da relação	Restrições sobre N e S, individualmente	Restrições sobre N+S	Intenção de F
Conclusão	Em S: S é um juízo fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária ou uma decisão final com respeito à situação apresentada em N	Em N + S: S apresenta uma declaração final que envolve a situação apresentada em N	D reconhece que S é uma declaração final a respeito de N

Quadro 3.3: definição da relação de conclusão (CARLSON; MARCU, 2001)

Figura3. Definição de relação de conclusão (CARLSON; MARCU, 2001)
Fonte: ALVES, 2013, p. 55

Note-se o uso dos termos "inferência", "consequência necessária" "ou decisão final" na definição. A autora propõe que, na relação conclusiva, há uma relação de conteúdo, pois leva o destinatário a reconhecer o tipo de ligação existente entre as porções, e não uma relação que busca agir sobre o destinatário. No caso de *então*, a pesquisa da autora revelou que esse elemento atua tanto no nível micro (35) como no macroestrutural (36), a seguir:

(35)

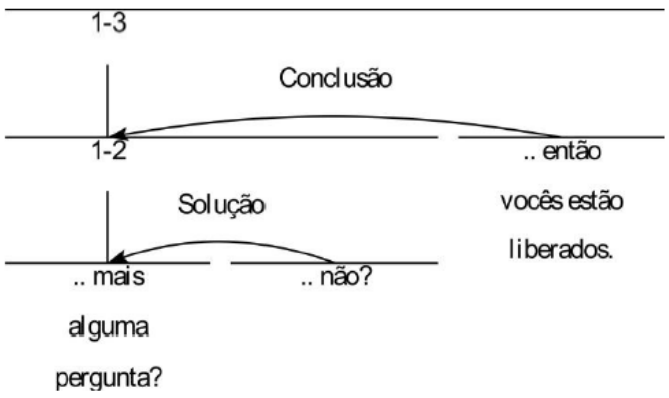


Figura 4. Diagrama com relação de conclusão na microestrutura – MD introduz inferência
Fonte: ALVES, 2013, p. 55

(36)

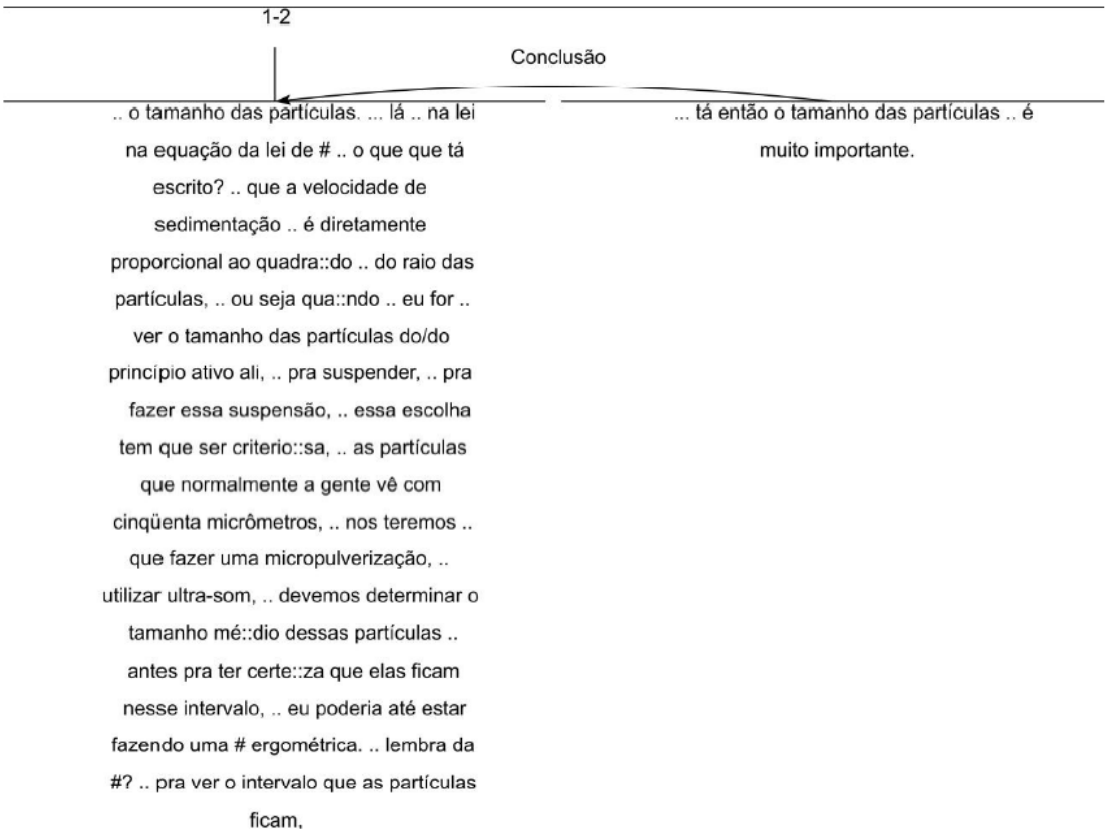


Figura 4. Diagrama com relação de conclusão na macroestrutura – MD no fechamento de tópico
Fonte: ALVES, 2013, p. 58

No caso de (36), segundo a autora, *então* é um marcador discursivo com duas funções: marca a relação retórica de conclusão e fecha o tópico 'tamanho das partículas'. Nota-se, para além do tamanho da porção envolvida, que o exemplo (35) está mais próximo do uso como condição-consequência [se não há mais perguntas, estão liberados], enquanto (36), mais próximo do uso como conclusão [considerando tudo que foi mencionado, conclui-se que o tamanho da partícula é importante]. Porém, como a autora considera tanto "conclusão" como "consequência" casos de relação conclusiva, não diferencia os dois exemplos, a não ser pela dimensão do trecho envolvido. Dessa forma, os termos "conclusão" e "consequência" servem para explicar o mesmo tipo de relação.

Martelotta e Silva (1996), com relação à forma *então*, destacam que esse item gramatical pode assumir valores temporais e sequenciais, provenientes de sua característica anafórica, além de valores com uma função mais pragmático-discursiva de sequencialidade, como o uso como operador conclusivo. Para os autores, em (37), o elemento *então* inicia uma oração que expressa uma consequência em relação ao já dito:

(37) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso (MARTELOTTA e SILVA, 1996, p. 228)

Na análise dos autores, nessa ocorrência, "Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso" é uma oração que contém uma consequência em relação ao trecho imediatamente anterior "Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras". Destaque-se aqui a afirmação de que, em uma relação conclusiva há uma consequência de um fato expresso na oração anterior. Nota-se que não há necessidade de inferência para se perceber a conclusão, mas apenas a percepção de uma sequência em que um fato desencadeia outro fato.

Por outro lado, Risso (1996) considera que a forma *então* assume, dentre outras possibilidades, a função de conector frasal, criando uma relação coesiva entre partes do texto, com função de operador argumentativo que expressa uma relação lógico-semântica de decorrência, conclusão ou resultado, enfim, de implicatividade, como mostra (38):

(38) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 1996, p. 85)

Observa-se no exemplo uma relação argumentativa, segundo a autora, na qual há uma conclusão a partir de dois atos de fala anteriores: "Buda já dizia isso também" (explícito) e "Todos conhecem a afirmação de Buda" (implícito), que sustentam a argumentação

conclusiva “isso não é novidade pra ninguém”. Para a linguista, a forma *então* tem uma função retroativa-propulsora, ao apontar para o que foi dito e ainda impulsionar a continuação do discurso. Nota-se, assim, que a autora enfatiza atuação marcadamente argumentativa do elemento, em uma estrutura usada explicitamente para convencer o interlocutor, sem fazer menção à lógica entre as partes.

Pezatti (2001) afirma que a forma *então,* em uso conclusivo, apresenta um valor de conclusão por inferência, sem noção temporal presente, como se vê em (39):

(39) hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar de é numa fila eNORme...não é? **então** não era divertimento aquilo...era::eu acho que era nem divertimento ((ruídos)) passava porque a pessoa ficava cansada de ficar em fila adquirir ingresso ficava na fila de ingresso (DID-SP-234:582) (PEZATTI, 2001)

Aqui o destaque se dá ao uso do termo “inferência”, que, segundo a autora, deve haver entre a premissa e a conclusão, desfazendo, assim como Ducrot, a ideia de que há uma relação lógica entre as orações. Em (32), “então não era divertimento” é uma conclusão que o falante faz a partir de um julgamento que ele faz de uma realidade, sendo impossível se pensar em lógica em sentido restrito.

Longhin-Thomazi (1996) acredita que, em uso conclusivo, *logo* estabelece uma relação de implicação, veiculando um sentido de consequência ou conclusão, fortemente baseado nas crenças e expectativas do falante ou escritor.

Maingueneau (1997), que considera a conjunção conclusiva como um conectivo da classe dos consecutivos, assim como Zenone (1983), afirma que, em uma construção com *logo*, o antecedente é tomado como um fato definitivo, enquanto o consequente aparece legitimado por princípios admitidos pela comunidade, sendo assim menos subjetivo, o que aparenta demonstrar uma “lógica”, mas não em sentido estrito. Já Castilho (2010, p. 373) inclui as conclusivas no grupo das adverbiais de causalidade lato sensu, juntamente com as causais, condicionais, concessivas e explicativas.

Um estudo que parece explicar melhor essa relação inferencial presente nas construções conclusivas é o de Lopes et al (2001). As autoras afirmam que *portanto*, como operador conclusivo, tem um significado do tipo instrucional ao indicar que a proposição introduzida deve ser interpretada como conclusão fundamentada num raciocínio inferencial: numa estrutura do tipo p *portanto* q, o conector sinaliza que p é uma premissa e q uma conclusão, sendo p e q entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio. Nesses casos, há um esquema inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada. Veja-se um exemplo discutido (40) pelas autoras:

(40) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa. (LOPES et al, 2001, p. 206)

A premissa elidida seria 'se/quando o João está em casa, as luzes estão acesas'. A própria relação conclusiva induziria à reconstituição da premissa implícita que assume forma de construção condicional, sendo o antedecente a premissa asserida e o consequente, a conclusão. Essa premissa implícita deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação conclusiva. Em outro exemplo das autoras, a relevância desse fator pragmático pode ser também percebida de modo mais claro:

(41) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool. (LOPES et al, 2001, p. 207)

Fica patente que a depreensão da premissa depende do conhecimento de mundo do interlocutor: ao enunciar (41), o locutor pressupõe que o seu ouvinte acredita/conhece a premissa implícita ("muçulmano não bebe álcool"); caso não seja tomada como verdade, então poder-se-á iniciar uma discussão em torno da premissa não aceita. Logo, uma conclusão desse tipo pressupõe conhecimento prévio por parte do interlocutor.

Saliente-se que, segundo Lopes et al, nas construções conclusivas há uma relação de causa/consequência que opera no domínio epistêmico: a conclusão assinalada pelo conector é, na verdade, uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa. Assim, a premissa p constitui uma prova ou evidência, do ponto de vista epistêmico, que legitima a asserção da conclusão q.

A afirmação das autoras parece contrariar a argumentação a respeito da não necessidade de haver lógica entre os elementos relacionados, o que não é a realidade. Lopes et al (op. cit) fazem menção a um tipo de prova/evidência que é obtido por meio de inferência, na verdade, ressaltando o valor da consequência da oração inicial.

Em resumo, a partir dos questionamentos em torno da relação de lógica na construção conclusiva, verifica-se que alguns autores preferem acreditar em uma relação inferencial, e não em um resultado de um raciocínio lógico.

Castilho (2010, p. 130) afirma que inferir é "criar realidades semânticas a partir daquelas previamente existentes." O autor se apoia em Veltman (1993) para mencionar dois tipos de inferência: a dedutiva e a argumentativa, exemplificados respectivamente em (42) e (43):

(42) Se está frio na sala, **então** ele fecha a janela. (CASTILHO, 2010, p. 130)

(43) Se ele fecha a janela, **então** é porque está frio na sala. (CASTILHO, 2010, p. 130)

De acordo com o autor, a inferência dedutiva ocorre por meio de raciocínio lógico, como em um silogismo, enquanto, na argumentativa, o raciocínio é baseado no senso comum, caracterizado pelo autor como um caso de anomalia do ponto de vista da inferência dedutiva, porém, pragmaticamente aceitável.

No entanto, não parece, no caso de (42), haver um raciocíno lógico em sentido restrito no primeiro tipo, mas sim uma relação inferencial estabelecida pelo locutor, para atender a seus propósitos comunicativos. Trata-se de uma escolha do falante para convencer o interlocutor de seus intentos, no caso, levá-lo a fechar a janela.

Dessa maneira, há que se esclarecer a que tipo de relação conclusiva se faz referência nesses casos.

1.4 Flutuações na descrição das propriedades da relação conclusiva

A bibliografia consultada revela que há pontos comuns na análise das propriedades das construções conclusivas, mas as muitas divergências evidenciam a necessidade de novos estudos sobre o fenômeno linguístico, por vezes derivadas das diferentes abordagens teóricas, logicamente. Essas divergências se relacionam: i) aos elementos juntores e sua denominação; ii) às unidades que compõem a relação; iii) ao conceito de relação conclusiva.

Como discutido, o rol de conjunções simples elencadas pelos estudiosos é restrito às formas *logo, portanto, assim, pois (posposto ao verbo), por isso, assim* e *então* é pouco variável, com poucos autores que excluem uma dessas formas. Pezatti (2001), por exemplo, descarta o valor conclusivo de *assim*, por considerar que o elemento caminha na direção de valor semântico explicativo, enquanto Oliveira (2011) alega que *pois* não é o elemento responsável pela conexão entre as orações, logo não deve fazer parte da lista de conjunções conclusivas. A autora, apesar de classificar todos esses elementos como conclusivos, considera que apenas *portanto, assim, pois* e *então* podem ter uma leitura de relação de consequência. Apesar desse rol de ítens linguísticos para estabelecer a relação conclusiva, os

autores pesquisados acabam por não explicar o que leva o usuário da língua a optar por um deles.

Do mesmo modo, a classificação do elemento, como discutido, apresenta flutuação. De forma geral, as gramáticas tradicionais nomeiam os conectores, majoritariamente, como conjunções (BARBOSA,1881; ROCHA LIMA, 1956; CUNHA & CINTRA, 1985), mas há autores que discordam dessa classificação, como Neves (2000), que utiliza o termo advérbio, e Pezatti (2001; 2002), que considera que alguns destes itens ainda não alcançaram o estágio final do processo de gramaticalização como conjunção, por guardarem ainda algumas características adverbiais, como mobilidade e manutenção de valor anafórico, por exemplo. Nos estudos linguísticos recentes, são denominados, por exemplo, "conector frasal" (Risso, 2006); "marcador conversacional" (MARTELOTTA E SILVA, 1996), "articulador textual" (LOPES et al, 2001).

Quanto às unidades linguísticas que podem ser relacionadas nas construções conclusivas, alguns autores consultados mencionam a possibilidade de relação conclusiva entre termos (NEVES, 2010), enquanto outros consideram que há uma relação entre orações (PEZATTI, 2001; LONGHIN-THOMAZI, 2006, por exemplo); no entanto, há aqueles que apontam uma relação para além da frase, apontando a possibilidade de junção tanto de orações como períodos e parágrafos inteiros (GUIMARÃES, 2001, por exemplo). Assim, descrever quais são efetivamente essas unidades que compõem a relação conclusiva é uma tarefa a ser investigada.

No tocante à estrutura sintática, os autores apontam processos de coordenação (KOCH E SILVA, 2001, por exemplo) e subordinação (MIRA MATEUS et al, 1986), considerando tanto aspectos estruturais quanto semânticos e pragmáticos. Um estudo que defina mais claramente essa relação pode ajudar a compreender melhor o fenômeno.

As divergências também se instauram no conceito de relação conclusiva. Muitos autores, quando não usam consequência como sinônimo de conclusão, consideram a conclusão como um das possíveis relações de consequência, o que acaba por dificultar a compreensão do fenômeno linguístico em estudo. Os termos usados para definição variam significativamente: conclusão, consequência, decisão final, decorrência e resultado. Dessa forma, definir claramente o que é uma relação de conclusão é fundamental para a análise desse fenômeno linguístico.

Com base no levantamento bibliográfico, é possível resumir, por meio do quadro a seguir, a flutuação em todos os aspectos mencionados:

Elementos	*logo, portanto, por isso, assim, então, e, pois* (posposto ao verbo)
Denominação do elemento juntor	conjunção, advérbio, conector frasal, marcador conversacional e articulador textual
Processos de articulação	coordenação e subordinação
Unidades relacionadas	termos, orações, parágrafos, capítulos
Conceito	conclusão, consequência, decisão final, resultado e decorrência

Quadro 2. Flutuações na descrição das propriedades da relação conclusiva

Do exposto, é evidente que os estudos linguísticos contemporâneos apresentam um avanço significativo em relação aos estudos tradicionais, com valiosos questionamentos e respostas que auxiliam na compreensão do fenômeno em estudo. No entanto, como apontado, ainda permanecem aspectos por resolver, o que este estudo se propõe a discutir.

Capítulo 2. Quadro teórico: A Gramática Discursivo-Funcional

Conforme demonstrado no capítulo anterior, os estudos linguísticos contemporâneos apresentam um avanço significativo em relação aos estudos tradicionais da relação conclusiva, tanto os que seguem uma abordagem prioritariamente mais formalista (MIRA MATEUS et al, 1986; Lopes, 2008, por exemplo), como os que adotam uma abordagem funcionalista (como ALVES, 2013; NOVAES, 2001; PEZATTI, 2001.). Neste capítulo, apresenta-se a base teórica deste estudo, que oferece uma contribuição para o estudo do fenômeno em foco.

Como já mencionado, esta pesquisa adota como base o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional, que explicita no próprio nome sua abordagem: é um modelo de estudo da Gramática, pois trata dos princípios subjacentes à sistematicidade das línguas, como uma abordagem voltada para as formas linguísticas, considerando, obviamente, as suas funções; é Discursiva no sentido de que focaliza como os fenômenos gramaticais explicitamente são impactados pelo discurso, sem pretender dar conta do discurso, mas do Ato Discursivo e de sua codificação morfossintática e fonológica; por fim, é Funcional porque é voltada para as formas linguísticas que refletem a instrumentalidade da linguagem na interação humana.

Tem ainda como princípios funcionalistas fundamentais: i) a adequação pragmática, que determina que uma gramática deve descrever as propriedades das expressões explicando seu uso; ii) a adequação psicológica, que prediz que a gramática deve ser compatível com hipóteses confirmadas sobre o processamento da linguagem; iii) a adequação tipológica, que propõe que a teoria deve oferecer arcabouço que permita construir gramáticas de línguas tipologicamente diferenciadas.

Em oposição às linhas funcionalistas estão as abordagens formalistas, como a gerativista, que, por considerar que as estruturas mentais são inatas, não acredita que as propriedades mais profundas do fenômeno linguístico sejam depreendidas de dados reais de uso da língua, já que estes representam as regras subjacentes ao sistema linguístico. Dessa forma, as análises são empreendidas independentemente do uso da língua, o que, para Hengeveld e Mackenzie (2008), constitui uma limitação para um estudo linguístico.

É importante ressaltar, como alerta Butler (2003, *apud* Santana, 2010), que a dicotomia formal x funcional é válida, mas é mais adequado pensar nessa oposição em termos de um espectro, em que, em um extremo, estão as teorias fundamentalmente formais (como a de Chomsky), e no lado oposto, as teorias radicalmente funcionais, sendo que há uma variedade de abordagens no intervalo entre os polos. Há assim, "uma escala de teorias que (i) podem compartilhar boa parte dos objetivos e hipóteses, e (ii) encontram-se fechadas em um espaço multidimensional definido por um conjunto complexo de características"(cf. Butler, 2003, apud Santana, 2010), como reproduzido na figura (5), retirado de Santana (op. cit.)

Modelo de Chomsky	Gramática do papel e da referência (Van Valin & Lapolla, 1997)	Gramática (discursivo) funcional (DIK, 1997a, 1997b; Hengeveld & Mackenzie, 2008)	Gramática sistêmico-funcional (Halliday, 1985, 1994a, 1994b; Halliday & Matthiessen, 1999, 2004)	Funcionalismo da Costa-Oeste (Givón, 1989, 1993, 1995, 2001a, 2001b)	Gramática emergente (Hopper, 1987, 1992)

Figura 6. Escala das teorias: do extremo formal ao extremo funcional (BUTLER, 2008, p. 149, apud SANTANA, 2010, p. 39)

Um cuidado deve ser tomado quanto ao uso do termo "formal", como alerta Santana (op. cit), comumente oposto ao termo "funcional". A autora recorre a Newmeyer (1998) para explicar que o termo "formal" diz respeito tanto à forma ou estrutura gramatical

em oposição ao significado ou uso quanto à utilização de um sistema notacional para expressar de modo preciso e exato as observações e as generalizações linguísticas. De acordo com a autora, a segunda acepção é tomada por teorias funcionalistas, que usam sistemas matemáticos de notação. Santana salienta que

> A polêmica em torno dos termos formal e funcional oculta, portanto, o fato de que diferenças de formalização não passam de mera questão de grau. Alguns modelos funcionalistas consistem em teorias com um elevado grau de formalismo e explicitude notacional, como é o caso, por exemplo, da gramática (discursivo) funcional e da gramática do papel e da referência – os modelos mais próximos à gramática formal de Chomsky [...]. A diferença real não está na utilização de sistemas notacionais, mas no grau de independência ou de autonomia das relações formais ou gramaticais em relação ao significado e ao uso que os falantes fazem delas no contexto comunicativo. É justamente nesse sentido preciso do termo formal que a diferença entre as gramáticas formais e as funcionais deixa de ser uma questão relativa para ser uma questão absoluta. (SANTANA, 2010, p. 39-40)

Hengeveld (1998) classifica o gerativismo como uma teoria que é, simultaneamente, formalizada e autônoma, pois tem o objetivo explícito de construir um sistema de representação formal e por entender que a gramática é um sistema estrutural autônomo. A GDF, por seu turno, é formalizada e funcional, pois também trabalha com representações formais, à semelhança do gerativismo, mas, diferentemente, entende a linguagem como instrumento de interação social.

A caracterização precisa da GDF é apresentada por Pezatti (2014), como segue:

> Na verdade, a GDF constitui uma gramática estrutural-funcional (cf. Butler, 2003), termo que adequadamente descreve seu estatuto intermediário, uma vez que, ao mesmo tempo que aceita ser a gramática moldada pelo uso, a GDF sustenta que, em termos sincrônicos, a gramática de uma língua é de fato um sistema, que deve ser descrito e correlacionado com funções no discurso (Hengeveld e Mackenzie, 2008). Por isso, ocupa uma posição intermediária entre o funcionalismo radical e o formalismo radical. (PEZATTI, 2014, p. 73)

Por sua vez, como já é de conhecimento geral e reafirmado neste estudo, os trabalhos com uma perspectiva normativa ou descritiva, representado majoritariamente pelas gramáticas tradicionais, atêm-se mais aos aspectos estruturais do processo, notadamente os morfossintáticos, como, por exemplo, a classificação do elemento juntor de orações e do próprio processo de articulação, em uma visão dicotômica que não dá conta dos vários usos da língua. Como premissa, esses estudos consideram a autonomia da sintaxe, enfoque que reduz as possibilidades de análise da língua em uso.

Contrariamente, estudos funcionalistas, como o da GDF, primam pela relação entre os níveis linguísticos. A GDF, como será possível perceber a seguir, não considera a possibilidade de a sintaxe ter autonomia na descrição de um fenômeno linguístico, já que o modelo teórico prevê uma organização em que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico, apesar de sua autonomia em termos de suas categorias, mantêm entre si uma interdependência devido às motivações pragmáticas e semânticas que regem o sistema linguístico.

Sobretudo, de acordo com Dik (1989), abordagens funcionalistas, de forma geral, têm como princípio a ideia de que as propriedades da expressão linguística adaptam-se às intenções comunicativas do usuário da língua.

A GDF, como os próprios autores salientam, constitui um aprimoramento da Gramática Funcional, de Simon Dik (1989), um modelo teórico de interação verbal que propõe que a língua sofre influências de fatores externos, por isso sintaxe, semântica e pragmática não podem ser tratadas como autônomas. Dessa forma, assim como nas demais teorias funcionalistas, a língua deve ser analisada a partir da situação comunicativa, e não isoladamente, visto que, como propõe o autor, a língua é um instrumento de interação social, com propósitos comunicativos, e, por isso, as expressões linguísticas, que constituem o

instrumento de comunicação, têm suas propriedades codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores.

Para Dik, na situação de interação verbal, há dois conjuntos de regras: as que governam a construção das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e as que governam os padrões de interação verbal nas quais as expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas), vistas como instrumentais em relação aos propósitos do conjunto de regras que regem a interação. Essas regras são sempre instrumentais com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regras, ou seja, estão sempre a serviço das intenções do Falante, que interage com o Ouvinte por meio da expressão linguística.

Dessa forma, a interação social é governada por normas e convenções e é cooperativa, uma vez que necessita de pelo menos dois falantes. Os falantes usam expressões linguísticas na interação verbal, que são os seus instrumentos de comunicação.

A produção da expressão linguística é estruturada e depende da intenção do Falante, da informação pragmática do Falante e da antecipação que ele faz da interpretação do Ouvinte, enquanto a interpretação do Ouvinte depende da própria expressão linguística, da informação pragmática do Ouvinte e da hipótese que faz sobre a intenção comunicativa do Falante. Nesse processo, o Falante, em função da avaliação que faz da informação pragmática do Ouvinte (crenças, conhecimentos, opiniões, sentimentos etc), organiza a expressão linguística, a fim de realizar alguma mudança na informação pragmática do Ouvinte, no momento da interação. A partir dessa avaliação, o Falante, dentre as informações disponíveis para ele e tendo em vista seu propósitco comunicativo, formula a expressão linguística que ele considera mais adequada para levar o Ouvinte à mudança pretendida. Por sua vez, o Ouvinte irá reconstruir a intenção do Falante, sendo ambos mediados pela expressão linguística,

situado em um contexto específico, que influencia todo o processo. A GDF mantém esses pressupostos da Gramática Funcional de Dik.

A versão de Hengeveld e Mackenzie (2008), assim como a de Dik (1989), é um modelo de análise linguística com um arcabouço teórico que pretende permitir uma descrição sistemática do maior número possível de línguas humanas. É também um modelo que se detém especificamente sobre a gramática de uma língua, mas considera o discurso como unidade de interação, ao invés da sentença apenas (como era na versão de Dik), e, além disso, propõe a interação do componente gramatical com o contexto informacional e situacional de produção do texto. Dessa forma, é um aparato teórico que estuda a gramática, mas que valoriza os demais componentes que são compatíveis com uma teoria da interação verbal, sendo assim, simultaneamente, estrutural e funcional.

Um pressuposto da teoria é a separação entre os processos de Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas interpessoais) e semânticas (denominadas representacionais), enquanto, no segundo, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas, ou seja, as unidades formais que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua.

A Formulação converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, enquanto a Codificação transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico, configurando uma expressão linguística.

Esse sequenciamento de ações linguísticas reflete a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo Falante, porém, como alerta Mackenzie (no prelo), o objetivo da teoria é a descrição das relações entre as camadas, níveis e componentes, e não a representação do processo de produção linguística em tempo real.

As relações de formulação e codificação, para a GDF, encontram-se estruturadas em níveis que são representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas; assim, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Os autores propõem a existência de quatro níveis de análise: Nível Interpessoal (NI), Nível Representacional (NR), Nível Morfossintático (NM) e Nível Fonológico (NF). O NI diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte; o NR está relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas; o NM toma como unidade de análise a composição sintática dos elementos linguísticos; o NF trata das representações fonológicas dos constituintes. Em cada nível há os recursos gramaticais que estão disponíveis em cada língua para se fazerem as distinções interpessoais, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, e é este componente gramatical o foco da GDF: uma teoria da gramática das línguas, e não do discurso, como salientam os autores.

Os níveis também são hierarquicamente estruturados em camadas de vários tipos, em que a primeira camada, mais alta, contém a segunda e assim sucessivamente, como será possível observar, em detalhes, na descrição de cada nível. Cada camada tem obrigatoriamente um Núcleo, que que pode ser restringido por um Modificador, especificado por um Operador e ter ainda uma Função. Núcleos e Modificadores constituem estratégias lexicais, e Operadores e Funções, estratégias gramaticais. Uma Função ocorre entre unidades da mesma camada, por isso é sempre relacional, enquanto um Operador se aplica a uma unidade em si mesma.

Os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, tornando possível subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes introduzidas no discurso em cada um desses níveis. O Componente Contextual alimenta as

operações de Formulação e Codificação, uma vez que disponibiliza antecedentes, referentes visíveis, e participantes do ato de fala que podem de alguma forma influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no componente de produção real da gramática, isto é, no enunciado fonético. Já o Componente Conceitual não faz parte da gramática, mas é a força motriz que está por trás do componente gramatical.

A figura (6) apresenta o layout da GDF.

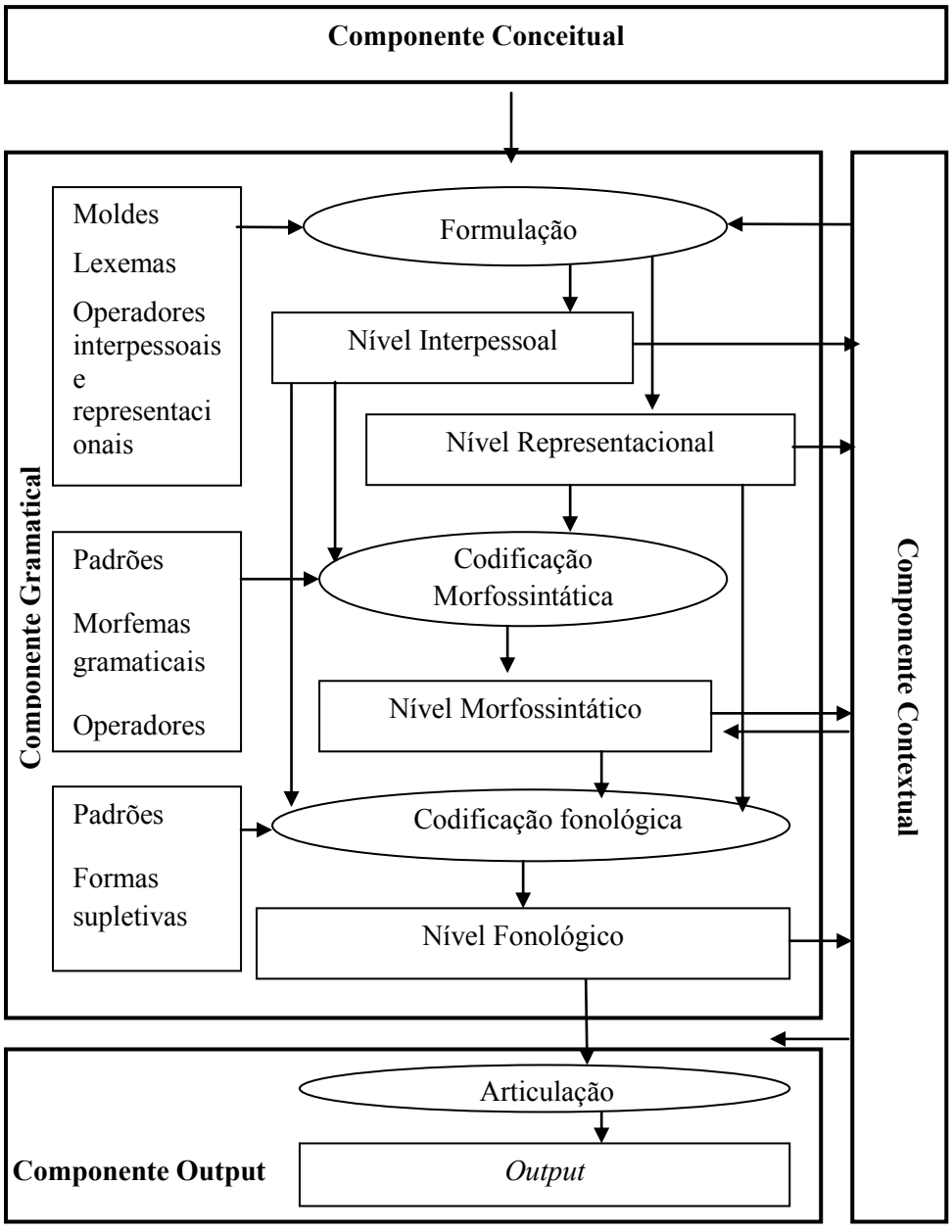


Figura 7. Layout geral da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13)

Um ponto importante sobre a teoria que precisa ser esclarecido, visto que há muitos equívocos, é que a GDF não é um modelo do Falante, como enfatiza Mackenzie (2011, p. 11): "Uma diferença fundamental entre a GF e a GDF é que a segunda rejeita a ambição de ser um modelo da falante. No entanto, pretende ser uma teoria sobre a gramática que reflete as evidências psicolinguísticas na sua arquitetura básica". Assim, o Falante não é o centro da teoria, apenas prevê-se que o processo inicia-se com a intenção comunicativa do Falante e segue rumo à articulação.

De acordo com Mackenzie (no prelo), o princípio da implementação dinâmica, como demonstra a Figura (7), é esclarecer a lógica das relações entre as camadas, níveis e componentes, e não imitar a sequência no tempo real de produção da linguagem. As setas da figura indicam a sequência que o analista segue para analisar um fenômeno em particular. O autor reforça que a razão para a direção descendente se dá pelo fato de se acreditar que um modelo pode ser mais eficaz se se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo, visto que foi comprovado por estudos psicolinguísticos que a produção da linguagem é um processo descendente, que segue da intenção para a articulação.

Em função do objetivo desta pesquisa, qual seja o de caracterizar o mais exaustivamente possível a relação conclusiva codificada pelas conjunções, a análise abarca o Componente Gramatical, nos quatro níveis propostos, mas também alguns aspectos do Componente de Saída, restritos aos elementos que auxiliam funcionalmente a delimitação deste fenômeno linguístico. Dessa forma, pretende-se descrever aqui o percurso de implementação dinâmica da gramática da relação conclusiva, desde a produção das intenções comunicativas, com as operações de formulação, passando pelos processos de codificação e chegando à articulação.

Nas próximas seções deste capítulo, já em direção à análise a ser empreendida, atem-se a uma explicação mais detalhada de apenas algumas camadas dos quatro níveis de análise, consideradas mais relevantes para fornecer explicações sobre o objeto em estudo.

2.1 Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal, como já definido, considera o papel da interação na relação entre Falante e Ouvinte. É aqui que se analisa como o Falante usará estratégias para alcançar seus propósitos comunicativos. No Nível Interpessoal, a sequência hierárquica é composta por: Movimento, Ato Discursivo, Ilocução, Falante, Ouvinte, Conteúdo Comunicado, Subatos de Atribuição e de Referência, como segue (Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 49), como mostrado a seguir:

(Π M_1:	Movimento
(Π A_1: [	Ato Discursivo
(Π F_1: ILL (F_1): Σ (F_1))	Ilocução
(Π P_1: ... (P_1): Σ (P_1))$_S$	Falante
(Π P_2: ... (P_2): Σ (P_2))$_A$	Ouvinte
(Π C_1: [	Conteúdo Comunicado
(Π T_1: [...] (T_1): Σ (T_1))	Subato Atributivo
(ΠR_1: [...] (R_1): Σ (R_1))	Subato Referencial
] (C_1): Σ (C_1))	Conteúdo Comunicado
] (A_1): Σ (A_1))	Ato Discursivo
(M_1): Σ (M_1))	Movimento

Os núcleos de cada camada podem ser restringidos por determinados modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificado por operadores (constituintes gramaticais) e cada camada pode ter funções, retóricas ou pragmáticas. Em espaço oportuno, esses conceitos serão retomados.

Para este trabalho, cabe aprofundar a descrição das duas unidades linguísticas mais altas do Nível Interpessoal: o Movimento e o Ato Discursivo.

O Movimento é uma unidade de caráter interpessoal que pode ser definida como "uma contribuição autônoma para uma interação contínua" (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 50), cuja propriedade principal é possibilitar uma reação do destinatário do ato de fala, que assim produz outro Movimento, e assim sucessivamente. Como afirma Kroon, o Movimento tem por objetivo impulsionar a comunicação em termos de objetivos conversacionais (Kroon, 1997, p. 30). Dessa forma, constitui uma ação do Falante para alcançar seu propósito comunicativo, que pode provocar uma reação do Ouvinte ou mesmo ser uma reação a um outro Movimento.

Hengeveld e Mackenzie (2008) recorrem ao Nível Fonológico para apontar a entonação como um dos fatores delimitadores, considerando que corresponde a um Enunciado Fonológico. A quebra entonacional nas fronteiras de um Movimento é identificada com a noção de *paratones* (BROWN e YULE, 1983, p 101, *apud* HENGEVELD e MACKENZIE, 2008); além de constituir uma unidade estrutural do discurso falado relacionadas topicalmente, é caracterizada fonologicamente por um tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo extra na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significativa (THOMPSON, 1994, p. 65-6, *apud* HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Na escrita, segundo os autores, corresponde a um parágrafo.

O Ato Discursivo é definido como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, mas, diferentemente do Movimento, não impulsiona a

comunicação. Um Ato pode conter até quatro componentes (uma Ilocução, um Falante, um Ouvinte e um Conteúdo Comunicado) e sua extensão pode variar desde interjeições até orações complexas. A Ilocução indica a finalidade do ato verbal (como, por exemplo, chamar a atenção, afirmar, dar ordem, questionar etc) e podem ser expressas por interjeições, verbos performativos ou por ilocuções abstratas – interrogação, exclamação etc). O Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Ouvinte, podendo trazer informação nova ou uma combinação de informação nova e dada. A configuração de um Ato pode ser formada por um ou mais Subatos, o Subato de Atribuição, que expressa uma tentativa do Falante de evocar uma propriedade que se aplica a uma entidade, e um Subato de Referência, uma tentativa de evocar um referente. O Ato Discursivo constitui a unidade de análise da GDF[2].

Enquanto o Movimento corresponde a um Enunciado (U) no Nível Fonológico, o Ato Discursivo corresponde à Frase Entonacional (IP) e caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional. O final dessas duas unidades é marcado por meios prosódicos, como a pausa, que não é um elemento da gramática, mas é indiretamente afetada pela gramática. Internamente, ambos têm suas delimitações asseguradas fonologicamente por operadores de subida (r) e de queda (f).

A título de exemplificação, em (01) a seguir repetida, há dois Atos Discursivos (*Pedro estudou pouco* e *vai ser reprovado*), que, por sua vez, constituem um Movimento:

(01) Pedro estudou pouco, ele vai**, portanto**, ser reprovado.[3]

[2] A Gramática Funcional de Dik considera a sentença como unidade máxima de análise, vista não de forma isolada, mas compondo combinações que formam o discurso (DIK, 1997). Já a GDF vai além da sentença e toma como unidade de análise o Ato Discursivo, que compõe, isoladamente ou em conjunto, um Movimento, ambos realizados no Nível Interpessoal.

[3] A numeração dos exemplos será reiniciada em cada capítulo, a fim de facilitar o acompanhamento dos exemplos pelo leitor.

É também no Nível Interpessoal que os autores tratam das estratégias retóricas, importantes para a descrição da relação conclusiva. Essas estratégias estão relacionadas aos modos pelos quais os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante e também às propriedades formais de enunciados que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos do Falante. Essas unidades linguísticas refletem a estruturação global do discurso, consideradas funções retóricas que se aplicam a Atos Discursivos. A função retórica é atribuída ao Ato Discursivo dependente, por isso denominado Subsidiário.

Os casos de função retórica apontados pelos autores são: de Aposição, Motivação, Orientação, Correção e Concessão (Hengeveld e Mackenzie, 2008). A título de esclarecimento dessa função, o exemplo (02) traz um caso de Função Retórica Motivação, de acordo com a análise de Pezatti, Sposito e Novaes (no prelo):

(02) Não repare não, porque a jabá foi feita avexada. (Bra80:Bichinho)
(MI: [(AI: - não repare não - (AI)) (AJ: -que a jabá foi feita avexada- (AJ))Motiv] (MI))

Essa ocorrência, para as autoras, é composta de dois Atos Discursivos: [*não repare não*], com ilocução Imperativa, e [*porque a jabá foi feita avexada*], com ilocução Declarativa, que expressa uma justificativa para a enunciação do Ato Imperativo. São dois Atos Discursivos distintos, cada um com sua própria força ilocucionária e com seu próprio contorno entonacional, em uma relação de dependência, já que a enunciação do segundo Ato justifica a enunciação do outro. Como estratégia comunicativa, o segundo Ato tem o propósito específico de indicar o motivo do primeiro Ato, sendo a motivação para a realização do primeiro.

Na Função Concessão, como mostra Garcia (2010), o Falante, estrategicamente, faz uma afirmação, para, em seguida, apresentar uma concessão. Nesse caso também, o Ato Nuclear é seguido do Ato com a função Concessão, como em (03):

(03) (MI: [(AI: - *o serviço de bordo foi muito bom*- (AI)) (AJ: - *embora fosse assim a passagem mais econômica* - (AJ))Conc] (MI)) (GARCIA, 2010, p. 108)

O conceito de Função Retórica será retomado, para análise de casos que se enquadram nessa categoria analítica.

2.2 Nível Representacional

O Nível Representacional trata dos aspectos semânticos da unidade línguística, tanto no que diz respeito ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico quanto aos significados de unidades lexicais e unidades complexas. Nesse nível, as camadas são descritas em termos das categorias semânticas que elas designam, como segue (Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 142):

(π p_1: Conteúdo Proposicional
π ep_1: Episódio
(π e_1: Estado-de-Coisas
[(π f_1: [Prop. configuracional
(π f_1: ♦ (f_1): [σ (f_1)$_\Phi$]) Qualquer categoria semântica
... ...
(π x_1: ♦ (x_1): [σ (x_1)$_\Phi$])$_\Phi$ Qualquer categoria emântica
] (f_1): [σ (f_1)$_\Phi$]) Prop. configuracional (e_1)$_\Phi$]: [σ
(e_1)$_\Phi$]) Estado-de-Coisas
(ep_1): [σ (ep_1)$_\Phi$]) Episódio
(p_1): [σ (p_1)$_\Phi$]) Conteúdo Proposicional

Nesse nível, a camada mais alta é a do Conteúdo Proposicional, que contém um Episódio, que, por sua vez, é constituído por Estados-de-Coisas, e assim sucessivamente. Como interessam para este trabalho apenas as camadas do Conteúdo Proposicional e do Estado-de-Coisas, camadas do Nível Representacional em que a relação conclusiva pode se estabelecer, as demais serão descritas de forma bem resumida.

O Conteúdo Proposicional é um construto mental (crenças, desejos) que, segundo os autores, pode ser caracterizado pelo fato de ser qualificado em termos de suas atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) em relação ao evento ou em termos de sua fonte ou origem do conhecimento (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência). Pode ainda ser factual, quando é uma porção de conhecimento ou uma crença acerca do mundo real, ou não-factual, quando é um desejo ou expectativa com relação a um mundo imaginário. A ocorrência a seguir mostra um Conteúdo Proposicional, evidenciado pelo verbo "saber":

(4) então eu não **sei** o que que é não ser gêmea (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)

O verbo indica que "não saber o que não é ser gêmea" é uma crença do Falante a respeito do mundo real.

O Estado-de-Coisas é uma entidade que pode ser localizada no tempo relativo e avaliada em termos de seu estatuto de realidade e pode ocorrer ou acontecer em algum ponto de um intervalo de tempo. Assim, distingue-se de Conteúdos Proposicionais por ter traço temporal, como no exemplo em (5), em que o evento é localizado temporalmente:

(5) portanto, eu não **roubei**, não é? (Ang97:JovemGaspar)

Os participantes de um Estado-de-Coisas podem desempenhar diversas funções semânticas: Ativo (*Actor*), em que o participante é volitivamente envolvido no Estado-de-Coisas; Inativo *(Undergoer)*, em que não é volitivamente envolvido, e o Locativo (*Locative*), em que é atribuída ao participante a categoria semântica Lugar.

Um Episódio é composto por um único Estado-de-Coisas ou, mais comumente, por uma combinação de Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, caracterizados por apresentar unidade ou continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduo. Já a Propriedade, contrariamente ao Episódio e ao Estado-de-Coisas, não é caracterizada em termos de tempo e espaço, já que só pode ser avaliada em relação a sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve em geral, não tendo existência independente. Indivíduos são entidades concretas, tangíveis, que podem ser localizadas no espaço e avaliadas em termos de sua existência. Há ainda as categorias de Lugar, Tempo, Modo e Quantidade e Razão, em que os próprios nomes explicitam o tipo de relação semântica.

2.3 Nível Morfossintático

Nesse Nível, após a Formulação nos níveis anteriores, inicia-se o processo de Codificação propriamente dito, por meio de unidades formais, no caso, as unidades morfológicas e sintáticas, decorrentes das configurações pragmáticas e semânticas da língua. A unidade linguística é aqui analisada em termos de seus constituintes sintáticos. Compõem essa camada a Expressão Linguística, a Oração, o Sintagma, a Palavra, a Raiz e o Afixo, como segue (Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 301):

(Le_1 :	Expressão Linguística
(Cl_1:	Oração
(Xp_1 :	Sintagma
(Xw_1 :	Palavra
(Xs_1)	Raiz
(Aff_1)	Afixo
(Xw_1))	Palavra
(Xp_1))	Sintagma
(Cl_1))	Oração
(Le_1))	Expressão Linguística

É nesse nível que o *input* dos níveis anteriores é representado estruturalmente, com informações lexicais que trazem informações da relação de dependência entre predicados e argumentos e entre núcleo e modificador; informações sobre operadores (gramaticais), além de informação sobre funções, sejam relações pragmáticas entre Atos Discursivos, Nuclear e Subsidiário, sejam relações semânticas entre argumentos e predicados. Interessa para este trabalho como essas informações lexicais são codificadas morfologicamente.

Aqui a unidade de análise mais alta, e que interessa para este trabalho, é a Expressão Linguística, formada por qualquer conjunto de pelo menos uma unidade usada de modo independente. Orações ou Sintagmas formam essa unidade. Para este trabalho, importam os processos de combinação de Orações na formação da Expressão Linguística, suficientes para este estudo.

Orações são formadas por um grupo ou mais de Palavras, Sintagmas ou outras Orações, com uma sequência ordenada. Orações podem constituir por si só uma Expressão Linguística ou podem combinar-se de diferentes maneiras. São várias as possibilidades de combinação, conforme a dependência ou a independência das Orações, como mostra a Figura a seguir:

Mutuamente dependente		Dependência de uma unidade	Não dependência
Oração	Equiordenação	Cossubordinação	Coordenação

Figura 8. A constituição da Expressão Linguística
Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 309)

Quando são mutuamente dependentes, ou seja, nenhuma delas pode ser usada independentemente, ocorre o processo de Equiordenação Oracional, como no caso de (6) em que as Orações "nós gostamos tanto" e "que passa bem" não têm independência sintática:

(6) -> não, nós gostamos tanto
- hum.
-> que passa bem (Bra80:Samba).

Já quando apenas uma das Orações é dependente da outra, mas não se identifica como constituinte da outra, havendo, portanto uma dependência unilateral, há Cossubordinação, como mostra (7), com a oração "além de jogarmos de graça" que não pode ocorrer independentemente de "alimentávamos os jogadores":

(7) além de jogarmos de graça, alimentávamos os jogadores. (PT97:DesportoDinheiro)

Nos casos em que as Orações que compõem a Expressão Linguística são independentes, sem que uma seja constituinte da outra, mas a combinação constitui uma única unidade formal, ocorre a Coordenação, como exemplificado em (8).

(8) somos obrigado a falar, falar, e... falamos muito (Moç86:Chuva)

Na perspectiva da GDF, a Subordinação é um fenômeno que ocorre na camada da Oração, quando Orações são encaixadas e assim cria-se uma relação de constituência de uma das unidades, por meio de relação de dependência de argumentos ou de modificação (expansão) do Núcleo da Oração.

2.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico é, juntamente com o Nível Morfossintático, o lugar da Codificação e também o último nível gramatical proposto. São as seguintes camadas que compõem esse nível: Enunciado, Frase Entonacional, Frase Fonológica, Palavra Fonológica, Pé e Sílaba (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 428):

(π U1: [	Enunciado
(π IP1: [	Frase Entonacional
(π PP1: [	Frase Fonológica
(π PW1: [	Palavra Fonológica
(π F1: [	Pé
(π S1)N	Sílaba
] (F1))	Pé
] (PW1))	Palavra Fonológica
] (PP1))	Frase Fonológica
] (IP1)	Frase Entonacional
] (U1))	Enunciado

Os autores da GDF afirmam que, dentre as camadas do Nível Fonológico, as três mais altas (Enunciado Fonológico (U), Frase Entonacional (IP) e Frase Fonológica (PP)) são

as que mais interessam para a teoria, visto que refletem mais fortemente os processos linguísticos vindos dos Níveis Interpessoal e Representacional, e, dentro destes, das camadas mais altas.

A Frase Entonacional (IP) corresponde, normalmente, ao Ato Discursivo, que é a unidade de análise da GDF. Geralmente, há uma relação entre Movimento e Enunciado e, por outro lado, entre Ato Discursivo e Frase Entonacional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 432), como em (9):

(9) That's a nice cat. Is it yours?
Aquele gato é bonito. É seu?

Há aqui dois Atos [That's a nice cat.] e [Is it yours?], cada um com sua Ilocução (o primeiro, Declarativo, e o segundo, Interrrogativo), que formam um Movimento no Nível Interpessoal; no Nível Fonológico, correspondem a duas Frases Entonacionais, que, por sua vez, formam o Enunciado Fonológico, correspondente ao Movimento.

Por meio de um outro conjunto de exemplos, em (10), (11), (12), (13) e (14), Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 432-3) mostram as várias possibilidades de combinação entre Frases Entonacionais na composição de um Enunciado[4]:

(10) Celtic won and Rangers lost.
O Celtic ganhou e o Rangers perdeu.
((Ui [(IPi: Celtic won and Rangers lost (IPi))] (Ui))

(11) Celtic won. And Rangers lost.
O Celtic ganhou. E o Rangers perdeu.
((U_i [(IP_i: Celtic won (IP_i)) (IP_j): And Rangers lost (IP_j))] (U_1))

[4] Essas formalizações equivalem parcialmente às apresentadas pelos autores. A diferença é que aqui não constarão as transcrições fonéticas das unidades, tendo em vista que os processos fonológicos ocorridos nas camadas das Palavras e nas Sílabas, por exemplo, não serão relevantes neste momento. Quando houver necessidade, nos casos de processos relacionados a aspectos funcionais, então haverá a respectiva transcrição.

(12) Celtic won. However, Rangers lost.
O Celtic ganhou. No entanto, o Rangers perdeu.
((U$_i$ [(IP$_i$: Celtic won (IP$_i$)) (IP$_j$): However(IP$_j$)) (IP$_k$): Rogers lost (IP$_j$))] (U$_1$))

(13) Celtic won. Rangers, however, lost.
O Celtic ganhou. O Rangers, no entanto, perdeu.
((U$_i$ [(IP$_i$: Celtic won (IP$_i$)) (IP$_j$): Rangers (IP$_j$)) (IP$_k$): however (IP$_l$)) (IP$_k$): lost (IP$_k$))] (U$_1$))

(14) Celtic won. Rangers however lost.
O Celtic ganhou e o Rangers no entanto perdeu.
((U$_i$ [(IP$_i$: Celtic won (IP$_i$)) (IP$_j$): Rangers however lost (IP$_j$))] (U1))

Esses casos mostram Frases Entonacionais que compõem um Enunciado, o que pode variar de uma IP, como em (10), a várias IPs, como nos demais casos. Em (11), há duas Frases Entonacionais [Celtic won] e [And Rangers lost], enquanto em (12), o modificador do Ato Discursivo *however* tem seu próprio contorno entoacional e forma assim uma Frase Entonacional, assim como [Celtic won] e [Rangers lost], compondo assim um Enunciado com três IPs. Por outro lado, caso o modificador esteja intercalado, como em (13), então cada uma das partes precedentes e subsequentes pode também constituir uma Frase; porém essa integração é opcional, como mostra (14), em que há duas Frases [Rangers won] e [Rangers *however* lost], com o modificador *however* no interior da Frase Entonacional. As razões para essa variação serão discutidas na análise dos dados.

A caracterização da camada da Frase Entonacional pode ser feita interna e externamente. Internamente, contém um núcleo, ou seja, um acento localizado em uma ou mais sílabas; externamente, separa-se de outra Frase Entonacional por meio de pausas menores do que as que separam Enunciados. Cada Frase é sistematicamente reconhecida por contornos globalmente definidos pelos operadores deste Nível: operador de queda (f) ou subida (r). Na maioria das línguas, há uma correlação entre os operadores do Nível Fonológico e a Ilocução, no Nível Interpessoal. Por exemplo, o movimento de queda se

relaciona às Ilocuções Declarativa e Imperativa, enquanto a subida caracteriza a Ilocução Interrogativa (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 434). Se retomado o exemplo de (15), com acréscimo da formalização, há a demonstração desses movimentos entoacionais, em que cada Ato tem Ilocuções diferentes, sendo o primeiro, com operador de queda, por se tratar de Ilocução Declarativa, e o segundo, com operador de subida, por ser Ilocução Interrogativa:

(15) That's a nice cat. Is it yours?

$(A_1 [(F_{1:\ Decl}\ F_1)]\ A_1)\ \ (A_2 [(F_{1:\ Int}\ F_1)]\ A_2)$

((Ui [(fIPi: That's a nice cat (IPi)) (rIPj): Is it yours (IPj))] (U1))

Esses operadores também podem mostrar as relações de dependência entre Atos Discursivos, como mostra o exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 437):

(16) If you're unsure, call me.

Se você não tiver certeza, me chame.

$(A_1 [(F_{1:\ Decl}\ F_1)]\ A_1)\ \ (A_2 [(F_{1:\ Imp}\ F_1)]\ A_2)$

$((U_i [(rIPi:$ If you're unsure $(IP_i))\ \ (fIP_j:$ call me $(IP_j))] (U_1))$

No primeiro Ato [If you're unsure], que corresponde a uma Frase Entonacional, há um contorno global de subida, apesar de haver Ilocução Interrogativa, sendo assim um reflexo do Nível Interpessoal, que acena para o fato de que outro Ato será produzido a seguir, em uma relação de dependência do primeiro; no segundo Ato [call me], ocorre um operador de queda, mostrando o encerramento deste Ato e delimitando também o fim do Enunciado composto pelas duas Frases Entonacionais.

Assim, como pressuposto teórico, os Níveis de análise são independentes, no entanto, pode haver uma relação entre eles, já que processos de Formulação estão refletidos na Codificação.

Com base nesses pressupostos teóricos e nos conceitos discutidos, buscamos, a seguir, descrever a relação conclusiva, na tentativa de explicitar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas e estabelecer ainda a relação entre os níveis propostos pela GDF.

Capítulo 3. Córpus e metodologia

3.1 Córpus

O córpus selecionado para este estudo foi produzido no âmbito do projeto Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais, em parceria entre o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e as Universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provence - Aix-Marseille I. O resultado é um córpus com amostras das variedades do português falado nos países lusófonos: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. As gravações abrangem um período de tempo que vai de 1970 a 2001, com uma incidência de cerca de 70% na última década.[5]

No total, são 86 gravações, com 8h e 44m de gravação e 91.966 palavras gráficas. Os inquéritos foram obtidos em diversas situações, tanto em conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares, como em contextos mais formais, como programas radiofônicos, por exemplo. Os informantes são sociolinguisticamente diversificados e têm o português como língua materna ou como segunda língua.

No córpus original, as mudanças de turnos entre os falantes são marcadas por sinais ("-" e "->"), mas, para facilitar a leitura, neste trabalho, quando as ocorrências envolvem trechos com diálogos, optamos por marcar a alternância entre os Falantes com a letras “A”e “B”.

A respeito das normas de transcrição, segue a explicação presente na página eletrônica do CLUL:

> Para a transcrição adoptou-se a ortografia convencional do português europeu. Assim, às formas fonéticas do tipo de "òspois", "falá" (Bras.), corresponde a transcrição ortográfica convencional "ao depois", "falar". As contracções ou truncagens, mesmos as mais frequentes, são também transcritas com a grafia convencional: "tar" - "estar"; "né" - "não é". Quando

[5]Disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php

> se considerou pertinente, foram feitos comentários a formas fonéticas do tipo das mencionadas, no campo "Observações" do cabeçalho do texto.
> Evitou-se o uso de sinais de pontuação e de diacríticos, mas, sempre que facilitavam a compreensão do texto, foram usados com os mesmos valores com que são usados na escrita, em português, tendo, alguns deles, sido utilizados também nos seguintes casos:
> - Vírgula: - segue sequências de discuro que foram reformuladas, quer haja ou não pausa entre as sequências: desculpe voltar a incomodá-la por causa da, do tipo de prato
> - enquadra expressões fáticas ou marcas de hesitação: fizeram, sabe, porque o, a piscina furou, também servia para quando, enfim, eh, se matava porcos
> - Reticências - assinalam uma pausa no discurso quando não há reformulação da estrutura: salgar, e era muito bom, porque... esse líquido sa[...], essa água... salgada
> - Aspas simples - assinalam palavras inexistentes em português ou produzidas noutra língua: depois 'larra', põe numa panela limpa(por "rala") -> 'intra'! (forma crioula de Cabo Verde)
> - Aspas duplas - assinalam títulos de obras: acompanho aquela, uma "Unchained Melody" (título de uma música anglo-saxónica)
> Para as palavras truncadas (que não foram totalmente pronunciadas ou que não são totalmente compreensíveis), adoptou-se o símbolo [...] a seguir ao troço de palavra produzido/compreendido: es[...]. Usa-se o mesmo símbolo para sequências incompreensíveis, mas, desta vez, entre espaços. Pode corresponder a uma ou mais palavras: as pessoas saíam, [...] acabavam de ter o bebé,
> O mesmo símbolo, centrado em linha separada, significa que há cortes na gravação: [...]
> Se o corte da gravação deturpou alguma palavra mas é possível reconstituí-la, a reconstituição é dada dentro de parentesis curvos:
> dar
> [...]
> (con)certos

Um dos aspectos que chama a atenção nesse córpus, além da qualidade do material (do qual já resultaram vários estudos, como consta na página eletrônica citada), é a versão sonora do córpus, que facilita bastante a análise, visto que o software apresenta um alinhamento entre os arquivos com som e os arquivos com a transcrição. Quando se faz a seleção de um trecho transcrito, o material de áudio se alinha com a seleção e então ambos ficam sincronizados, facilitando bastante a análise de oitiva.

Vale salientar que o córpus não será utilizado para fins de comparação entre as variedades, sendo usada como base de dados representativa, como já observado.

3.2 Metodologia

Como descrito no capítulo anterior, a perspectiva adotada neste trabalho é funcionalista, mais especificamente a Gramática Discurso-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), uma teoria que considera a interação verbal como princípio.

Dessa forma, pode-se pensar que este estudo necessariamente deva se apoiar exclusivamente em um córpus com produções linguísticas autênticas, que ofereça evidências do uso linguístico de uma comunidade de falantes de uma dada língua. No entanto, como observa Butler (2003), a GDF não é uma teoria funcionalista radical, pois considera também que o Falante exerce papel fundamental, visto que toda ocorrência de uso da língua deve ser interpretada pelo analista, um falante da língua. Essa abertura da GDF permite minimizar um risco que se corre ao realizar um trabalho com exclusividade em um determinado córpus: a possibilidade de não se encontrar as várias formas de um determinado fenômeno em um recorte da língua. No caso do estudo em apresentação, esperava-se encontrar ocorrências de construções conclusivas com as formas *logo*, *portanto* e *então,* no entanto, como não houve nenhuma ocorrência com *logo*, a análise restringe-se aos usos das outras duas formas apenas. Uma das alternativas previstas para solucionar problemas desse tipo é recorrer à intuição do analista/falante e criar as construções possíveis, de forma a abranger o maior número de possibilidades de uso da língua. Esta é uma saída válida, mas que, no caso deste estudo, poderia enviesar a análise dos dados. Isto porque esta pesquisa não pretende investigar todas as possibilidades que um falante intui como válidas, mas sim aquelas que estão efetivamente em funcionamento (há casos em que a intuição do falante diria que é aceitável, no entanto, não é a que está em uso pela comunidade linguística naquele momento).

Por exemplo, como observado no capítulo 1, a forma *logo* é considerada como a conjunção conclusiva prototípica, no entanto, não houve nenhuma ocorrência desse tipo no

córpus. Uma solução para esse caso seria então recorrer à intuição linguística e criar exemplos considerados produtivos no português brasileiro e consultar representantes das demais variedades lusófonas para completar os dados ausentes. No entanto, tal procedimento poderia, de alguma forma, trazer algum tipo de reflexo na interpretação dos dados, visto que um dos objetivos do trabalho é analisar as construções conclusivas nas variedades lusófonas em textos falados, e assim, o fato de não se encontrar tal forma na modalidade oral já é um resultado do estudo.

A alternativa pensada para estudar a forma *logo*, especificamente, foi a de recorrer a outros estudos, porém a mesma dificuldade de localizar ocorrências com esse elemento no português brasileiro foi relatada inclusive em textos escritos, como mostra o estudo de Alves (2013). Uma evidência de que *logo* em construções conclusivas é restrito também no português europeu é mostrado por Oliveira (2011), que, ao analisar produções textuais de alunos em situação escolar, verificou que os alunos só passaram a usar o juntor após ensino sistemático em aulas direcionadas para esse fim - nas produções iniciais, o número de ocorrência foi zero; mesmo para apresentação de exemplos dos elementos juntivos, a ocorrência com *logo* não foi retirada de córpus, mas criada pela autora. Também Nunes (2009) assinala que não registrou nenhuma ocorrência do conector *logo* em 275 textos escritos pesquisados (crônicas, editorais e texto de opinião), motivo que levou a autora a considerar a forma *portanto* como o conector prototípico de conclusão.

Dessa forma a opção metodológica, em função dos dados levantados, foi a de não incluir neste estudo a forma *logo*, por ter-se o objetivo de verificar quais formas estão em uso na língua portuguesa, já que a intenção é a de verificar as tendências no português contemporâneo, para mostrar como os falantes escolhem diferentes formas de codificação da relação conclusiva por meio de conjunções.

Metodologicamente, os dados são retirados necessariamente do córpus e tomados como fonte de evidências do fenômeno em foco, para então se proceder às análises. Dessa forma, os dados não servem apenas para testar ou exemplificar teorias pré-existentes, mas sim para ver a funcionalidade do fenômeno e, a partir dos dados, fazer a descrição. Isso não significa, no entanto, que não haja uma teoria que sustente a análise, mas sim que, com base em uma perspectiva teórica, a partir de uma amostra representativa da língua, as hipóteses das categorias investigadas sejam validadas ou não. Assim, ameniza-se a subjetividade advinda da intuição linguística do estudioso e amplia-se o leque para os demais usuários da língua.

Por outro lado, neste trabalho não se tem a pretensão de acreditar que uma amostra contenha todos os fatos possíveis, visto que, como já salientado, pode ser que um córpus, pela sua peculiaridade, não contenha todas as construções possíveis.

Para o levantamento das ocorrências da amostra, o procedimento inicial foi levantar todos os casos com as formas *logo, portanto* e *então*, para selecionar apenas aqueles que efetivamente eram casos de relações conclusivas. Para tanto, levou-se em consideração as concepções sobre conclusão já existentes na literatura, a partir das discussões provenientes da pesquisa sobre esse fenômeno linguístico em gramáticas brasileiras e portuguesas e dos estudos linguísticos contemporâneos, realizados tanto no Brasil como em Portugal. Assim, pode-se então assumir claramente uma concepção de relação conclusiva que permitiu uma análise adequada dos dados.

Um cuidado especial nessa fase foi o de ouvir todas as ocorrências, um passo importante, porque a análise do Nível Fonológico depende da análise de oitiva. Por outro lado, era necessário verificar eventuais problemas de transcrição, sobretudo no caso da pontuação, que guarda marcas de um leitor letrado que se deixa levar, por vezes, pelo conhecimento de sintaxe e acaba por colocar vírgula e ponto final em unidades em que a ilocução diverge claramente do trecho transcrito. Esse problema eventual do córpus, porém,

não prejudicou a interpretação de dados, visto que, se o córpus é oral, a obrigação mínima do pesquisador é ouvir o material sonoro e revisar cada ocorrência, a fim de localizar eventuais divergências. Dessa forma, em alguns dos exemplos recortados para descrição do objeto de estudo pode haver pequenas correções, com pequenas diferenças em relação ao original.

Ainda quanto à análise de oitiva, neste trabalho, para melhor demonstração de processos fonológicos que ocorrem na relação conclusiva, recorreu-se ao uso do software Praat (Boersma P, Weenink D. Praat: doing phonetics by computer (Version 5.0.30, avaliable from: http://www.praat.org/, nov 2009). Trata-se de uma ferramenta computacional de domínio público usada para análise acústica de dados de fala, com uma gama de procedimentos, como gravação de sinal sonoro em formato digital, análises acústicas (espectrográfica, frequência fundamental, intensidade, formantes), síntese articulatória etc. Por meio desse software, as ocorrências das formas em estudo eram recortadas em trechos com tempo de 10 segundos, limite imposto pelo software. Assim, o recorte se deu entre o final do Enunciado Fonológico em que se encontra o uso de *então/portanto* e o último Enunciado produzido anteriormente à ocorrência dessas duas formas.

Por meio do espectograma resultante de cada ocorrência, pode-se identificar a duração da pausa, breve ou longa, que separa as Frases Entoacionais ou os Enunciados Fonológicos, o que evidencia as distinções prosódicas entre constituintes linguísticos.

Após delimitar os casos de relação conclusiva, foram levantados critérios para análise das propriedades dessa relação, com base nas hipóteses e objetivos relatados na introdução deste trabalho. A fim de relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcional e assim verificar as hipóteses levantadas, foram considerados os seguintes parâmetros:

- Nível envolvido: Nível Interpessoal ou Nível Representacional;

- Camada envolvida: Movimento ou Ato Discursivo, no Nível Interpessoal; Conteúdo Proposicional ou Estado-de-Coisas, no Nível Representacional;

- Unidades morfossintáticas envolvidas: Expressão Linguística ou Oração;

- Conjunção utilizada: *logo, então, portanto*;

- Unidades fonológicas envolvidas: Enunciado Fonológico ou Frase Entonacional;

- Fenômenos fonéticos e fonológicos entre as unidades fonológicas envolvidas: pausa e tom de fronteira.

Para a análise que se pretende, inicialmente, esses fatores foram analisados separadamente, para depois se estabelecer a relação entre níveis e camadas, em função do objetivo proposto de analisar a relação conclusiva como um processo em que ocorre a interação entre os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico, como preconiza a GDF.

Os dados selecionados foram submetidos a uma análise qualitativa, a fim de se averiguar o funcionamento das construções conclusivas. Como já observado, este trabalho não tem uma natureza estatística, e assim o levantamento das ocorrências tem o objetivo de verificar as propriedades das estruturas do fenômeno em estudo no português, sem pretensão de se estabelecer uma comparação entre as variedades.

Capítulo 4. A relação conclusiva na língua portuguesa: Funções Consequência, Conclusão e Resumo

Como já apontado, a relação conclusiva é objeto de análise de muitos investigadores. Alguns estudos consideram que construções conclusivas são, dentre outros casos, um tipo de condição-consequência (como Mira Mateus et al, 1986; Neves, 2000), ou ainda um tipo de consecutiva (Zenone, 1983, por exemplo), enquanto a maioria dos gramáticos e outros pesquisadores preferem tratá-las como um caso de relação conclusiva apenas.

A seção a seguir apresenta o conceito de relação conclusiva adotada neste estudo.

4.1 A relação conclusiva

Pretende-se neste ponto situar a relação de conclusão em um contexto mais amplo de relações de sentido.

Um modelo que traz uma contribuição para a discussão sobre a relação conclusiva discutida neste trabalho é a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995). Trata-se de uma teoria pragmática, uma versão mais moderna e revista da teoria griceana da cooperação.

De acordo com os autores, dois princípios guiam a comunicação humana: um princípio cognitivo, que prediz que a mente humana tem uma tendência para escolher os estímulos e ativar as informações mais relevantes, processando-as de maneira mais produtiva, e um princípio comunicativo, que determina que o *input* deve ser relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento pela audiência. Para esse modelo teórico, os enunciados

geram expectativas de relevância porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana. Além disso, nas palavras dos autores, "A afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante." (SPERBER; WILSON, 2005, p. 222).

Um pressuposto da teoria é o de que há compreensão quando a intenção comunicativa é alcançada, ou seja, quando a audiência reconhece a intenção informativa (SPERBER; WILSON, 2005, p. 228). Dessa forma, a comunicação ocorre quando o comunicador proporciona evidências de suas intenções comunicativas e os ouvintes inferem essas intenções por meio das pistas dadas.

No processamento da linguagem, os falantes distinguem dois tipos de significados linguísticos: significados conceituais e significados processuais. O significado conceitual diz respeito a como os enunciados descrevem o mundo. O significado processual diz respeito a como os falantes relacionam os significados conceituais entre si.

Os autores postulam que uma informação é considerada relevante para alguém se houver interação com suposições já existentes sobre o mundo. Por meio dessa interação, ocorrem determinados efeitos cognitivos, que podem ser de três tipos: i) implicação contextual (suposição derivada da combinação de informações já existentes na memória com informações novas); ii) fortalecimento de suposições existentes (fortalecimento ou enfraquecimento de suposições**,** sem haver necessariamente uma informação nova derivada); iii) contradição/eliminação de suposições existentes (uma dentre duas suposições contraditórias, a mais fraca, é eliminada) (SPERBER; WILSON, 1995, p. 260). Em síntese, para essa teoria, a cognição humana relaciona os enunciados por meio de três tipos diferentes de raciocínio inferencial - um deles é a relação de conclusão, como será discutido.

Com base nessa classificação, Blakemore (2003), ao tratar especificamente de conectivos usados para ligar sentenças, afirma que existem na língua expressões ou estruturas que podem ser usadas para apontar um caminho inferencial. A ausência desses elementos leva a diferentes suposições, como no caso de (01), por exemplo:

(01) (a) Henry can open Muriel's safe. (b) He knows the combination. (Blakemore, 2003, p. 4 - adaptado de Hobbs, 1979)
Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. Ele conhece a combinação.

Para a autora, há duas maneiras de se interpretar essa sequência: a proposição em (b) pode ser uma premissa da conclusão em (a) ou pode ser uma conclusão da proposição expressa por (a). Em resumo, (b) pode ser tanto uma premissa como uma conclusão, ou seja, há uma ambiguidade que resulta da falta de um elemento com um sentido que especifique a intenção do falante. Blakemore afirma que há expressões linguísticas que codificam a informação sobre qual procedimento inferencial produz a interpretação pretendida, como mostram (02) e (03):

(02) Henry can open Muriel's safe. **So** he knows the combination. (Blakemore, 2003, p. 4)
Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. **Então** ele conhece a combinação.

(03) Henry can open Muriel's safe. **After all**, he knows the combination. (Blakemore, 2003, p. 4)
Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. **Afinal**, ele conhece a combinação.

De acordo com a autora, no primeiro caso, há uma implicação contextual, enquanto, no segundo, há o fortalecimento de uma suposição existente, análise que encontra sustentação na classificação de Sperber e Wilson (1995, p. 260). O exemplo (02) enquadra-se no que os autores denominam efeito cognitivo de implicação contextual, ou seja, uma suposição derivada da combinação de informações já existentes na memória com informações

novas, no caso, uma conclusão ("**So** he knows the combination") obtida a partir de uma premissa ("Henry can open Muriel's safe). Já em (03), não há esse efeito cognitivo de implicação contextual, e sim o fortalecimento de uma suposição existente, no caso, a ideia de que "Henry can open Muriel's safe" por meio da afirmação de que "**After all**, he knows the combination". É, portanto, o uso de elementos linguísticos (como "so" e "after all", por exemplo) que leva a esses diferentes efeitos cognitivos, conforme sustenta Blakemore (2003), posição aqui defendida.

Como já salientado, este trabalho não tratará de construções cuja ausência de elementos linguísticos leva a diferentes suposições, já que, para a GDF, o arcabouço teórico deste estudo, só pertencem à gramática da língua os fatos linguísticos que têm codificação morfossintática ou fonológica. Assim, a relação conclusiva aqui tratada é sempre expressa por elementos gramaticais.

Pela definição de Blakemore (2003), há uma implicação entre o ato que contém o elemento linguístico que expressa determinada relação e o ato enunciado anteriormente. O termo "implicação" para descrever a relação conclusiva é também mencionado por Pezatti (2002), Longhin-Thomazi (2006) e Risso (2006). Neste estudo, implicação será entendida como propriedade definidora da relação conclusiva, como segue.

No levantamento bibliográfico efetuado para este estudo, foram encontrados três tipos de ocorrências com relação de implicação entre porções textuais, como mostram os exemplos a seguir, aqui retomados:

(04) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso" (MARTELOTTA e SILVA, 1996, p. 228)

(05) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 1996, p. 85)

(06) tamanho das partículas...lá..na lei na equação da lei de #..o que que tá escrito?..que a

> velocidade de sedimentação..é diretamente proporcional ao quadra::do..do raio das partículas, ..ou seja qua::ndo..eu for..ver o tamanho das partículas do/do princípio ativo ali,..pra suspender,..pra fazer essa suspensão,..essa escolha tem que ser criterio::sa, ..as partículas que normalmente a gente vê cm cinqüenta micrômetros,..nós teremos que fazer uma micropulverização,..utilizar ultra-som,..devemos determinar no tamanho mé::dio dessas partículas..antes pra ter certe::za que elas ficam nesse intervalo,...eu poderia até estar fazendo uma # ergométrica. ..lembra da#?..pra ver o intervalo que as partículas ficam. ...tá **então** o tamanho das partículas..é muito importante. (ALVES, 2013, p. 58)

Como se vê, o que se tem denominado conclusão engloba diferentes tipos de implicações, ou seja, pode indicar uma consequência, como mostra (04), uma conclusão propriamente dita, como em (05), ou mesmo um resumo de um excerto anterior, como em (06). Saliente-se que, no entanto, em nenhum dos estudos analisados, esses três nuances com suas respectivas particularidades são explicitados, o que se pretende neste trabalho.

O que na verdade essas construções têm em comum é o fato de todas indicarem um implicação resultativa: consequência é o resultado de uma causa; conclusão, o resultado de uma inferência, e resumo, a síntese resultante de todo o discurso anterior. A essas três nuanças denomina-se aqui relação conclusiva, ou seja, a relação conclusiva envolve três tipos de implicação resultativa que serão tratadas separadamente.

No córpus analisado, foram encontradas ocorrências como as que seguem:

(07) mas é uma tristeza, as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha, **então** botam para, arrebentam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada (Bra80: ArteUrbana)

(08) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)

(09) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira

A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?
A não. e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.
B **portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?
A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)[6]

Em (07), a consequência "então botam para, arrebentam com o negócio" é o resultado da causa "eles acham que coisa antiga é coisa velha"; em (08), a conclusão "portanto [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência" é resultado de uma inferência obtida a partir de "a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental"; em (09) o resumo "portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?" é a síntese resultante de "e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto."

As ocorrências (07) e (08) exemplificam os tipos normalmente encontrados nas gramáticas e em estudos mais recentes, tratados como casos de conclusão, enquanto (09) raramente é tratado. Nas duas primeiras, como se pode constatar, a relação se estabelece entre as duas orações, enquanto em (09), entre porções textuais maiores. Além disso, em (07), a relação de implicação ocorre entre uma causa e sua consequência; em (08) entre uma

[6] A GDF considera como Participantes o Falante e o Ouvinte. Na proposta de Mackenzie (no prelo), o autor utiliza os termos Participantes A e Participante B para situações dialógicas, denominação adotada neste trabalho. Para analisar as ocorrências dialógicas, em que há dois Falantes interagindo, recorre-se a esse texto, em que o autor apresenta uma expansão da GDF que, na sua concepção, não fere os fundamentos da teoria. O autor reconhece que a apresentação original não abrange situações de diálogo, mas muitos detalhes revelam a perspectiva interacional, como a nomenclatura "Nível Interpessoal", a alternância de Movimentos de iniciação e reação, as funções de Falante e Ouvinte, etc. Doravante, serão usadas as formas "Falante", "Participante A" ou "Falante/Participante A" como equivalentes, assim como "Ouvinte", "Participante B" e "Ouvinte/Participante B".

premissa e uma conclusão, e, em (09), entre o texto e sua síntese. A primeira será denominada relação conclusiva Consequência, a segunda, relação conclusiva Conclusão, e a terceira, relação conclusiva Resumo.

Por meio do aparato teórico da GDF, na seção seguinte propõe-se que os subtipos de relação conclusiva ocorrem em níveis e camadas diferentes, o que pode explicar a falta de consenso entre os autores anteriormente mencionados.

4.2 Relação conclusiva Consequência

Como já apontado, vários estudos afirmam que, em uma relação conclusiva, a segunda oração contém uma consequência da primeira oração. Cunha e Cintra (1985), por exemplo, explicam que a conjunção conclusiva exprime conclusão ou consequência e dão, dentre outros, o exemplo (10), sem, no entanto, esclarecer se se trata de conclusão ou consequência:

(10) Ouço música, **logo** ainda não me enterraram. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 582)

Nesse caso, o fato descrito na segunda oração [ainda não me enterraram] não é uma consequência do que foi dito na primeira [ouvir música]. A relação aí existente não implica consequência, mas sim uma conclusão obtida por meio de uma inferência baseada em uma premissa implícita (debaixo da terra não se ouve som algum).

A definição de Martelotta e Silva (1996) é semelhante à desses gramáticos, pois o autor afirma que *então*, no exemplo (04), aqui retomado, tem função pragmático-discursiva de

conclusão ao iniciar uma oração que expressa uma consequência em relação ao que foi dito anteriormente:

(04) "...ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso." (MARTELOTTA; SILVA, 1996, p. 228)

Claramente, "dar um fora curto e grosso" não se trata de uma conclusão com base na declaração anterior, mas sim uma consequência do fato de a garota ficar reclamando e falando besteiras. Após a oração "Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras", há uma consequência, como o próprio autor define. No exemplo, há um fato que desencadeia outro fato, e não uma conclusão baseada em uma inferência.

Em obras didáticas, tais como livros e gramáticas pedagógicas, é comum os autores, como Pasquale e Infante (1998), afirmarem que as orações conclusivas expressam uma conclusão lógica obtida a partir dos fatos ou conceitos expressos na oração anterior, como em (11):

(11) Não tenho dinheiro, **portanto** não posso pagar. (PASQUALE; INFANTE, 1998, p. 305).

A ideia de que a conclusão lógica é obtida a partir dos fatos ou conceitos expressos na oração anterior não resiste a uma análise mais cuidadosa. Não se pode afirmar que há lógica entre as orações, mas, assim como no exemplo (04), um fato que resulta em outro fato. O Falante poderia optar por dizer que pretende pagar outro dia, ou que poderia pagar prestando algum tipo de serviço etc. É o Falante que estabelece a relação. Essa relação

"lógica", na verdade, é uma relação de causa-consequência escolhida pelo Falante para formular seu objetivo comunicativo.

Mira Mateus et al (1986) afirmam que, em uma relação conclusiva, há sempre uma relação de condição-consequência que assume um aspecto de causalidade, expresso pelos conectores *e, pois, portanto, por conseguinte, por consequência, por isso*, como no caso de (12), aqui retomado:

(12) Não choveu em Portugal em 1981, **por isso** houve seca." (Mira Mateus et al, 1986, p. 300)

Pode-se perceber que, em (12), "haver seca" é uma consequência de "não ter chovido em Portugal em 1981", como afirmam as autoras.

Pezatti (1999), como já mencionado, considera que a forma *por isso* caminha na direção de um valor explicativo, já que é empregada para justificar Estados-de-Coisas, como no caso acima. O mesmo se aplica ao uso de *assim*, passível de substituição por formas como *dessa forma,* excluindo-se o valor conclusivo. Desse modo, do elenco apontado pelos gramáticos como conjunções simples que estabelecem relação conclusiva (*logo, portanto, por isso, assim, então*), neste trabalho, apenas *logo, portanto* e *então* devem ser consideradas como tais, já que *por isso* e *assim* constituem, respectivamente, modificadores de causa e modo, e não consequência, como apontam vários estudiosos.

Ocorrências como (13) mostram que a relação que o Falante estabelece entre P ["essa sede actualmente é tida como mal-assombrada"] e Q ["nós não temos muita vontade de ficar nela"] é direta, já que não há uma premissa implícita, resultante de um raciocínio inferencial:

(13) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. **então**, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente. (BRA 80-Fazenda.)

Nesse exemplo, o Falante estabelece diretamente a relação de implicação entre as partes, sem recorrer a um raciocínio inferencial para emitir uma premissa implícita que faça a mediação entre a premissa explícita e o consequente. Pelo conteúdo, tanto a premissa quanto a consequência estão explícitas, em uma relação direta. Observa-se que, nesse caso, a relação se estabelece entre dois Conteúdos Proposicionais, em que o conteúdo expresso na segunda oração é o resultado do que é expresso na primeira. A relação ocorre no Nível Representacional, pois o que está em jogo é o modo como a língua descreve o mundo extralinguístico, como se pode verificar em (14):

(14) A O senhor podia dar um quadro assim como é que mais ou menos o senhor distribuiu o seu salário em relação a essas despesas?
B Eh distribuo o salário assim ... em termos ... o meu apartamento é próprio... **portanto** eu não pago aluguel (PB falado - D2-RJ-355:8)

O Falante apresenta uma descrição do mundo extralinguístico, uma vez que estabelece uma relação explícita entre "apartamento ser próprio" e " não pagar aluguel". Não há entre as duas proposições a mediação de uma premissa implícita. Essa relação direta ajuda a compreender o consenso quase geral dos gramáticos e pesquisadores de há uma consequência lógica entre as orações. De fato, nesse caso, os conteúdos se combinam em uma relação de causa e consequência, como ilustra (15), aqui retomada:

(15) A Heloísa, você sentiu assim que tanto em Tiradentes, São João del Rei, todas essas cidades, muita coisa que é realmente histórica e está assim muito abandonada...
B abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, porque você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto

de Barra Mansa.
A não conheço.
B é uma cidade que também tem muito coisas antigas. mas é uma tristeza, *as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha.* ***então*** *botam para, arrebentam com o negócio*, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada...
A sei.
B assim, sabe, no meio, uma coisa assim...
A ham, ham.
B tacar ladrilho nas casas que não têm nada a ver. mas eu acho que, pelo menos eu acho que, que lá já está havendo mais, dentro do povo mesmo, da gente do lugar, uma consciência maior do que aqui, o velho não é, o, quer dizer, o antigo não é velho.
A correcto. (Bra80: ArteUrbana)

Conteúdos Proposicionais são construtos mentais que se caracterizam por poder ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência). No caso de (15), o Falante está descrevendo o comportamento de algumas pessoas que moram em cidades históricas e, para exemplificar, constrói uma relação em que justifica sua avaliação, por meio de uma relação de causa e consequência, no caso, entre "achar que coisa antiga é velha" e "arrebentar com o negócio". As orações relacionadas constituem Conteúdos Proposicionais, evidenciados, na primeira, pelo verbo "achar" e, na segunda, pelo verbo "arrebentar", que expressam uma avaliação do Falante. Há, na relação Consequência, a inserção de uma informação considerada relevante pelo Falante na finalização do seu raciocínio, em uma implicação resultante da informação anterior.

O mesmo ocorre em (16), em que o Falante justifica seu ponto de vista expressando a consequência de sempre ter tido uma irmã gêmea: "não saber o que é não ser gêmea", mostrando a relação de implicação conclusiva do tipo causa-consequência existente entre as duas partes:

(16) olha, n[...], não, eu, eu sou leiga para falar. leiga não, sou suspeita para fa[...], leiga eu não sou, nem um pouco, não é, eu sou suspeita para falar, porque eu tenho uma irmã gémea e porque foi assim des[...], *desde quando eu me conheço por gente, eu tenho uma irmã gémea,* ***então*** *eu não sei o que que é não ser gémea*, está vendo, aí é que está o xis da q[...], da coisa, da questão, sabe, então nossa, a nossa infância, eu achei que foi, foi sem problemas, foi superlegal, a gente sempre assim com um olhar, uma já sabia o que a outra estava pensando, o que, em relação a alguma coisa, inclusive minha mãe, sempre, a gente levava altos pitos da minha mãe, não é, porque a gente ficava dando risada da minha avó, assim, uma olhava para cara da outra e ria por causa de determinada coisa que minha avó fazia, sabe, então essa parte foi engraçada. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)

Nesse caso, o Conteúdo Proposicional ("eu não sei o que que é não ser gémea") é evidenciado pelo verbo "saber". Um Conteúdo Proposicional pode ser restringido por modificadores como "provavelmente", "evidentemente" e "indubitavelmente", "obviamente", como em (16a):

(16a) eu tenho uma irmã gémea**,** então **obviamente** eu não sei o que que é não ser gémea**.**

Aqui, "obviamente" escopa "não saber o que não é ser gêmea", e não o fato de o Falante fazer essa afirmação. No Nível Interpessoal, há dois Atos, mas a relação ocorre entre os conteúdos expressos nas duas orações, ou seja, no Nível Representacional, entre dois Conteúdos Proposicionais.

Isso pode ser verificado também em (17), cuja paráfrase com o modificador "logicamente" encontra-se em (17a):

(17) A e isso trouxe, acha que isso trouxe uma grande, o que é que essa base, dava alguma vida especial a Beja?
B sim, eh, dava. dava, sim, sim. e, a alemã, prontos, eles, eh, tinham, eh, uma parte aqui de, das... vivendas e assim, que eles eram muito cuidadosos. **portanto**, tinham tudo impecável. eles não se importavam de se levantar às oito, ou às, às sete da manhã, eles limpavam aquilo tudo, porque têm muito, muito verde, que é mesmo, aqui o bairro alemão. (PT97:BaseMilitar)

(17a) A e isso trouxe, acha que isso trouxe uma grande, o que é que essa base, dava alguma vida especial a Beja?
B sim, eh, dava. dava, sim, sim. e, a alemã, prontos, eles, eh, tinham, eh, uma parte aqui de, das... vivendas e assim, que eles eram muito cuidadosos. portanto, tinham tudo

> impecável, **logicamente.** eles não se importavam de se levantar às oito, ou às, às sete da manhã, eles limpavam aquilo tudo, porque têm muito, muito verde, que é mesmo, aqui o bairro alemão. (PT97:BaseMilitar)

Nesse caso, é permitido um modificador de Conteúdo Proposicional que evidencia a obviedade do que está expresso, que se baseia no julgamento pelo Falante de que ser cuidadoso implica ter tudo impecável.

Assim, na Função Consequência, descreve-se o mundo extralinguístico, ou seja, relacionam-se dois Conteúdos Proposicionais, em que o segundo explicita uma informação óbvia resultante da primeira informação.

Essa Função é codificada tanto pela conjunção *então* (como em (15)) e *portanto* (como em (16) e a relação implicacional é feita diretamente, sem premissa implícita, como ilustra a figura 9.

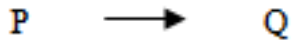


Figura 9. Esquema da Função Semântica Consequência

4.3 Relação conclusiva Conclusão

Retome-se a ocorrência (08):

(08) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)

Nesse trecho, o Falante, a partir da oração [“e a independência também é uma questão muito fund[...] fundamental.”], expressa a conclusão [“**portanto** [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência”]. Essa relação entre as duas orações não se estabelece de forma direta, mas por meio de uma inferência implícita, no caso, “o que é fundamental não se vende”.

Ao tratar do operador discursivo “então”, como assim o denomina, Risso (2006) usa o termo “implicatividade” para mostrar como se estabelece a relação conclusiva com *então*, como em (18), aqui retomado:

(18) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 2006, p. 454)

Conforme a autora, há uma conclusão a partir de dois atos de fala anteriores: ‘Buda já dizia isso também’ (explícito) e ‘Todos conhecem a afirmação de Buda’ (implícito), que sustentam a argumentação conclusiva “isso não é novidade pra ninguém”. O termo “implicatividade” lembra uma relação resultativa, como se fossem duas proposições relacionadas entre si, mas, neste caso, não é possível dizer em sentido restrito que há uma implicatura direta entre a premissa e a conclusão, pois essa relação é inferida pelo Falante.

Risso afirma ainda que o uso de *então* em função conclusiva tem um valor de ação motivada, uma espécie de alavanca que se apoia no que foi dito para a progressão da informação; considera, no entanto, que sua atuação centra-se na apresentação de informações para sequenciar e estruturar segmentos tópicos, colocando menor valor na participação do elemento na estrutura interpessoal do discurso. A proposta aqui apresentada, entretanto, difere da de Risso, conforme será mostrado.

Lopes et al (2001) apresentam um estudo sobre a relação conclusiva com a forma *portanto* que pode ser tomado como ponto de partida para explicar a ocorrência (18). Segundo

as autoras, esse elemento, nos casos em que atua como operador conclusivo, apresenta um significado do tipo instrucional que indica que a proposição por ele introduzida deve ser interpretada como conclusão fundamentada num raciocínio inferencial: em uma estrutura do tipo 'p *portanto* q', *portanto* sinaliza que p é uma premissa e q uma conclusão, sendo p e q entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio. Nesses casos, há um esquema inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada, como no caso de (19), aqui retomada:

(19) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa. (LOPES et al, 2001, p. 206)

De acordo com as autoras, a premissa implícita [luz acessa indica que há alguém em casa] deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação entre a premissa e a conclusão. A própria relação conclusiva induz à reconstituição da premissa implícita, que assume forma de construção condicional, sendo a premissa o antecedente e a conclusão, o consequente. Percebe-se assim um padrão de ordenação: premissa – conclusão. Para as autoras, há uma relação do tipo causa/consequência que opera no nível do domínio epistêmico: o conector assinala que a proposição por ele introduzida é a conclusão (ou consequência lógica) de uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa. A fim de explicitar melhor essa relação, as autoras propõem a seguinte paráfrase para a relação conclusiva: "o fato de o falante saber que p (ou acreditar que p, sendo p a premissa expressa) é a causa que o leva a asserir/concluir q, dada a assunção de uma premissa genérica implícita." (LOPES et al, 2001, p. 204). Dessa forma, há necessariamente uma dimensão pragmática nessa relação: a premissa expressa é uma certeza do Falante, e assim funciona como evidência que legitima a asserção da

conclusão, obtida por meio de um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita.

Ainda segundo Lopes et al (op. cit.), há diferentes formas de a conclusão ser construída. Em (20), por exemplo, é o conhecimento prévio do Falante a respeito dos hábitos de Ana que leva à conclusão:

(20) A Ana está mal-humorada, **portanto** está fechada no quarto. (LOPES et al, 2001, p.207)

A premissa omitida [quando Ana está de mau-humor, isola-se no quarto] constitui conhecimento 'local', que pragmaticamente se pressupõe partilhado pelo interlocutor, mas que não integra o conhecimento enciclopédico sobre o mundo. Diferentemente, em (21), aqui retomada, é o conhecimento enciclopédico consensual que possibilita a conclusão:

(21) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool. (LOPES et al, 2001, p. 207)

De acordo com as autoras, nesse caso, o conector sinaliza que a proposição introduzida deve ser interpretada como conclusão a partir de uma inferência dedutiva que se apoia em uma assunção geralmente aceita, que integra o universo cognitivo dos falantes, no caso, saber que muçulmanos não bebem álcool. Nos dois casos, tanto de conhecimento local como enciclopédico, a caracterização da conexão discursiva invoca uma dimensão pragmática, que envolve a referência ao universo de conhecimentos/crenças do falante.

Efetivamente, nas construções conclusivas desse tipo, há uma relação que opera no nível do domínio epistêmico (Sweetser, 1991), sendo a conclusão assinalada pelo conector uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com uma

expressa, em que a primeira premissa constitui uma prova ou evidência, do ponto de vista epistêmico, que legitima a asserção da conclusão.

Com base nessa definição, em uma relação conclusiva do tipo de (08), há pelo menos três elementos em sequenciação definida: uma premissa explícita, uma premissa implícita e a conclusão, como no caso de (19) e (20), aqui retomadas, que podem ser reconstruídas como em (19a) e (20a):

(19) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa.

(19a) As luzes não estão acesas; luzes apagadas indicam ausência de pessoas, **portanto** o João não está em casa.

(20) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool.

(20a) O João é muçulmano; muçulmanos não bebem álcool, **portanto** João não bebe álcool.

Em uma relação conclusiva desse tipo, sempre haverá esses três elementos, sendo a premissa implícita reconstruída por meio da inferência.

Mackenzie (no prelo) considera que inferência é um tipo de conhecimento com papel importante nos processos cognitivos de uso da linguagem; salienta, no entanto, que não é um processo linguístico, e sim uma parte da cognição generalizada, portanto, não passível de análise no modelo de gramática com os quatro níveis linguísticos propostos pela GDF:

> Todos os outros tipos de memória – memória procedural para como fazer as coisas, incluindo falar e compreender, memória semântica ou enciclopédica para informações factuais ou memória episódica para experiências – são linguisticamente não específicas e assim, não devem ser representadas dentro dos quatro componentes da GDF. Interpretação, no sentido de derivação de um significado pessoal de um resultado de decodificação e reconstrução, envolve uma interação entre informações linguísticas e não linguísticas e assim também é um processo que se dá além do modelo. Inferência, finalmente, é um processo fundamental dentro da interpretação mas é, também, uma habilidade cognitiva mais geral: podemos inferir não

> somente de palavras mas também de gestos, expressões faciais e mesmo de estados do mundo. (MACKENZIE, no prelo)[7]

A inferência pode acontecer por meios linguísticos mas também, como elencado pelo autor, por meio de gestos, expressões faciais, eventos etc. Esta pesquisa, em consonância com o autor, entende a inferência como uma habilidade cognitiva necessária para a interpretação de uma relação conclusiva, mas não pretende abordar o processamento cognitivo dessa relação. Como já salientado, neste trabalho focalizam-se aqui os aspectos gramaticais que permitem o relacionamento entre ideias que se estabelecem em uma conclusão, no sentido que a GDF propõe, ou seja, considera-se como a relação conclusiva é implementada dinamicamente nos processos linguísticos de formulação e codificação[8].

Nesse tipo de relação conclusiva, nota-se sempre uma ordenação: a primeira oração é que permite expressar a segunda, como nos exemplos (19), (20) e (21), retomados a seguir:

(19) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa.

(20) A Ana está mal-humorada, **portanto** está fechada no quarto.

(21) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool.

---

[7] No original: All other kinds of memory – procedural memory for how to do things, including speaking and understanding, semantic or encyclopaedic memory for factual information or episodic memory for experiences – are not specifically linguistic and thus should not be modelled within the four components of FDG. Interpretation, in the sense of the derivation of a personal meaning from the result of decoding and reconstruction, involves an interaction between linguistic and non-linguistic information and thus also is a process that lies beyond the model. Inference, finally, is a fundamental process within interpretation but it, too, is a more general cognitive ability: we can infer not just from words but also from gestures, facial expressions and even states of the world.

[8] Isso não significa que, na descrição que aqui se apresenta, não se reconheça que, além do componente gramatical, há os demais componentes que interagem com a gramática: o Componente Conceitual, em que surge a intenção comunicativa de realizar uma conclusão; o Componente Contextual, em que serão armazenados os aspectos comunicativos que podem influenciar a gramática; o Componente de Saída, que traduz os aspectos fonológicos em elementos fonéticos. Trata-se aqui da análise do Componente Gramatical, foco de estudo da GDF.

Nos três casos, a primeira oração constitui uma premissa que encaminha o Ouvinte para uma implicação que corresponde a uma conclusão proposta pelo Falante, resultante de uma inferência. Trata-se assim de como o Falante conduz seu discurso de modo a alcançar seu propósito comunicativo, ou seja, relaciona-se ao modo como organiza o discurso, para atingir objetivos comunicativos. É uma estratégia do Falante na organização do discurso. O exemplo (08), retomado e ampliado, ilustra essa organização:

(08) A isto demonstra de que... este jovem soube amar, e dar-se à sua pátria.
B é verdade. os pais terão contribuído muito para isso, não acha?
A é. eu creio que sim. isto é o resultado da contribuição dos pais. os pais é que contribuíram tanto
B hum.
A durante esta ocupação para que hoje em dia os filhos tornam assim. se não fossem os pais, pronto, não fossem os pais, os filhos nunca tiveram ou, não teriam que ser como agora
B Pois
A são, não é,
B pois. porque, porque já nasceram, já cresceram debaixo da influência da
A Sim
B da Indonésia
A é
B eh, politicamente, a Indonésia tem sempre arranjado estratégias ou, diplomaticamente, ela tem que jogar assim.
A hum, hum.
B mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. *e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental.* ***portanto*** *nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência.* (TL99:IdentidadePovo)

Nota-se que o Participante A quer conduzir seu discurso para mostrar que o povo timorense nunca venderia sua liberdade e independência e, para mostrar essa implicação e encaminhar a conclusão pretendida, de forma estratégica, ordena os enunciados, colocando primeiramente a premissa explícita "independência é fundamental", para, a seguir, colocar a conclusão, com base na inferência de que 'o que é fundamental não é vendido'. A ordenação dos enunciados é estrategicamente usada para alcançar o propósito interacional.

Assim, nessa relação conclusiva, o propósito do Falante é o de mostrar ao Ouvinte que sua conclusão não é aleatória, mas tem base em um raciocínio inferencial. O Falante coloca o primeiro Ato como premissa para a conclusão expressa no Ato seguinte, como em (22):

(22) A bom, diz que vende artigos de...
B decoração.
A decoração. **portanto** esta época agora é uma época de grande ocupação para si, não é,
B imensa. não há horas, não, só há um Natal e... tem que se aproveitar esta altura do ano para... deitar cá para fora os produtos.
A eh, é também cansativo, não é,
B bastante. em janeiro descansa-se. (PT95:SaberVender)

Nessa ocorrência, o Ato Discursivo [diz que vende artigos de decoração] serve como base para a conclusão expressa no próximo Ato [esta época agora é uma época de grande ocupação para si], a partir da inferência de que "no Natal há uma grande procura por artigos de decoração". Em síntese, uma Conclusão ocorre entre uma ideia P e uma ideia Q, sendo perceptível a relação entre as duas por meio de inferência. Em casos como (22), o que está em jogo é uma construção em que o Falante utiliza determinadas estratégias para levar o Ouvinte a concluir Q a partir de uma inferência, e assim conduz à conclusão, em uma estrutura $P \rightarrow Q$. Percebe-se que a relação conclusiva proposta pelo Falante "esta época agora é uma época de grande ocupação para si" não guarda uma relação explícita com "diz que vende artigos de decoração". O Falante recorre a uma premissa para criar a relação de implicação. Note-se que essa relação não é direta, não está expressa, mas sim implícita, e precisa ser recuperada pelo Ouvinte por meio de raciocínio inferencial. Essa inferência, como

já salientado, é uma habilidade cognitiva necessária para a interpretação, mas não é um processo linguístico.[9]

No caso das construções conclusivas desse tipo, a relação que se estabelece passa sempre por uma premissa implícita, que deve ser inferida a partir do conhecimento do Falante, como em (08), retomada:

(08) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)

Em (08), o Falante coloca como ponto de partida a premissa explícita 'independência é uma questão fundamental' e, por meio da inferência de que ["o que é importante não se vende"], apresenta a conclusão ["nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência"][10]. Note-se que não é uma consequência ou efeito do conteúdo da afirmação anterior. Nesse caso, ["independência é uma questão fundamental"] e ["nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência"] constituem dois Atos Discursivos que se relacionam.

Um Ato Discursivo, como já descrito, é a menor unidade de comportamento comunicativo (Kroon, 1997) e a unidade de análise da GDF. Essas unidades linguísticas

[9] A construção da inferência não será aqui analisada, já que este estudo trata de aspectos gramaticais, no sentido da GDF, ou seja, os elementos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos de uma língua.

[10] O trecho "mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina"constitui o que Garcia (2010) classifica como concessiva independente e Jubran (1996) como inserção parentética, que interrompe o fio discursivo em um contexto, para inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que estava sendo dito, mas não têm dependência sintática nem semântica de nenhuma oração. Dessa forma, podem ser subtraídas do contexto sem prejuízo para a continuidade da estrutura, havendo, no entanto, perda de estratégia do Falante. Aqui, para mostrar a relação entre os Atos, consideraremos apenas o Ato Nuclear e o Ato Subsidiário conclusivo.

podem ser restringidas por modificadores dessa camada, como no caso do uso da expressão "caramba" (Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 64), como em (08a) e (08b), que expressa a indignação do Falante referente ao Ato:

(08a) independência é uma questão fundamental, **caramba**!

(08b) nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência, **caramba**!

Assim, a relação de conclusão entre Atos Discursivos ocorre na camada do Nível Interpessoal, já que diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte. A camada do Ato Discursivo, como observado, pode apresentar uma Função, uma estratégia gramatical para relacionar duas unidades da mesma camada. No caso da relação conclusiva, ao segundo é atribuída uma Função.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 52), a relação entre Atos que compõem um Movimento pode ser de equipolência ou de dependência. No caso da equipolência, os dois Atos têm o mesmo estatuto comunicativo, enquanto, na dependência, há uma relação de desigualdade entre os Atos, sendo um Nuclear e um Subsidiário, e este último mantém uma correlação temática com o ato Nuclear. Em (08), o Ato [independência é uma questão fundamental] é o Nuclear, e [portanto nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade] é o Ato Subsidiário. Dessa forma, há uma relação de desigualdade entre os Atos, pois o segundo Ato tem uma relação de dependência do primeiro, já que é a sua conclusão. Na relação conclusiva, o Ato Nuclear dá suporte para a conclusão, extraída de uma inferência e expressa no Ato Subsidiário, relação que ocorre no Nível Interpessoal.

Como já observado, a relação conclusiva entre esses dois Atos tem uma natureza proposital, denominada estratégia retórica, relacionada aos modos pelos quais os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante e

também às propriedades formais de enunciados que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos do Falante.

No caso da relação conclusiva aqui investigada, pode-se verificar, em resumo, que: i) representa uma estratégia de organização do discurso, já que as unidades linguísticas são apresentadas visando ao alcance do propósito comunicativo; ii) constitui uma ação por parte do Falante para atingir seus propósitos comunicativos na interação; iii) trata-se de uma relação entre Atos, em que o Ato Subsidiário apresenta uma conclusão a partir do Ato Nuclear, por meio de uma inferência; iv) há uma ordenação dos Atos Discursivos, pois, iconicamente, se apresenta a premissa seguida da conclusão.

Essas propriedades indicam tratar-se de uma Função retórica, o que permite propor, na lista apontada pela GDF, apresentada na fundamentação teórica deste estudo, o acréscimo de uma nova função retórica, a Função Conclusão, como mostra o exemplo (22), retomado, seguido da formalização:

(22) Vende artigos de decoração, **portanto** esta época agora é uma época de grande ocupação para si.

(MI: [(AI: - vende artigos de decoração- (AI)) (AJ: - esta época agora é uma época de grande ocupação para si - (AJ))$_{Concl}$] (MI))

Assim, essa relação pode ser representada como A_1+ $A_{2\Phi,}$ em que Φ marca a Função, nesse caso, Conclusão, estabelecida pelas conjunções *então* e *portanto*, da mesma forma que na Função Consequência

Em (23), o Ato$_1$ [há operários que não ganham (isso) em toda a vida] é o Ato Nuclear, e o Ato$_2$ [eles que não venham com essas desculpas] é o Ato Subsidiário ao primeiro, com a Função Retórica Conclusão:

(23) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.
B claro.
A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
B exactamente.
A **portanto**, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. (PT97:DesportoDinheiro)

Funções retóricas, como é o caso em tela, são sempre relacionais e se aplicam a Atos Discursivos dependentes, denominados Subsidiários. Dessa forma, a Função Conclusão abrange os dois Atos, em uma relação de dependência em que o Ato que contém a conclusão depende do Ato anterior. No entanto, isso não tem relação como o status informativo de cada Ato. Note-se que o Ato que contém a conclusão tem maior relevância comunicativa, ou seja, em (23), por exemplo, o Ato "**portanto**, eles que não venham com essas desculpas" é aquele que o Falante deseja destacar. Apesar de ser Ato Subsidiário, dependente do Ato Nuclear, é justamente o que configura a intenção do Falante de estabelecer a conclusão. Assim, o fato de ser Nuclear ou Subsidiário não tem relação com relevância maior ou menor do Ato, mas sim com uma relação de ordenação dos elementos.

Como proposto, com base em Lopes et al (2001), em uma relação de conclusão há sempre uma premissa P e uma conclusão Q, formada por um esquema inferencial defectivo, já que uma das premissas não está explicitada. A relação conclusiva induz à reconstituição da premissa implícita, por meio de uma inferência dedutiva. Dessa forma, há sempre um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita, como já demonstrado. Na Função Conclusão, a relação implicacional se estabelece de forma indireta, como ilustra a Figura 10, em que P_1 corresponde à premissa explícita, P_2 , à premissa implícita e Q, à conclusão:



Figura 10. Esquema da Função Retórica Conclusão

4.4 Relação conclusiva Resumo

Retome-se a ocorrência (09):

(09) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?
A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*
B ***portanto*** *acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?*
A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)

Observa-se, nesse caso, que a relação conclusiva não se estabelece entre orações, mas entre toda a fala de A [“e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto”], composta de várias orações, e a pergunta de B [“portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais”]. Observa-se que pergunta de B sintetiza a fala de A.

Como discutido na revisão bibliográfica, as gramáticas consideram que conjunções conclusivas ligam apenas orações, mas, para outros autores, como Ducrot (2009) e Guimarães (2001), essa relação pode ocorrer entre parágrafos, como em (24).

Nessa ocorrência, percebe-se que a fala do Participante B é uma contribuição que impulsiona o discurso e contribui para a relação interpessoal, o que as identifica, de acordo com a GDF, como um Movimento, constituído por um ou mais Atos Discursivos. Depois de ouvir toda a explanação do Participante A a respeito de como seus filhos a tratam (um Movimento), o Participante B inicia um novo Movimento em que pretende resumir toda a explanação de A, na forma de uma pergunta, que, por sua vez, impulsiona a abertura de outro Movimento.

Indicação de que essa relação é estabelecida entre Movimentos é a aceitável inserção de expressões como "para encurtar a história", que permitem verificar que a conclusão foi obtida a partir da realização da fala do outro, como na paráfrase em (09a), com a devida adaptação à Ilocução Interrogativa do Ato:

(09a) **Para encurtar a história**, acha que os seus outros filhos a respeitam mais?

Aqui, a paráfrase com a expressão "para encurtar a história" revela que o Participante B, para sumarizar a descrição efetuada por A, anuncia o Ato interrogativo "acha que os seus outros filhos a respeitam mais?".

No Movimento anterior a [***portanto*** *acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?],* há várias marcas de fechamento: a repetição de itens que indicam o reforço da opinião e o ralentamento do tema (mas *não gosto* porque perdem um bocado do respeito. *não gosto não, não gosto*) e uma pausa longa. Essas marcas de fechamento do Movimento deixadas por A indicam que o Participante B pode iniciar um Movimento; no caso acima, B resume a fala de A: "acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais". Assim, ao final do Movimento iniciado por A, há um Movimento realizado por B que tem a função de

concluir resumidamente algo a respeito do que disse A, o que pode ser representado como M1+ M2Φ, em que Φ marca a Função Resumo.

O mesmo se verifica nas ocorrências em que é o próprio Participante que expressa a conclusão na forma de um resumo, como em (24), a seguir:

(24) eh, portanto, eh, eu, da forma em que eu vivi, não é, já estando num, num, portanto, num órgão assim de informação, eu poderei comentar a minha vida a muitos daqueles que também vive a me[...], a mesma situação. portanto, eu não roubei, não é, e eu espero que muitos jovens também não roubam ao, ao, portanto, ao quererem recomeçar a vida, não é, **então**, é essa a mensagem que eu pretendi e pretendo, pelo menos ainda, dar a conhecer às pessoas, não é? (Ang97:JovemGaspar)

Nesse caso, após o Ato ["**então**, é essa a mensagem que eu pretendi e pretendo, pelo menos ainda, dar a conhecer às pessoas"], que resume a explanação anterior, há o Ato Interativo "não é?", uma das marcas de encerramento de um Movimento. Trata-se de um exemplo claro do efeito perlocucionário característico do Movimento, mencionado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50), em que um Movimento gera outro, e assim ocorre sucessivamente. O Movimento 1 é primeiramente expresso e, na sequência, inicia-se o Movimento 2, que expressa um resumo da explanação do Movimento anterior. A relação ocorre no Nível Interpessoal, pois diz respeito a propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital. Dessa forma, a relação ocorre entre dois Movimentos: o Movimento 1 é suporte para o Movimento 2, que resume o primeiro.

O próprio Falante, em (24), resume sua conclusão, mas, como mostrado, há ocorrências em que a relação é estabelecida pelo Participante B. Também nesses casos é comum a existência de Atos Interativos, como "não é?", ou expressões como "isso sugere", em (25), ou "digamos", em (26), que reforçam o caráter interpessoal desse tipo de relação conclusiva, já que evidenciam a preocupação do Participante em verificar se a conclusão a que chega, a partir da asserção do outro Participante, é de fato coerente.

(25) A eh, saudades. nostalgia dos anos cinquenta, não sei. porque a gente nova também está, está a voltar muito ao, a, a essa época.
B pois.
A eu tenho dois filhos jovens e eles ouvem a música que nós ouvíamos.
B pois. um certo romantismo, talvez
A romantismo também, sim.
B em contraste com, com um certo, uma certa crueza que há agora.
A com a agressividade que há. sim.
B pois. e então as pessoas voltam-se um pouco
A voltam mais para o... para o romântico. mais calma, mais tranquilidade
B **então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é? (PT95:SaberVender)

(26) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
B hum, hum.
A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.
B pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
A pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
B e achas que as pessoas nas freguesias vêem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
A ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo, suponho que
B hum, hum
A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
B pois! porque as pessoas não percebem
A sim, sim.
B depois, não é,
A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não
B é,
A algumas...
B precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
A a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
B ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
A hum, hum.
B é, é...
A **portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...
B ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem (PT96:MeioPequeno)

Contextos como (25) e (26) deixam transparecer o princípio de Cooperação, proposto por Grice (1975). Nesse caso, o Participante A apresenta ideias que serão retomadas

pelo Participante B na forma de resumo para concluir sinteticamente o assunto, o que pode ser considerado como válido por A. Os Participantes, então, assumem a conclusão como válida e continuam o processo de interação de forma evidentemente integrada, revelando a afinidade entre os discursos. Em (26), toda a descrição feita por A é tomada por B para concluir que ["aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater"], e, na sequência, o Participante A concorda com a conclusão ["absolutamente! acho que sim"].

Risso (2006) considera que ocorrências desse tipo mostram claramente como a interação é um fenômeno efetivamente colocado em prática pelos Falantes, a ponto de o Participante B compreender a fala de A e poder até resumi-la. A autora, ao tratar de *então* como operador argumentativo, afirma que é comum um interlocutor direcionar a argumentação, principalmente em contextos altamente interativos, expressando conclusões respaldadas na fala do outro.

Mackenzie (2011) afirma que, em situações de diálogo, pode ocorrer:

> um processo de acomodação linguística mútua em que os interlocutores vêm a sentir um tipo de intimidade comunicativa, que se reflete em repetições, paralelismos, formulações compartilhadas, coincidências nas escolhas lexicais, preferências morfossintáticas e realizações prosódicas ou fonológicas idênticas, assim como no fenômeno de um parceiro completar o enunciado do outro ou de uma falante não completar um enunciado porque o ouvinte obviamente já o percebeu. (Mackenzie, 2011, p. 19)

Dessa forma, percebe-se que a relação conclusiva desse tipo pode ser estabelecida pelo próprio Falante ou pelo outro Falante. Para a discussão em foco, importa verificar que há o propósito comunicativo de apresentar uma síntese do Movimento anteriormente apresentado, seja pelo próprio Falante/Participante A, seja pelo Ouvinte/Participante B.

As duas unidades que compõem a Função Resumo são Movimentos independentes, o que extrapola as camadas propostas pela GDF, visto que não há camada

mais alta que o Movimento. Nesse modelo, a unidade máxima que abriga esse tipo de relação entre duas unidades linguísticas é o Movimento, formado por Atos Discursivos. Os autores postulam que Movimentos podem ter funções, mas não discutem essa questão, justificando que a teoria não trata de camadas mais altas que o Movimento (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 52)

No entanto, como afirma Mackenzie (2013), em comunicação pessoal[11], esse limite proposto pela teoria não exclui a existência de relações gramaticalmente relevantes, desde que haja um efeito no Nível Morfossintático ou no Nível Fonológico.

Como foi demonstrado no exemplo (09), mais especificamente, há diversas marcas de fechamento do Movimento, como repetições que mostram o ralentamento do tema, presença de Atos Interativos e pausa longa. Além disso, no final do Movimento do Participante A, há um operador de queda na última sílaba do Enunciado Fonológico, seguido de uma pausa longa, com duração de mais de um segundo. Já no início do segundo Movimento, o elemento "portanto" é realizado sem perda de material fonético ([purtẽtu]). Essa realização prosódica completa é um indício da nítida separação entre os Enunciados Fonológicos que compõem os dois Movimentos, visto que o Falante faz uma pausa antes de iniciar o próximo enunciado. Já a realização fonética reduzida (como, por exemplo, [ptẽtu]) indica maior integração entre as unidades prosódicas que compõem o Ato Discursivo, sem pausa longa, com duração suficiente para indicar uma separação maior entre os constituintes[12].

[11]Tema discutido com o Prof. Dr. Lachlan Mackenzie, co-orientador desta tese durante o Programa de Doutorado Sanduíche realizado no Instituto de Linguística Teórica Computacional (ILTEC), em Lisboa, no período de abril a setembro de 2013.

[12] No capítulo seguinte, encontra-se uma descrição mais pormenorizada das propriedades fonéticas e fonológicas da relação conclusiva, além das morfossintáticas. A breve descrição aqui iniciada destaca o fato de que há uma codificação gramaticalmente relevante na relação entre os dois Movimentos que compõem a relação conclusiva.

Como observado, esse tipo de relação não é tratado por Hengeveld e Mackenzie (2008). Stassi-Sé (2012), no entanto, seguindo o modelo da GDF, propõe que casos assim apresentam uma relação de dependência entre Movimentos, já que contribuem para a relação interpessoal.

A definição de Movimento pode parecer simples, mas em contextos mais amplos, as unidades linguísticas não são de tão fácil delimitação, como se pode perceber no exemplo a seguir, em que é mais complexo delimitar início e fim de um Movimento:

(27) aí nisso ia passando a Rosires, que é nossa directora, a Eliana, a Maria, não é, que é de inglês, aí a gente chamou todos ele lá dentro, foi maravilhoso. aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é, acabou em pizza como fala o ditado realmente. e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente. então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer, não só com eles em si mas com a família deles, tudo. nós, como eu te falei vira uma família, a escola. **então** foi gostoso (Bra80:Festa de Estudantes)

Os autores da GDF, como já mencionado, indicam que um critério para perceber os limites do Movimento no texto falado é a entonação, que marca o fim dessa unidade por meio de um operador de queda e um tom final de fronteira. Stassi-Sé (2012) pontua mais alguns critérios para se compreender melhor o conceito de Movimento (os grifos são da autora):

i) abertura de espaço para reação do interlocutor, evidenciada por vezes por Atos Interativos como s*abe?*

(28) o ano passado, quando t[...], aproveitou-se um congresso de médico que não se foi, aí, em vez de nós irmos ao congresso, no meio do caminho eu disse "vamos a Minas." aí, lá fomos nós para Ouro Preto, Mariana e aquilo tudo. depois fomos a São João del Rei e Tiradentes. é o que eu te disse que adorei, mas adorei! porque eu gosto muito de coisa antiga, **sabe?** (Bra80)

ii) retomada do fio discursivo interrompido pela inserção do Movimento, como se observa em (29) com a repetição do segmento [*como eles valorizam*]:

(29) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim **como eles valorizam** aquela cidade, como eles, *embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande***,** *não é?*, você vê **como eles valorizam**, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil:SurpresasdaFotografia)

iii) presença de Atos Interativos, operadores e modificadores de Movimento no início ou no final do Movimento, como o primeiro [***então***], em (30), que introduz o Movimento:

(30) -> **então**, *como eu estava falando*, **então,** no direito romano, a mulher não tinha dire ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil me de ser.. qualquer coisa (Bra80:MundoDireito)

iv) presença de pausa e distinções de tessitura nas fronteiras do Movimento, que ajudam a marcar o fim de um enunciado e o começo de outro, como no trecho destacado, em que há pausa e rebaixamento da tessitura no Ato “se eu posso dizer”:

(31) ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, # *se eu posso dizer***#,** *porque*, *eh*, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome, (...) (Ang97:Meninos de Rua)

Segundo a autora, a pausa, a mudança de tessitura e a abertura para reação por parte do interlocutor acontecem sempre simultaneamente no Movimento. Dessa forma, as

ocorrências de (28) a (31) exemplificam uma relação entre Movimentos (e não apenas entre Atos Discursivos) e assim faz-se necessária uma nova camada no Nível Interpessoal que abrigue casos assim.

Para Stassi-Sé, as relações que se estabelecem entre Movimentos são semelhantes às Funções Retóricas atribuídas aos Atos Discursivos. Assim, considera que devam ser tratadas também como funções, mas atribuídas a Movimentos. A título de exemplificação, considere-se (32), dado pela autora:

(32) A e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.
B - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no
entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é, ***porque*** **em casa normalmente é a mulher que trabalha...**
A ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.
B hum, hum.
A por isso não pode ser só da parte de uma pessoa, o trabalhar em casa. (PT96:MaridoIdeal)

Nesse caso, há dois Movimentos relacionados: [“hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é?”] e [“porque em casa normalmente é a mulher que trabalha”], por meio de uma função que introduz um novo assunto no discurso, estabelecida pela forma porque”. O mesmo vale para ocorrências com “apesar de”, em (33), e “se” em (34), todas com relação entre Movimentos:

(33) eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezanove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada – ***apesar de*** eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada mas tinha tudo o resto ao pé - eh, então odiava Angra. "quero-me ir embora, não gosto", não sei quê. agora espanto-me a olhar para Angra e a gostar**.** (Ang97:Meninos de Rua)

(34) porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, proMovimentor a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade

> e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, ***se*** **eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Ang97:Meninos de Rua)

Para ocorrências desse tipo, a autora propõe a expansão da análise do plano da relação entre Atos para o plano da relação entre Movimentos, redimensionando o Nível Interpessoal (já que as ocorrências de que trata ultrapassam a camada do Movimento). De acordo com Stassi-Sé (2012), há que se acrescentar ao Nível Interpessoal uma camada mais alta do que a do Movimento, a camada do Discurso, que representa a relação entre dois ou mais Movimentos, formando assim uma unidade discursiva mais abrangente, que se realiza no Nível Morfossintático como a camada do Texto, também proposta pela autora. Nessa camada, os Movimentos podem receber funções que a autora denominou Funções Interacionais.

Seguindo a proposta de Stassi-Sé (op. cit.), propõe-se aqui o mesmo tipo de análise para a relação conclusiva entre Movimentos adjacentes: o primeiro contém uma explanação de um determinado assunto e o segundo Movimento resume todo o conteúdo explanado, na forma de uma relação conclusiva resumitiva, com função interacional que pode ser assim representada no modelo da GDF:

ΠM1: [(ΠA1)FUNÇ (ΠA2)FUNÇ ...] (**M1**))**FUNÇ** ((ΠM2: [(ΠA3)FUNÇ (ΠA4) FUNÇ ...] (**M2**))**FUNÇ**

Retomando o trecho do exemplo (09), o Falante B resume, por meio do Movimento [**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?], toda a explanação de A:

(09) A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*

B ***portanto*** *acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?*

Essa mesma função de *portanto* pode ser observada em (10), em que o Participante B, por meio do Movimento ["**portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater"], faz uma conclusão que resume toda a explanação feita até então e, na sequência, o Participante A concorda com a conclusão ["*absolutamente! acho que sim"*]:

(10)
A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
B hum, hum.
A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.
- pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
B pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
A e achas que as pessoas nas freguesias vêem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
B ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo suponho que
hum, hum.
A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
B pois! porque as pessoas não percebem
A sim, sim.
B depois, não é,
A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não é,
B algumas...
A precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
B a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
A ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
B hum, hum.
A é, é...
B **portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater
A ah, **absolutamente! acho que sim**. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem, nem ser nada de... (PT96:MeioPequeno)

Propõe-se assim uma nova Função Interacional, a que se denomina Resumo, caracterizada por marcar uma relação de implicação entre uma explanação e a síntese que resulta dessa explanação, cujo esquema pode ser representado na Figura (11):

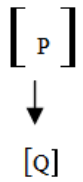


Figura 11. Esquema da Função Interacional Resumo

Como se pode perceber, o modelo teórico da GDF permite estabelecer uma clara distinção entre os três tipos de relação conclusiva: a relação conclusiva denominada Resumo ocorre entre Movimentos, no Nível Interpessoal; a Conclusão, entre Atos Discursivos, também no Nível Interpessoal; por fim, a Consequência, entre Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional.

As propriedades de cada um dos três subtipos de relação conclusiva são descritas no próximo capítulo.

Capítulo 5. Propriedades da relação conclusiva no português

Como já explicitado, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação conclusiva estabelecida por meio de conjunções, com base na GDF. A teoria postula que as regras de um sistema são instrumentos a serviço das intenções do Falante, que interage com o Ouvinte, por meio da expressão linguística. O Falante, a fim de atingir seus propósitos comunicativos, organiza a expressão linguística da maneira que considera mais adequada, a partir da avaliação que faz da informação pragmática do Ouvinte.

Esse processo, como demonstrado no capítulo anterior, fica muito claro na relação conclusiva, pois o Falante escolhe, dentre três possibilidades, aquela que melhor reflete sua intenção de estabelecer uma conclusão, seja no Nível Interpessoal, por meio de Movimentos ou Atos Discursivos, seja no Nível Representacional, por meio de Conteúdos Proposicionais. Neste capítulo, são descritas as propriedades de cada uma dessas possibilidades na língua portuguesa.

Um pressuposto da teoria, como já descrito, é a separação entre os processos de Formulação (configurações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e semânticas, no Nível Representacional) e Codificação (configurações morfossintáticas, no Nível Morfossintático, e configurações fonológicas, no Nível Fonológico).

Neste capítulo, a fim de respeitar o modelo descendente da GDF, a análise descreverá primeiramente as relações conclusivas que ocorrem no nível e camada mais altos, ou seja, a Função Interacional Resumo e a Função Retórica Conclusão, para depois tratar da relação conclusiva que ocorre no Nível Representacional, a Função Semântica Consequência. Reflete-se, dessa forma, na descrição das relações entre as camadas e níveis na relação conclusiva, a ordem das ações estratégicas efetuadas pelo Falante.

Saliente-se que são analisados apenas os recursos gramaticais disponíveis na língua para se fazerem as distinções interpessoais, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, que, como observado, constituem o componente gramatical da GDF.

5.1 Propriedades da Função Interacional Resumo

A Função Resumo é exemplificada em (01):

(01) A o senhor não se importaria se ela trabalhasse?
B olha, eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro.
A porquê?
B porquê?
A porquê? porque, pensa bem! quanto é que ganha uma empregada? quanto é que uma empregada de casa de família quer ganhar hoje em dia?
B porquê?
A porquê?
B vinte mil, não é,
A mais...
B pô! vin[...], vinte mil, eu pago à, à primeira que chegar aí
A está muito mais, Gerson! está trinta, quarenta...
B então, ela iria ganhar o quê? salário mínimo? vinte e poucos mil cruzeiro. e eu iria pagar de empregada trinta e cinco. para quê? para ver a minha mulher, na rua, recebendo os cochicho, cantadas, que qual é a garota que não recebe uma cantada? qual é a mulher que não recebe uma cantada? daqui ao mercado ela recebe trinta cantadas, no mínino! no mínimo, cara! é! sabe, daqui ao mercado, ali, a quinhentos metros, ali...
A mas o senhor também recebe!
B eu recebo nada! eu dou as minhas cantadas, se colar, colou; se não colar, saio fora. mas o, o negócio é esse, cara! sabe, não, eu...
A **então** a preocupação é essa, com as cantadas?
B não, não é, não é as cantadas. é que ela não vai ganhar o suficiente para cobrir uma pessoa que fique no lugar do meus fi[...], lugar dela, dentro de casa. e não vai criar meus filhos do jeito que, que ela cria, está, e muita coisa mais! muitas coisas mais. (Bra80:CriarFilhos)

O Nível Interpessoal representa as unidades linguísticas em termos de sua função comunicativa, considerando a interação entre Falante e Ouvinte. No caso de (01), o Participante B resume uma série de Movimentos anteriores no Movimento "**então**, a

preocupação é essa, com as cantadas?", por meio do qual estabelece a conclusão de que o Participante A se preocupa com as cantadas que a mulher irá receber caso ela vá trabalhar, com base na explanação de B sobre os motivos pelos quais não quer que a esposa trabalhe.

A relação se estabelece entre Movimentos, cada um contribuindo autonomamente para a interação contínua e possibilitando uma reação do Ouvinte ao ato de fala, que assim produz outro Movimento, e assim sucessivamente, como postulam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50).

Também no caso de (02), o próprio Falante resume os Movimentos anteriores em um único Movimento: "**portanto**, quer a s[...], a escola secundária, quer o ensino universitário são relativamente tardios."

(02) Bom, formada, depende do que você entende por formada, porque, escola secundária, como digo, abriu ess[...], abriu o liceu em mil novecentos e dezanove e os s[...], o seminário continua a ser uma escola secundária que serviu de formação para muita gente que, que evidentemente nunca chegou a ser padre, porque a maioria dos que frequentaram o seminário não foram padres, mas ficaram com a sua escolaridade de nível secundário. mas eu... acho que, talvez hoje já não se lembrem bem, que a primeira instituição de carácter superior, tirando uma vaga escola médico-cirúrgica do século dezanove que nunca funcionou para formar gente aqui, a primeira instituição de ensino superior foram os Estudos Gerais Universitários, que foram em mil novecentos e sessenta e três. esta colónia, ao contrário de colónias vizinhas, não teve inst[...], eh, qualquer instituição de ensino superior até mil novecentos e sessenta e três. e aí eram os Estudos Gerais Universitários de Angola, dependentes da universidade portuguesa, que em mil novecentos e sessenta e oito se converte em Universidade de Luanda, portanto para toda a colónia, tendo as suas, as suas dependências, também, eh, no Huambo e no Lubango. mas de qualquer forma convém também recordar que há certos cursos que nunca tivemos aqui no período colonial. Direito nunca houve, Arquitectura nunca houve, todos os cursos chamados de Letras não tinham licenciatura, tinham apenas nível de bacharelato. Antropologia nunca houve, Sociologia nunca houve, eh, Filosofia, se não contarmos com a opção seminário, portanto, que tem, como sabe, Filosofia e Teologia na sua formação, eh, nunca houve. quer dizer que não só foi uma universidade tardia, como limitada, e com muitas reservas desde, desde o início, e que [...], e que nunca chegou a tomar desenvolvimento pleno antes da independência, não é, e que foi feita, criada, sobretudo na altura para satisfazer a grande corrente de emigração branca que tinha aumentado muito a população de origem europeia na colónia, que começava evidentemente já a reivindicar a formação na colónia para os seus filhos. o que não quer dizer que alguns angolanos, das mais variadas origens, não tenham também

> apanhado já esses estudos universitários. mas, é bom termos a percepção que o ensino universitário em Angola aparece muito tarde. e estou a comparar com as outras colónias africanas, não estou a querer comparar com mais nada. **portanto**, quer a s[...], a escola secundária, quer o ensino universitário são relativamente tardios. é uma caracterização, infelizmente, nossa, do nosso passado, como colónia, nós e as outras colónias portuguesas, um atraso grande no domínio educacional. e os números são muito elucidativos, eh, quando se compara os números do ano setenta, setenta e três, com, por exemplo, os números de setenta e sete, percebe-se o que foi a explosão escolar pós-independência, pode-se mesmo dizer explosão escolar pós-independência, que realmente os dados mostram. (Ang97:EnsinoAngola)

Uma diferença entre essas duas ocorrências de Função Conclusiva Resumo é a Ilocução do Ato Discursivo do Movimento que introduz a conclusão: Interrogativa, em (01), e Declarativa, em (02). Casos como (01), no córpus em estudo, ficaram restritos às situações em que o Participante B estabelece uma conclusão a partir do Movimento expresso por A, e, numa tentativa de não ser categórico (afinal, pode ser que a conclusão não esteja autorizada ou não seja a intenção do Participante A), usa esse tipo de Ilocução para confirmar se a conclusão está correta, e, dessa forma, proteger sua face. Goffman (1967) relaciona a proteção de face com valores sociais positivos que uma pessoa alega de si mesmo durante o processo de interação, como uma imagem que favorece sua aprovação social. Funciona como estratégia de defesa de sua conduta ou opinião. Por meio de expedientes como esse, o Falante evita ser mal interpretado. Já em (02), com a Ilocução Declarativa, o Falante simplesmente expressa uma conclusão com base em suas próprias considerações, não vendo necessidade de usar mecanismos de proteção de face como no caso anterior.

Também com o propósito de proteger sua face, em (03), aqui retomada, o Falante usa a expressão "digamos", como forma de mitigar sua conclusão de que as diferenças entre campo e cidade estão desparecendo:

(03) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora

já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
B hum, hum.
A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.
B pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
A pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
B e achas que as pessoas nas freguesias vêem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
A ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo, suponho que
B hum, hum
A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
B pois! porque as pessoas não percebem
A sim, sim.
B depois, não é,
A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não
B é,
A algumas...
B precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
A a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
B ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
A hum, hum.
B é, é...
A ***portanto*** *digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...*
B ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem (PT96:MeioPequeno)

Após discutir sobre as diferenças e semelhanças entre a vida na cidade e a vida no campo, o Participante A formula a conclusão "**portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...", mas modaliza sua afirmação por meio da forma *digamos*, para demonstrar que faz uma suposição a respeito da informação dada por A, evitando assim ser interpretado como inconveniente.

O mesmo mecanismo linguístico pode ser observado (04), em que o Participante B encerra o Movimento com o Ato Interativo "não é?":

(04) A eh, saudades. nostalgia dos anos cinquenta, não sei. porque a gente nova também está, está a voltar muito ao, a, a essa época.
B pois.
A eu tenho dois filhos jovens e eles ouvem a música que nós ouvíamos.

B pois. um certo romantismo, talvez
A romantismo também, sim.
B em contraste com, com um certo, uma certa crueza que há agora.
A com a agressividade que há. sim.
B pois. e então as pessoas voltam-se um pouco
A voltam mais para o... para o romântico. mais calma, mais tranquilidade
B **então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é? (PT95:SaberVender)

A presença de Atos Interativos é um traço que marca o final de um Movimento e é uma marca na Função Interacional Resumo, já que ocorrem, na maioria dos casos, Atos Interativos ao final do Movimento. A intenção do Participante B, nesses casos, é a de verificar se o Participante A concorda com a conclusão. Além disso, o Participante usa o verbo "sugere", também para atenuar sua afirmação.

Esses Atos que compõem a relação conclusiva correspondem, no Nível Representacional, a Conteúdos Proposicionais, como no caso de (04), em que o verbo "sugere" indica tratar-se de uma construção mental do Falante, já que revela sua atitude proposicional em relação ao evento.

Morfossintaticamente, o Movimento com a Função Resumo se relaciona de forma independente do anterior. Cada Movimento tem sua autonomia sintática, sendo um encadeado após o outro sem dependência estrutural. Na ocorrência (04), por exemplo, o Movimento [**então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é?] não depende do Movimento anterior, do ponto de vista sintático, mas o toma, pragmaticamente, como suporte para estabelecer o resumo.

Como observado no capítulo anterior, a relação entre os Movimentos na relação conclusiva é codificada morfossintaticamente pelas formas *portanto* e *então.* Esses dois elementos são unidades gramaticais, visto que não podem ser modificados por elementos como "muito" ou serem clivadas, como em (03a) e (03b), respectivamente:

(03a) *** muito portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater.

(03b) ***é portanto que** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater.

Além disso, a ordenação dos dois Movimentos é iconicamente motivada, já que o Movimento que expressa conclusão ocorre depois do Movimento que lhe dá suporte: um resumo pode ser feito somente depois de uma explanação. Veja-se a ocorrência (05), em que a conclusão do próprio Participante A, "portanto, o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar", na forma de um resumo, só pode ser estabelecida a partir de toda a explanação dos Movimentos anteriores:

(05) A eu, o Camilo, admiro o Camilo e bato-lhe palmas, na parte literária.
A na parte literária.
A na parte conjugal, marido e esposa, não gosto. não gosto, porque ele foi r[...], roubar uma mulher com quem vivia com outro marido. agora se a mulher fosse viúva, que ele esperasse que morresse o Manuel Pinheiro Alves como morreu muito cedo, e ele aguardasse - com certa incerteza, é claro - mas que aguardasse e que se unisse a ela, eu já não condenava. porque ela já era livre. agora ir buscar a mulher ao seio conjugal de outro homem que a amava, ou não saberia amar melhor, mas ele amava-a, já por isso casou com ela, eu acho que Camilo cometeu um grande erro. como ainda hoje muitos con[...], casais o fazem. casou a dona Ana Plácido com um homem que não, não tinha, eh, carinhos, que não sabia olhar para ela com olhos benévolos, olhos de, de, de amor, olhos de, de reverência até. mas, era o marido dela. ela tinha que ver isso antes de casar com ele. entrou na poça que gostava dele, então foi, gostou do dinheiro dele?
A ninguém sabe como é que isso foi.
A ah, mas i[...], isso... é mau.
A pode ter sido casada porque os pais a induziram a isso.
A sim. há casos desses. que é o, é o caso do "Amor de Perdição" com Teresa
A hum, hum, hum.
A a Teresinha
A a Teresa e s[...]
A com o primo
A com um primo. há casos desses, mas, se há casos desses ela tinha que reprovar os pais que a meteram nesse sarilho, e nunca o marido. o marido apenas foi saboreá-la porque gostava dela, dentro do matrimónio. eu penso assim.
A - hum, hum.
A **portanto,** o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar. é um grande homem na parte das letras, porque deu vida a muitas novelas, a muitos contos, a muitas histórias que andavam por aí, eh, apagadas, aqui no Minho, e não só, mas aqui sobretudo, na parte... minhota, e ele deu-lhe vida. com personagens, avivou, impregnou certos movimentos que a literatura alcançou outro tom que enriquece o património nacional das letras, suponho eu. (PT97: AmoresCamilo)

Nota-se que o Falante descreve todo o comportamento de Camilo para depois então colocar, resumidamente, sua conclusão de que "portanto, o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar."

No Nível Fonológico, a Função Resumo ocorre na camada do Enunciado Fonológico[13]. Como observado, a GDF prevê uma relação estreita entre os níveis Interpessoal e Fonológico: os Movimentos correspondem, na maioria das vezes, a Enunciados Fonológicos. O exemplo (06), aqui retomado, mostra um caso de Função Resumo, que ocorre entre Movimentos:

(06) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?
A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*
B ***portanto*** *acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?*
A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)

Nesse exemplo, a conclusão "**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?", que resume toda a explanação do Participante A constitui um Movimento no Nível Interpessoal. No Nível Fonológico, esse Movimento corresponde a um Enunciado Fonológico. A unidade com a conjunção apresenta fronteiras precedentes bem definidas, delimitadas por pausa longa e contorno final descendente, expressando fechamento, como mostra a Figura (12), obtida pela aplicação do software Praat.

[13]Como mostram os estudos de Hirst e Di Cristo (1998) e Antilla (2007), os contextos interno (do indivíduo, como a velocidade de fala, o gênero, o estilo) e externo (dimensão do constituinte prosódico, estrutura da sílaba) provocam uma gama de variações fonológicas que torna um desafio a tarefa de categorizar binariamente as estruturas fonológicas. Dessa forma, trata-se aqui aqui das tendências que ocorrem no Nível Fonológico e explicam-se mais pormenorizadamente as exceções às generalizações que foram observadas.

Percebe-se nitidamente que a unidade que contém *portanto* forma um Enunciado Fonológico, demarcado por pausas longas e operador de queda global:

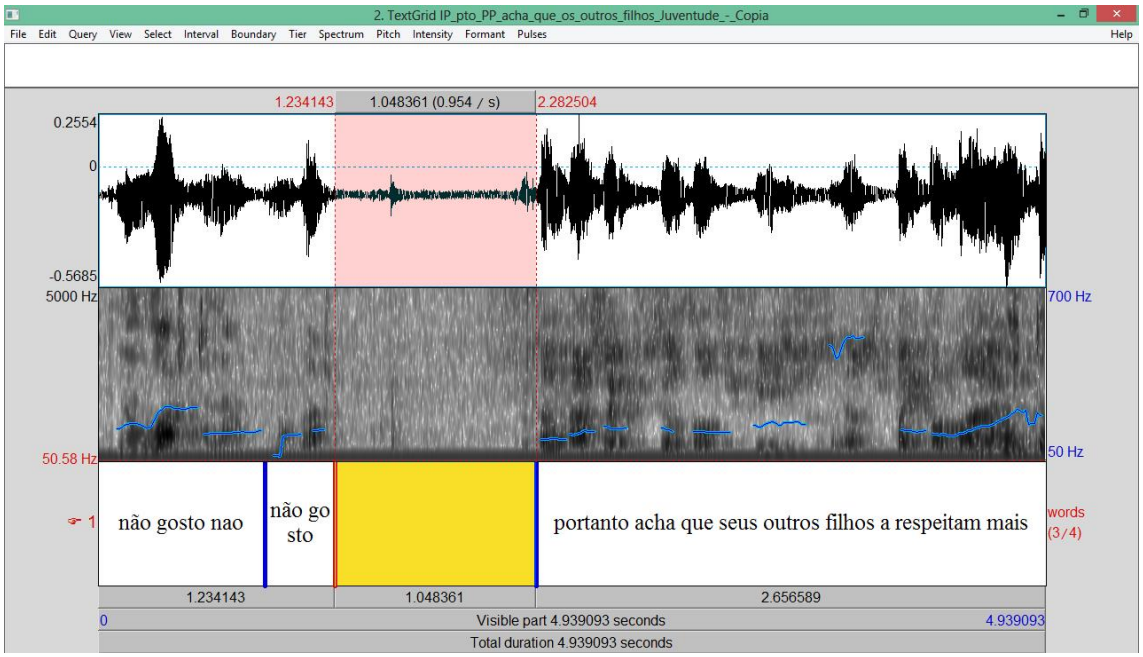


Figura 12. Limites de Movimentos de A e B na Função Retórica Resumo

A figura mostra como o Enunciado Fonológico foi encerrado por A, fato perceptível pela produção de uma pausa longa, com duração de mais de um segundo, o que abriu espaço para a produção de um novo Enunciado Fonológico por B. O constituinte fonológico que contém a conclusão [**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?] tem um contorno entoacional marcado por pausas longas antecedentes e precedentes, além de tom global de queda brusca ao final do enunciado como um todo.

Em todos os casos, independentemente de o Movimento que contém a conclusão ser expresso pelo próprio Participante ou pelo outro, na Função Resumo, a codificação fonológica ocorre na camada do Enunciado Fonológico, em estreita relação com o Nível Interpessoal.

5.2 Propriedades da Função Retórica Conclusão

Retome-se a ocorrência (07), que exemplifica um caso de Função Retórica Conclusão:

(07) B eh, politicamente, a Indonésia tem sempre arranjado estratégias ou, diplomaticamente, ela tem que jogar assim.
A hum, hum.
B mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. *e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental.* ***portanto*** *nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência.*
A pois. sabe uma coisa que eu acho curiosa, o, os indonésios viveram quatrocentos e cinquenta, os indonésios não, os timorenses (TL99:IdentidadePovo)

Essa relação, como já descrito, ocorre entre Atos Discursivos, que, por sua vez, compõem o Movimento. O Ato Discursivo é um constituinte do Movimento e é a menor unidade do comportamento comunicativo. Na ocorrência (07), o Falante expressa a conclusão por meio do Ato Subsidiário [“portanto nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência”].

O Ato Discursivo caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional. O final dessas duas unidades é marcado por meios prosódicos, como a pausa, que não é um elemento da gramática, mas é indiretamente afetada pela gramática. Internamente, têm suas delimitações asseguradas fonologicamente por operadores de subida (r) e de queda (f). Estas duas unidades linguísticas são fundamentais para compreensão da relação conclusiva. Descreve-se aqui a Ilocução de dois Atos que compõem a Função Retórica Conclusão, enquanto o contorno prosódico será tratado no Nível Fonológico.

Na Função Conclusão, a Ilocução do Ato que expressa a premissa deve ser, em todos os casos, declarativa, já que, como afirmam Lopes et al (2001), a premissa expressa é sempre uma certeza do Falante, funcionando como evidência que legitima a asserção da conclusão: é porque sabe p que o Falante deduz q. As autoras consideram que a conclusão obtida a partir da premissa também deve ter Ilocução Declarativa, já que o Falante expressa uma conclusão com base em uma inferência.

De fato, no córpus em análise, o Ato que expressa a premissa tem sempre Ilocução Declarativa. O Ato que contém a conclusão, no entanto, além da Ilocução Declarativa, em sua maioria, pode ter também Ilocução Admoestativa[14], como em (08), aqui retomado:

(08) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.
B claro.
A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
B exactamente.
A ***portanto****, eles que não venham com essas desculpas*. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. (PT97:DesportoDinheiro)

Em (08), o Falante, ao estabelecer uma conclusão baseada em uma premissa ("eles ganham em um ano mais dinheiro do que os operários ganham a vida toda; quem ganha bem, não deve reclamar, portanto não deve dar desculpas"), expressa, por meio de uma Ilocução Admoestativa, sua intenção de chamar a atenção dos jogadores que justificam venderem-se por causa do curto período que podem trabalhar e ganhar dinheiro. Casos assim constituem minoria no córpus, mas mostram uma possibilidade até então não mencionada

[14] Na Ilocução Admoestativa, o Falante repreende/adverte o Ouvinte por realizar a situação evocada pelo Conteúdo.

pelos estudos mais recentes. Efetivamente, o Ato que contém a premissa deve ter Ilocução Declarativa, mas o Ato que contém a Conclusão pode ter outras Ilocuções.

Assim como na Função Resumo, o Ato que contém a conclusão corresponde, no Nível Representacional, a um Contéudo Proposicional, como mostra (07), em que "**portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência" explicita a atitude proposicional do Falante em relação ao conteúdo.

Morfossintaticamente, assim como na Função Resumo, a Função Conclusão, formulada no Nível Interpessoal, é codificada morfossintaticamente pelas conjunções gramaticais *portanto* e *então* na língua portuguesa.

Ainda No Nível Morfossintático, cada Ato Discursivo corresponde a uma Oração, e as duas Orações que compõem a relação conclusiva formam uma única Expressão Linguística. Como observado, em uma Expressão Linguística, as Orações podem combinar-se de diferentes maneiras: mutuamente dependentes (Equiordenação); apenas uma unidade dependente (Cossubordinação) ou duas unidades dependentes (Coordenação).

A maioria dos gramáticos considera que a relação conclusiva é um caso de Coordenação, ou seja, as Orações que compõem a Expressão Linguística são independentes, sem que uma seja constituinte da outra. Essa análise é confirmada aqui, como se pode observar na ocorrência (09), retomada aqui, um exemplo de Função Conclusão:

(09) A bom, diz que vende artigos de...
B decoração.
A decoração. **portanto** esta época agora é uma época de grande ocupação para si, não é?
B imensa. não há horas, não, só há um Natal e... tem que se aproveitar esta altura do ano para... deitar cá para fora os produtos.
B eh, é também cansativo, não é,
B bastante. em Janeiro descansa-se.

A Expressão Linguística “diz que vende artigos de.. decoração. decoração. portanto esta época agora é uma época de grande ocupação para si” é formada por duas Orações morfossintaticamente independentes. Nessa Expressão Linguística, a Oração 1 e a Oração 2 encontram-se relacionadas: a primeira, uma oração independente, e a segunda, que contém a conclusão, também independente da primeira, configurando assim um caso de Coordenação. No entanto, pragmaticamente, há uma dependência da segunda oração, que toma a primeira como base, o que explica a oscilação na classificação da relação conclusiva e o motivo de alguns autores afirmarem haver dependência semântica, mas não sintática. Postula-se aqui que seja uma dependência pragmática, relacionada à intenção do Falante de apresentar premissas que encaminham para uma conclusão.

Da mesma forma que na Função Resumo, quanto à ordenação dos constituintes morfossintáticos, a unidade linguística que contém a conclusão é sempre posposta, obedecendo também ao princípio de iconicidade: a Conclusão é precedida por uma premissa, como se verifica em (09), caso em que o Falante só pode concluir que “a época é de grande ocupação” devido ao fato de ter, primeiramente, expresso a premissa “você vende artigos de decoração”.

No Nível Fonológico, a relação conclusiva ocorre entre Frases Entonacionais, que correspondem a Atos Discursivos no Nível Interpessoal e a Orações no Nível Morfossintático, mostrando o alinhamento desses níveis. Entre as Frases Entoacionais, na maioria das vezes, há mudanças prosódicas bruscas como as que marcam a relação entre Enunciados Fonológicos, mas que se diferenciam desses casos pelo fato de haver, na fronteira entre as Frases Entoacionais, um operador de subida global (f), formando uma curva entoacional ascendente que expressa que o Falante não encerrou um Movimento, como mostra a Figura (13), referente à ocorrência (08):

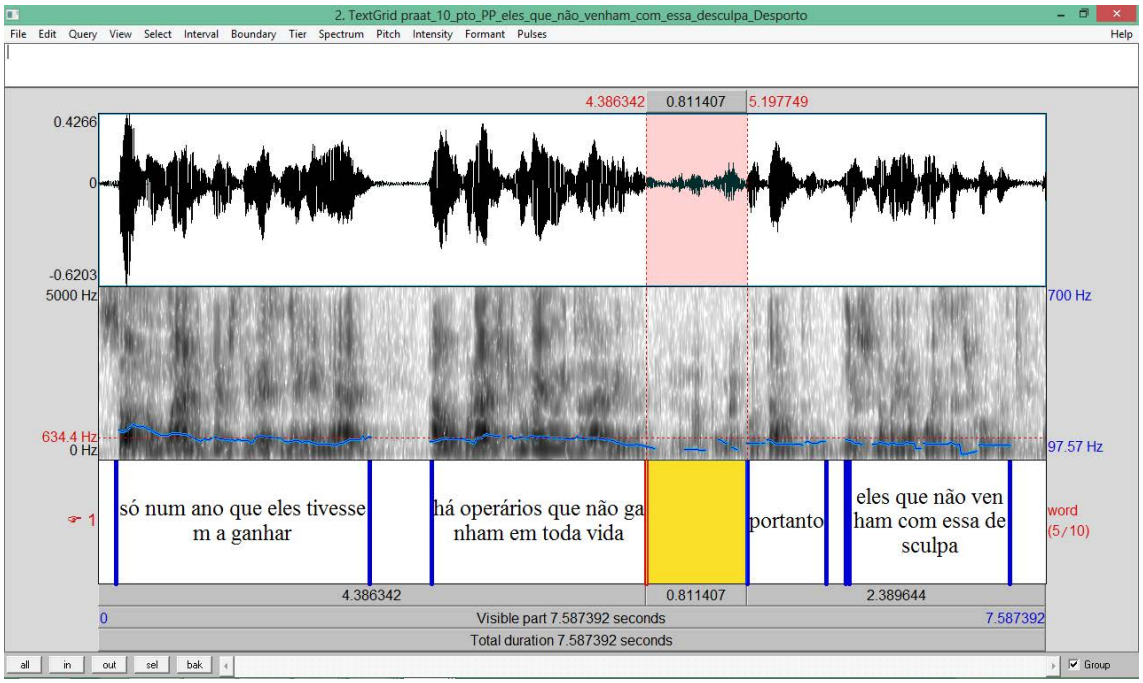


Figura 13. Frases Entonacionais em Função Retórica Conclusão: presença de pausa nas fronteiras

Ao final da Frase Fonológica “há operários que não ganham em toda vida” há uma pausa de duração média, mas o contorno entoacional é ascendente, indicando que o Falante não irá interromper o Movimento. Esse é o padrão fonológico predominante na Função Retórica Conclusão.

No entanto, foram encontrados casos em que não há pausa delimitando as fronteiras, como mostram a ocorrência que contém um trecho de (10) e a respectiva imagem acústica na figura (14):

(10) A mas mesmo assim, como a classificação - que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.
B *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram*. **portanto** automaticamente está viciada.
A pois está. (PT95:VidaEstudante)

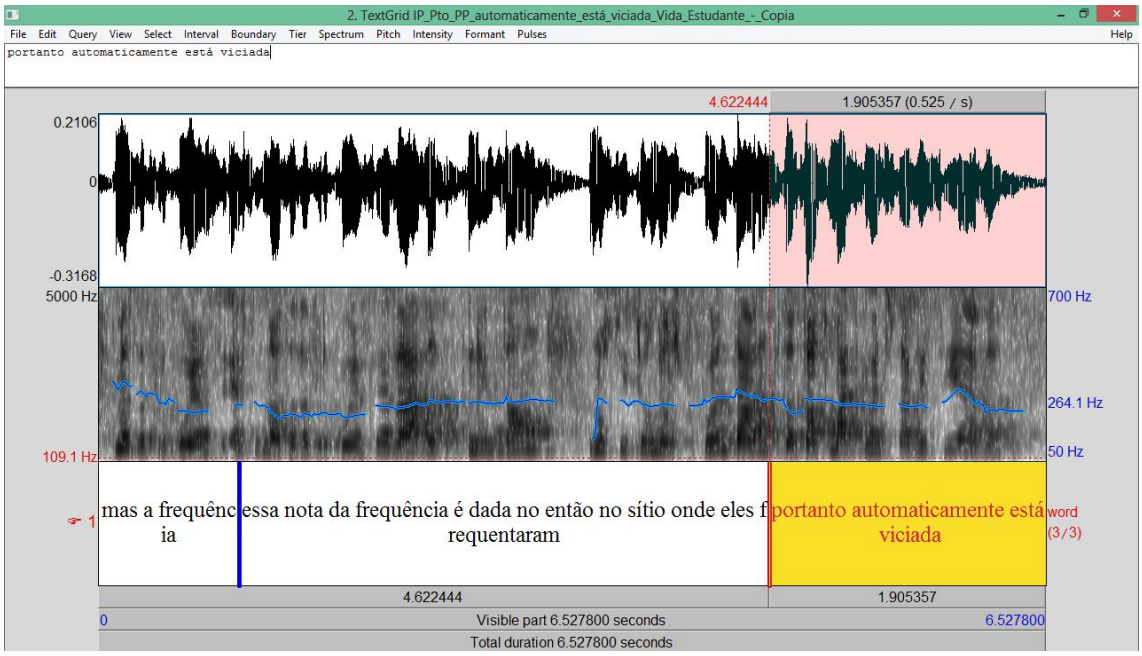


Figura 14. Frases Entonacionais na Função Conclusão: ausência de pausa nas fronteiras

Nesse caso, entre as duas Frases Entonacionais [essa nota da frequência é dada p[...], na então no sítio onde eles frequentaram] e [**portant**o automaticamente está viciada], não há uma mudança brusca no limite entre as Frases Entoacionais, mas uma fronteira com tom de continuidade que indica o final do contorno na primeira Frase Entoacional. Assim, essas duas unidades linguísticas encontram-se integradas fonologicamente pela presença do tom de continuidade. Cada Ato tem seu contorno entonacional e a primeira Frase termina com operador global de subida na fronteira e tom de continuidade, com mudança na tessitura. Antilla (2007) alega que fatores internos, como velocidade de voz, estilo, atitude do Falante etc, podem provocar a variação no Nível Fonológico, o que parece ser o caso da Falante dessa ocorrência, que se mostra bastante irritada com a situação que descreve e aumenta a velocidade da fala durante alguns pontos do inquérito.

Para melhor explicitar essa discussão, é necessário tratar da pausa, um elemento fonético, e da entoação, um elemento fonológico. O Componente de Saída traduz a informação digital (em número limitado, definida de forma opositiva) em forma analógica (em quantidade variável). Como descrito, as estruturas nos níveis Interpessoal,

Representacional e Morfossintático são traduzidas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico, que, por sua vez, são traduzidas foneticamente no Componente de Saída em frequência dos formantes, intensidade, duração e características espectrais. Um fato fonético de duração é a pausa que delimita Enunciados e Frases Entonacionais.

Cruttenden (1986) considera que a pausa é um fenômeno do sistema linguístico que pode instaurar significação, ao apontar os limites de um constituinte em uma unidade discursiva. Funciona, dessa forma, como pista daquilo que o Falante pretende que se compreenda, como, por exemplo, a junção ou separação entre constituintes, como em (11), com marcações de Frases Entonacionais (IP) e Enunciados Fonológicos (U) apenas para fins de ilustração:

(11) [[o fundo da piscina deu defeito]$_{IP}$ [tiveram que esvaziar] $_{IP}$ [e pi... e pintar] $_{IP}$ [e limpar]$_{IP}$]$_{U}$ [[aí perceberam que estava toda quebrada] $_{IP}$ [**então** resolveram tirar] $_{IP}$ [porque a piscina natural é toda de pedra] $_{IP}$]$_{U}$ [[**então** resolveram tirar aquelas pedras e botar um cimento]$_{IP}$]$_{U}$ [[quando começaram a a tirar a parte a parte externa] $_{IP}$ [começaram a perceber que tinham mais pedras para dentro] $_{IP}$ [todas eh manuseadas] $_{IP}$]$_{U}$(Bra- Fazenda)

Nesse caso, há repetição parcial da estrutura sintática que contém *então*, mas se diferencia no tocante à prosódia, especificamente quanto à pausa e ao tom de fronteira. Na primeira ocorrência, *então* relaciona duas Frases Entoacionais, sendo a fronteira marcada por pausa breve e o final da primeira IP com tom de fronteira ascendente localizada na última palavra, indicado continuidade; na segunda, *então* inicia um novo Enunciado, precedido de pausa mais longa; o primeiro Enunciado apresenta queda profunda na última palavra, com tom final de fronteira, indicando encerramento.

Cagliari (1993) considera que, ao produzir determinadas pausas e determinados tons de fronteira, o falante constrói um grupo entonacional como uma ordem significante no seu dizer, com pistas do que pretende que seu ouvinte compreenda. Dessa forma, no exemplo

anterior, o Falante intenciona que o Ouvinte perceba que ele pretende relacionar de forma prosodicamente integrada os Atos “aí perceberam que estava toda quebrada” e “então resolveram tirar”; por outro lado, quanto aos Atos “porque a piscina natural é toda de pedra” e “então resolveram tirar aquelas pedras e botar um cimento”, o Falante separa prosodicamente os constituintes, por meio de uma pausa mais longa. Desse modo, a organização prosódica dos constituintes revela que o uso de fenômenos acústicos reflete intenções comunicativas, assim como estruturas semânticas e morfossintáticas.

Silva (2002) também apresenta uma argumentação que corrobora Cruttendem (op. cit), ao afirmar que, em determinadas estruturas, o Falante realiza pausas para criar grupos entonacionais com o objetivo de pôr em destaque unidades de informação, como, por exemplo, o caso de adjuntos adverbiais que constituem uma Frase Entoacional. Essa delimitação marcada pela pausa não ocorre em qualquer ponto dos constituintes, mas em lugares previstos, em consonância com a hipótese de Crutendem; caso contrário, poderiam soar como ponto de hesitação. De acordo com a GDF, o Ouvinte, tendo em vista que usa seus conhecimentos linguísticos, não interpretará as pausas mais longas como hesitações (HAYES, 1989, p. 219, apud Hengeveld e Mackenzie, 2008) e fará a interpretação adequada.

Tenani (2002) afirma que a pausa é delimitadora de constituintes, porém não necessariamente. Segundo a autora, quando não se tem a pausa entre as Frases Entonacionais, por exemplo, a delimitação pode se realizar por meio da mudança de tessitura ou ainda pela queda ou subida brusca e profunda da Frequência Fundamental em relação à linha de base da altura utilizada pelo falante. Dessa forma, estas duas possibilidades prosódicas podem delimitar as unidades linguísticas que formam a oração com a Função Conclusão.

No caso na Função Conclusão, os dados revelam que pode ou não haver uma pausa média ou curta.

Assim como a GDF propõe, a caracterização da entoação é considerada por vários autores como importante para a determinação de domínios prosódicos no português (FROTA, 2000; FROTA e VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002).

Vários podem ser os correlatos indicativos de fronteira prosódica, como o alongamento silábico pré-fronteira, o movimento tonal e a pausa, a depender da língua em análise (Nespor & Vogel, 1986; Frota e Vigário, 2000; Tenani, 2002). Cooper e Paccia-Cooper (1980), considerando a escala prosódica de Nespor e Vogel (1986), afirmam que, quanto mais alto o constituinte numa dada hierarquia, mais robustas serão as pistas que delimitam as suas fronteiras.

Ao comparar as Funções Resumo e Conclusão, verifica-se esse fato: na Função Resumo, a relação conclusiva que se realiza entre Movimentos no Nível Interpessoal, há mais fenômenos prosódicos nas fronteiras dos constituintes (pausa longa, alongamento de sílabas, mudança brusca na tessitura), enquanto na Função Conclusão, que ocorre também no Nível Interpessoal, mas na camada dos Atos Discursivos, as pausas são mais curtas e a mudança na tessitura é mais suave[15], evidenciando a presença de pistas mais robustas para a Função que está na camada mais alta.

Dessa forma, a codificação fonológica é responsável por marcar prosodicamente as fronteiras dos constituintes, exprimindo um reflexo da formulação na codificação, no caso, nas camadas do Enunciado Fonológico e da Frase Entonacional.

A respeito do contorno entonacional dos Atos Discursivos, Hannay e Kroon (2005, p. 99) discutem a não correspondência exata entre Atos Discursivos e unidades sintáticas e propõem a relação entre Atos Discursivos e unidades prosódicas/ortográficas.

[15] Para Hengeveld e Mackenzie (2008), são elementos gramaticais apenas os aspectos fonológicos (operadores de queda e altura); os aspectos fonéticos (frequência fundamental e pausa) constituem elementos do Componente de Saída, estando, portanto, fora da gramática. Dessa forma, o que caracteriza a delimitação das camadas são os operadores de subida ou queda, realizados nas fronteiras entre Enunciados ou Frases Entonacionais, porém, os demais aspectos são indiretamente afetados pela gramática, sendo então validadados na análise.

Resumidamente, o que os autores mostram é que há determinadas construções, como em (12) e (13), que podem ser segmentadas de forma diferente consoante se aplica uma análise sintática ou a análise a partir de Atos. Como afirmam os autores, ocorre uma ruptura da estrutura gramatical da oração, com segmentações inesperadas, do ponto de vista sintático, como mostram os exemplos.

(11) Last year I was robbed # by a six year old.
No ano passado eu fui roubado # por uma criança de seis anos. (Hannay e Kroon, 2005, p. 100)[16]

(11) He killed his wife. With a knife.
Ele matou sua esposa. Com uma faca. (Hannay e Kroon, 2005, p. 100)

Para eles, ambas as estruturas constituem uma oração, mas são registradas como duas unidades separadas no discurso, formando assim dois Atos, fato perceptível a partir da informação prosódica de pausa (#), em (12), ou pela pontuação em (13), o que leva os autores a concluírem que há correspondência mais estreita entre estrutura prosódica/ortográfica e a estrutura do Ato do que entre a estrutura sintática e a estrutura do Ato.

Uma distinção interessante que os autores propõem é entre atos conceituais, que atuam como ideias ou como argumentos, e atos estratégicos, que são estratégias comunicativas, tipos diferentes de organização do discurso, correspondentes a dois módulos diferentes em modelos funcionalistas (Hannay; Kroon, 2005, p. 103).

Os Atos, como estratégias usadas pelo Falante, podem ser planejados para atingir propósitos comunicativos. Segundo os autores, nesse planejamento, pode-se optar por apresentar uma ideia em uma etapa ou em mais etapas, como em (12) e (13), marcadas as separações por meio prosódico ou pontuação. Os autores pretendem mostrar que não há

[16] O símbolo # corresponde à pausa entre os enunciados.

isomorfia entre sintaxe e entonação, e assim afirmam que, no discurso da língua inglesa, a organização estratégica do Ato é mais fortemente refletida na prosódia do que na estrutura sintática.

No córpus tomado para este estudo, o Falante expressa prosodicamente a conclusão em uma Frase Entonacional, na maioria dos casos, como em (10), aqui retomada:

(10) A mas mesmo assim, como a classificação - que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.
B claro.
A *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram*. **portanto** automaticamente está viciada.
B pois está. (PT95:VidaEstudante)

A Frase Entonacional com a conclusão [portanto automaticamente está viciada"] corresponde, no Nível Interpessoal, a um único Ato Discursivo, já que o tom final de fronteira só ocorre no encerramento do Ato. Entre *portanto* e o elemento subsequente não há pausa. A Figura (15) a seguir permite visualizar essas propriedades.

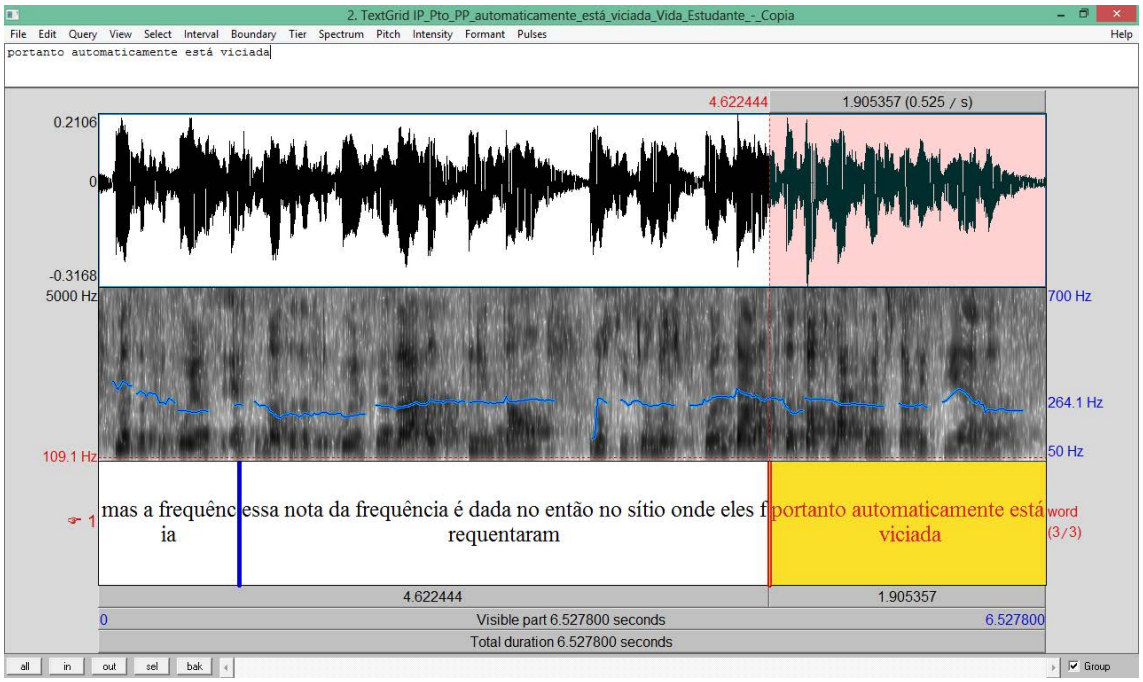


Figura 15. Frases Entonacionais na Função Retórica Conclusão*:* ausência de pausa na fronteira

Observa-se que não há separação prosódica entre a conjunção e o elemento subsequente, já que a adjacência vocálica de [u], ao final de *portanto*, e [a], no início de *automaticamente*, provoca ditongação nas fronteiras destes dois elementos[17], o que indica a juntura entre os elementos adjacentes: ([purtẽtuautomaticamente]. A realização fonética de *portanto* nesse caso é [purtẽtu], sem redução de massa fônica.

Essa é a estrutura fonológica padrão da unidade que introduz a Função Conclusão. No entanto, foram encontradas no córpus ocorrências de Função Conclusão com configuração prosódica diferente, como em (08), retomada:

(08) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.

[17] Em estudos do português europeu, Frota (2009) e Vigário (2010) afirmam que este tipo de fenômeno demonstra a formação dos constituintes de uma Frase Entoacional.

B claro.
A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
B exactamente.
A ***portanto****, eles que não venham com essas desculpas*. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. (PT97:DesportoDinheiro)

Nesse caso, há dois Atos (A_1: *portanto* e *A_2: eles que não venham com essas desculpas*) em que o primeiro é formado apenas pela conjunção *portanto*, compondo, no Nível Fonológico, uma Frase Entoacional, com seu próprio contorno entoacional e tom de fronteira de continuidade. A Frase Entoacional [*portanto*] é marcada por alongamento silábico, o que a torna extensa em relação à outra Frase Entonacional, apesar de ser constituída de uma única Palavra Fonológica, como mostram as figuras a seguir. Há que se destacar que a realização fonética sem qualquer redução indica, mais uma vez, o destaque prosódico dessa unidade linguística. As figuras a seguir mostram a realização prosódica do trecho "portanto, eles que não venham com essas desculpas.". A Figura 16 mostra a duração de cada Frase Entonacional, sem contar a pausa, e, a Figura 17, a duração sem a pausa.

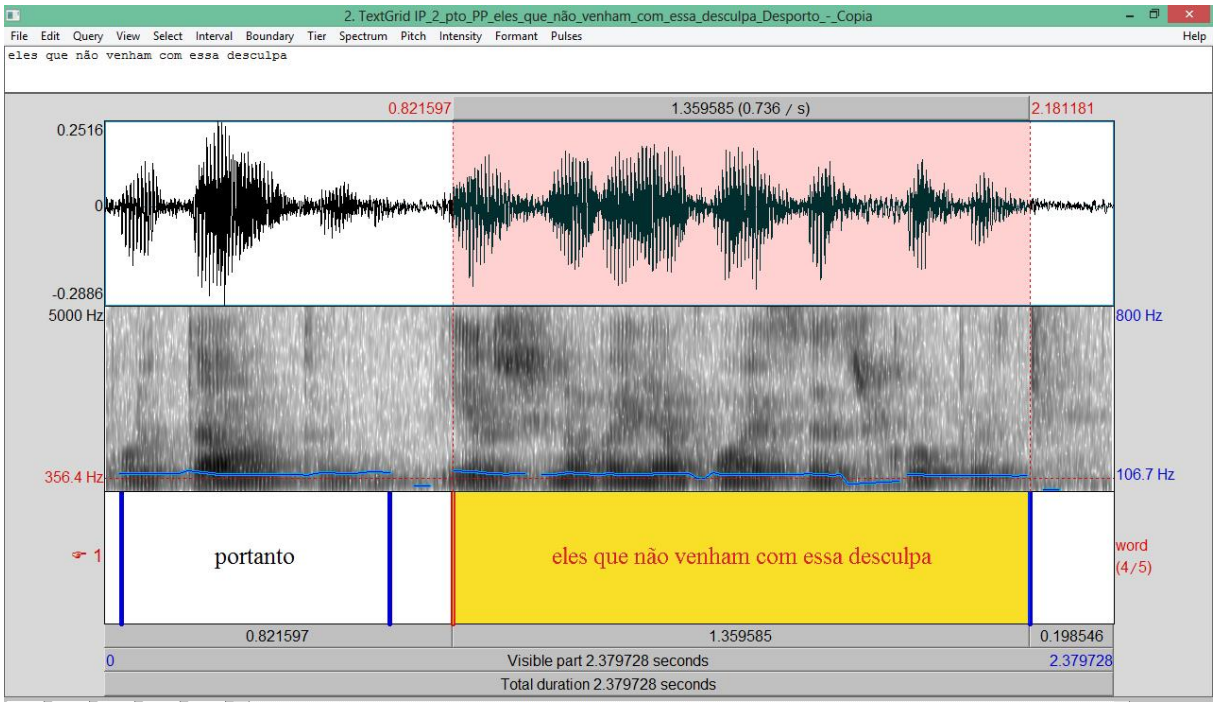


Figura16. Duração das Frases Entonacionais na Função Conclusão

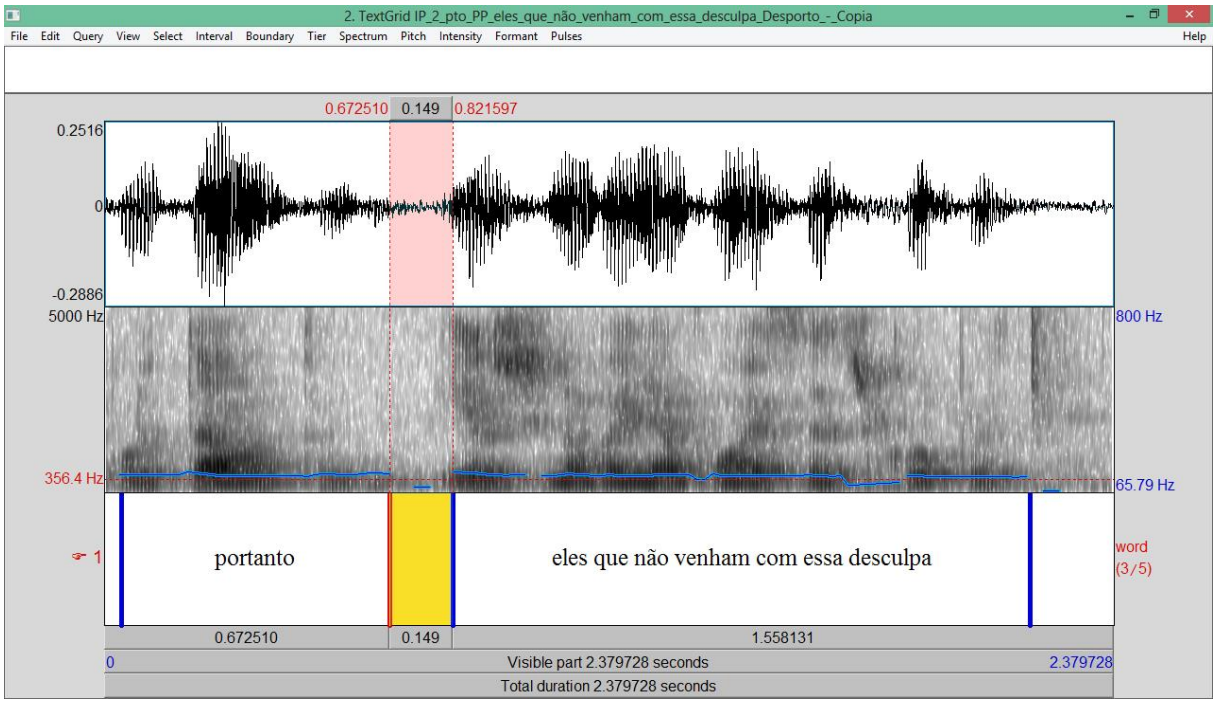


Figura 17. Duração da pausas entre Frases Entonacionais na Função Conclusão

Observa-se que a primeira Frase Entonacional, apesar de ser composta por apenas um Sintagma Fonológico, tem uma duração muito próxima da Frase seguinte, composta por

um número maior de Sintagmas. Essa organização prosódica dá à Frase Entonacional com *portanto* o mesmo estatuto da Frase Entoacional seguinte. Pragmaticamente, pode-se explicar esse fato pela intenção do Falante de querer atribuir a esse constituinte um papel específico: enfatizar claramente que irá fazer uma conclusão a partir do que disse anteriormente, de forma a chamar a atenção do ouvinte para o conteúdo que será declarado.

Casos assim mostram a não-isomorfia entre Atos e Frase Entonacional. A codificação fonológica interpretará esse estatuto dado à conjunção como uma instrução para dar um contorno entonacional próprio, possibilitando a produção de duas Frases Entonacionais: a que contém a conjunção deve ter contorno ascendente, e a seguinte, contorno descendente, com operador de queda.

Segundo a análise de Nespor e Vogel (1986)[18], as regras básicas de formulação baseiam-se no fato de que a Frase Entonacional é o domínio de um contorno entoacional cujas fronteiras coincidem com a posição na qual as pausas podem ser introduzidas (Nespor e Vogel 1986, p. 188), ponto de vista adotado pela GDF. Frotta (2000) considera que há várias estruturas sintáticas que coincidem com a formação de Frases Entonacionais, independentes, no caso de elementos estruturalmente externos à frase, como estruturas parentéticas, orações explicativas, vocativos e *tags*, caso em que não se enquadra a relação conclusiva. Excetuando esses casos, a autora afirma que Frases Entonacionais longas tendem a ser divididas, e Frases Entonacionais pequenas podem formar um domínio com outra Frase Entonnacional adjacente (Frota, 2000). Frota e Vigário (2003, p. 172) assinalam que, além disso, uma velocidade de fala mais rápida não favorece a divisão.

Como o Falante, nesse caso, faz uma longa pausa antes da Frase Entonacional [portanto], é possível que a relação se dê entre três Frases Entonacionais: (i) [a produção de

[18] Na teoria de Nespor e Vogel (1986), as nomenclaturas e as siglas usadas são diferentes das adotadas pela GDF, A GDF usa Enunciados Fonológicos (U), Frases Entoacionais (IP), enquanto as autoras utilizam Enunciados Fonológicos (U) e Sintagmas Entoacionais (I). Adotamos aqui a terminologia da GDF.

mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida], (ii) [portanto] e (iii) [eles que não venham com essas desculpas], formando assim um Enunciado Fonológico.

Hannay e Kroon (2005), a respeito de formação de unidades prosódicas, assim como previsto por Selkirk (1984), admitem que uma unidade entoacional pode ser segmentada devido a fatores como a extensão do constituinte, porém consideram que é uma decisão do Falante separar um Ato, independentemente de fatores fonológicos, e que a intenção do Falante seria mostrar o que está em foco no momento da produção do texto. Para eles, o Falante aciona um padrão entoacional que, organizado em duas estruturas, promove um sentido diferente daquele apresentado em uma etapa, de forma integrada. Assim, o Falante intensifica a função do elemento destacado prosodicamente, no caso do exemplo (15), o Ato formado por *portanto*.

Dessa forma, o elemento que fica separado prosodicamente ganha destaque em relação ao restante do enunciado, equiparando o elemento destacado ao seguinte, conseguindo assim atrair a atenção do ouvinte para o elemento específico e preparando-o para o que vem posteriormente.

Casos assim constituem exceção no córpus, mas servem para evidenciar como intenções comunicativas formuladas no Nível Interpessoal são refletidas no Nível Fonológico.

5.3 Propriedades da Função Semântica Consequência

Como descrito no capítulo anterior, o subtipo de relação conclusiva Função Semântica Consequência ocorre no Nível Representacional, na camada do Conteúdo Proposicional. O Nível Representacional trata das unidades linguísticas em termos de sua

categoria semântica, tanto no que diz respeito ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico quanto aos significados de unidades lexicais e unidades complexas. O Conteúdo Proposicional, como observado, é um construto mental (crenças, desejos) que pode ser caracterizado pelo fato de ser qualificado em termos de suas atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) em relação ao evento ou em termos de sua fonte ou origem do conhecimento (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência).

Considere-se o exemplo (12), a seguir:

(12) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. **então**, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente. (BRA 80-Fazenda.)

No Nível Interpessoal, há dois Atos relacionados: [“mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada” e “**então [...]** nós não temos muita vontade de ficar nela”]. No entanto, como já demonstrado, a relação não se estabelece entre os Atos, mas entre os Conteúdos Proposicionais [“ser tida como mal assombrada”] e [“não ter vontade de ficar nela”]. Os dois Atos, correspondem a dois Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional, e é entre os dois que o Falante estabelece a relação semântica.

Uma propriedade dessa Função é que, contrariamente às anteriores, não ocorrem Atos Interativos após a oração que expressa a consequência, pois, ao estabelecer a relação entre Conteúdos Proposicionais considerados verdadeiros, o Falante exclui a possibilidade de questionamentos por parte do Ouvinte. Por vezes, seguem expressões que correspondem a Modificadores que asseveram a informação dada, como em (12), em que o Ato Discursivo “isso é evidente” mostra que o Falante não tem dúvida alguma da relação conclusiva que ele estabelece entre as duas orações, por isso dispensa a confirmação do Ouvinte.

Morfossintaticamente, assim como nos demais subtipos de relação conclusiva, a Função Consequência é codificada pelas conjunções *portanto* e *então.* Além disso, assim como na Função Conclusão, ocorre na camada da Expressão Linguística. Cada um dos Conteúdos Proposicionais correspondem, no Nível Morfossintático, a uma Oração, e as duas Orações compõem a Expressão Linguística, sendo a segunda dependente da primeira.

Na Expressão Linguística, a primeira Oração é morfossintaticamente independente, mas a segunda não é, como mostra (13):

(13) A eh, havia aqui uma base... alemã, não era?
B sim, a base, eh, número onze.
A hum, hum.
B agora
A e acabou?
B acabou. agora é portuguesa.
A hum, hum.
B é... sim.
A e isso trouxe, acha que isso trouxe uma grande, o que é que essa base, dava alguma vida especial a Beja?
A sim, eh, dava. dava, sim, sim. e, a alemã, prontos, eles, eh, tinham, eh, uma parte aqui de, das... vivendas e assim, que eles eram muito cuidadosos. **portanto** tinham tudo impecável. eles não se importavam de se levantar às oito, ou às, às sete da manhã, eles limpavam aquilo tudo, porque têm muito, muito verde, que é mesmo, aqui o bairro alemão. (PT97:BaseMilitar)

A Oração 1 [“que eles eram muito cuidadosos”] e a Oração 2 [“portanto tinham tudo impecável”] encontram-se relacionadas, a primeira de forma independente, e a segunda, dependente da primeira, configurando assim um caso de Cossubordinação, com dependência unilateral da oração conclusiva, que, por si só, não forma uma unidade linguística completa. Como se pode perceber, esse fato pode explicar a oscilação na classificação da relação conclusiva quanto aos processos de articulação textual, visto que, no caso da Função Conclusão, há o processo de Coordenação, com duas orações independentes, enquanto na Função Consequência, trata-se de Cossubordinação, com dependência unilateral.

Na Função Consequência, assim como nas demais funções aqui tratadas, a unidade linguística com a conclusão está sempre posposta, em consonância com o princípio de iconicidade: a Consequência segue a causa. No exemplo (13), o fato de os alemães terem tudo impecável é a consequência de eles serem muito cuidadosos.

No Nível Fonológico, a Função Consequência ocorre entre Frases Entonacionais, que correspondem a Atos no Nível Interpessoal e a Orações no Nível Morfossintático, novamente mostrando o alinhamento desses níveis.

De forma semelhante à Função Conclusão, a Função Consequência não apresenta mudanças bruscas nas fronteiras entre as Frases Entoacionais e tem um operador de subida global, expressando continuidade, porém, a pausa entre as Frases Entoacionais, quando ocorre, é mais breve, como mostra a ocorrência que contém um trecho de (13) e a respectiva imagem acústica na Figura (17):

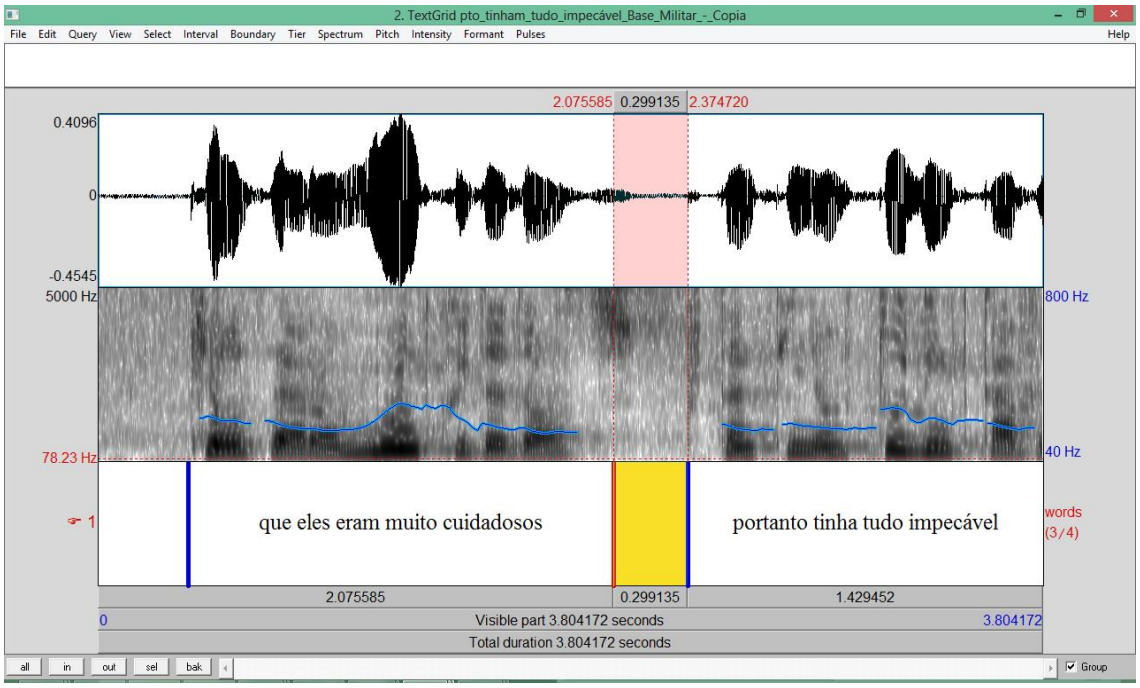


Figura17. Frases Entonacionais na Função Consequência: extensão da pausa

Entre as duas Frases Entonacionais, [que eles eram muito cuidadosos] e [portanto tinham tudo impecável], há uma pausa breve, com duração de menos de três milésimos de segundos, e uma fronteira com tom de continuidade que indica o final do contorno na primeira Frase Entoacional, sinalizando que haverá um outro Ato Discursivo na sequência. As duas Frases Entoacionais encontram-se mais integradas fonologicamente do que no caso da Função Conclusão. Isso mostra que, quanto mais se sobe em relação às camadas do Nível Interpessoal, mais frouxa é a relação entre as orações, com impacto no Nível Fonológico.[19]

Essas propriedades caracterizam a relação conclusiva Consequência na maioria dos casos, mas, assim como na Função Conclusão, há casos sem pausa nas fronteiras, motivados por fatores internos ao Falante, como velocidade de voz, estilo, atitude do Falante etc, e apresentam uma variação, o que novamente corrobora os estudos de Hirst e Di Cristo (1998) e Anttila (2007).

Como pode ser observado, uma primeira distinção entre os três tipos de relação conclusiva ocorre na Formulação, pois são implementados em níveis e camadas diferentes. Quanto à Codificação, nos três casos há algumas propriedades similares, como o fato de se realizar por meio das mesmas conjunções (*portanto* e *então*) e obedecerem ao princípio da iconicidade (a conclusão é sempre posterior), mas há também diferenças nas propriedades, por exemplo, quanto aos processos de articulação e aos fenômenos fonéticos e fonológicos envolvidos.

Dessa forma, este estudo contribui tanto para esclarecer a definição de relação conclusiva como para descrever e explicar as propriedades dessa relação linguística.

[19] Do ponto de vista fonético, no português de Portugal, há ainda uma redução do elemento *portanto,* que se realiza como [ptɐ̃tu], em todos os casos de relação conclusiva Consequência.

Considerações Finais

Como foi proposto neste estudo, um dos objetivos do trabalho é realizar uma descrição que englobe os aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos da relação conclusiva. Como resultado, propiciado pelo modelo teórico da GDF (Hengeveld e Mackenzie, 2008), observou-se que é possível uma análise mais pormenorizada de como as estruturas gramaticais são implementadas dinamicamente na interação verbal, desde os processos de formulação até a expressão linguística propriamente dita. Verificou-se que há motivações pragmáticas e semânticas para a construção da relação conclusiva, resultado alcançado também devido ao modelo teórico da GDF, que considera a gramática um componente integrado aos níveis mencionados.

Além da adequação do modelo teórico, com foco no uso linguístico, metodologicamente, o uso do córpus, por conter produções linguísticas autênticas, ofereceu evidências das propriedades gramaticais da relação conclusiva nos oito países que têm como língua oficial o português. A análise de ocorrências efetivas de uso da língua, e não daquelas que o falante intui como válidas, evitou a inclusão de estruturas que a intuição do falante diria que são aceitáveis, mas não são utilizadas pela comunidade linguística. Assim, concluiu-se que, na língua portuguesa, apenas as formas *portanto* e *então* são usadas para codificar morfossintaticamente a relação conclusiva. Essa opção metodológica permitiu corroborar a afirmação de alguns autores (Nunes, 2009; Oliveira, 2011; Alves; 2013) de que a conjunção conclusiva *logo*, considerada a mais prototípica, na verdade está em desuso na modalidade falada do português e é pouco usada mesmo em textos escritos mais formais. Além disso, a análise mostra que não há distinção quanto ao uso das formas *então* e *portanto* na relação conclusiva no português falado, o que revela a opacidade na codificação morfossintática da relação conclusiva, já que diferentes formas estabelecem uma mesma função. Desse modo,

pode-se perceber que a relação conclusiva não obedece, morfossintaticamente, ao princípio da transparência, que prediz que uma língua será transparente quando uma função for marcada sempre da mesma forma; caso contrário, quanto mais especificações morfossintáticas, mais se afeta a relação de um para um, o que leva à opacidade (Kusters (2003); Hengeveld (2011).

Saliente-se ainda o valor metodológico da análise de oitiva e do uso do software Praat, por meio do qual foi possível criar espectogramas das ocorrências, e assim identificar mais detalhadamente a codificação fonológica da relação conclusiva, que se realiza ora como Frases Entoacionais, ora como Enunciados Fonológicos, evidenciando distinções prosódicas entre os constituintes linguísticos. Vale ressaltar que não se encontrou na literatura nenhum estudo que aborde fenômenos prosódicos na relação conclusiva, pois a maioria dos trabalhos enfoca aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, sem atentar para os aspectos fonéticos e fonológicos.

A revisão bibliográfica do tema revela a flutuação na descrição das propriedades da relação conclusiva. Essa flutuação, seja em função do modelo teórico adotado seja em função de uma descrição limitadora do fenômeno, ocorre em diversos aspectos: i) unidades linguísticas que podem ser relacionadas; ii) processos sintáticos de formação do período; iii) denominação do elemento juntor ; iv) conjunto de elementos mencionados para estabelecer a relação conclusiva.

As descrições, principalmente em obras didáticas, revelam que o tratamento dado à relação conclusiva é superficial e restringe-se muitas vezes em apresentar as conjunções e propor exercícios de classificação (BORGES, 2008; VARGAS JUNIOR e SELLA, 2004). Em muitos contextos, equivocadamente, o livro didático é o único acesso para o aprendizado de aspectos gramaticais, e uma descrição desse tipo implica limitar significativamente uma análise que considere o funcionamento linguístico em situações de interação, almejada em uma boa formação escolar e apontada em documentos oficiais, como nos Parâmetros

Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998). Este trabalho, ao esclarecer as propriedades da relação conclusiva, pode auxiliar a reflexão sobre como conceituar e descrever esse fenômeno linguístico.

O resultado da análise mostra que há três diferentes funções na relação conclusiva: Função Interacional Resumo, Função Retórica Conclusão e Função Semântica Consequência. Trata-se, na verdade, de diferentes tipos de conclusão: ora a relação entre as orações que a compõem é mais direta (Função Consequência), ora é mais indireta, com uma premissa entre elas (Função Conclusão), ora a relação ocorre entre porções textuais maiores, para sintetizar uma explanação anterior (Função Resumo). A principal distinção entre os três subtipos propostos deve-se ao fato de as relações serem implementadas em níveis e camadas diferentes: as Funções Resumo e Conclusão ocorrem no mesmo nível, o Interpessoal, mas se diferenciam porque a primeira ocorre na camada do Movimento, e a segunda, na do Ato Discursivo, enquanto a Função Consequência ocorre no Nível Representacional, na camada do Conteúdo Proposicional. Essa distinção esclarece a discussão em torno do conceito de relação conclusiva, apresentada na revisão bibliográfica.

Os três subtipos apresentam diferenças também no processo de codificação. Morfossintaticamente, as Funções Conclusão e Consequência são respectivamente formadas pelos processos de coordenação, que combina orações, e cossubordinação, que combina uma oração dependente e uma independente, enquanto a Função Resumo encadeia Movimentos. No Nível Fonológico, os dados mostram que há, na maioria dos casos, uma codificação diferente para cada função: i) pausa longa entre os constituintes prosódicos que compõem a Função Resumo, além de tom final de fronteira, com operador de queda; ii) pausa breve entre os constituintes prosódicos da Função Conclusão, com tom de fronteira de continuidade ao fim da primeira Frase Entonacional; iii) pausa mais breve ainda entre os constituintes

prosódicos da Função Consequência, também com fronteira de continuidade ao fim da primeira Frase Entonacional.

No tocante à relação entre os níveis, verifica-se que, na relação conclusiva, aspectos da Formulação, seja no Nível Interpessoal seja no Representacional, são refletidos nos níveis responsáveis pela Codificação. A Função Resumo, formulada como um Movimento no Nível Interpessoal e como um Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, é codificada morfossintaticamente como um Texto e fonologicamente como um Enunciado Fonológico; já a Função Conclusão, formulada no Nível Interpessoal como Ato Discursivo e como um Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, é codificada morfossintaticamente como Expressão Linguística, e fonologicamente como Frase Entoacional, enquanto a Função Consequência, formulada como Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, é codificada morfossintaticamente como uma Expressão Linguística e fonologicamente, como Frase Entoacional. Esses fatos demonstram o alinhamento entre níveis e camadas. A implementação da relação conclusiva evidencia que a interação entre os vários níveis do Componente Gramatical propicia fundamentos para explicar de forma adequada a relação linguística de conclusão.

Dessa forma, os dados comprovam as hipóteses levantadas: i) há diferentes tipos de relação conclusiva (Resumo, Conclusão e Consequência), que apresentam similaridades, mas também diferentes propriedades entre eles; ii) a relação conclusiva engloba a consequência, mas não se restringe a esse tipo; iii) a relação conclusiva pode se estabelecer tanto no nível semântico quanto no pragmático, sem haver necessariamente uma relação lógica entre as orações.

Em função do exposto, com base nos critérios levantados para análise da relação conclusiva, pode-se resumir as propriedades da relação conclusiva como segue no Quadro (3), a seguir:

Função		Resumo	Conclusão	Consequência
NI	**Camada**	Movimento	Ato	Contéudo Comunicado
	Função	Interativa	Retórica	-
NR	**Camada**	Conteúdo Proposicional	Conteúdo Proposicional	Conteúdo Proposicional
	Função	-	-	Semântica
NM	**Camada**	Texto	Expressão Linguística	Expressão Linguística
	Processo	Encadeamento	Coordenação	Cossubordinação
NF	**Camada**	Enunciado Fonológico	Frase Entoacional	Frase Entoacional
	Marcação	Pausa longa	Pausa média	Pausa curta

Quadro 5. Propriedades da relação conclusiva

Nota-se assim que os três subtipos apresentam propriedades compartilhadas, o que justifica considerar todas como conclusivas, mas também propriedades distintivas, o que permite a caracterização de forma separada.

Por fim, este trabalho, em consonância com os princípios funcionalistas, mostra um quadro teórico que oferece uma explicação para o uso das expressões linguísticas na interação verbal, explicitando a relação entre o sistema linguístico e as funções desses elementos. Os resultados, nesse sentido, são bastante satisfatórios.

No entanto, compreende-se que, muitas vezes, a forma linguística não oferece toda a informação necessária para esclarecer uma determinada relação entre elementos linguísticos. No caso da relação conclusiva, há uma cooperação entre capacidade linguística, cognição e raciocínio. A língua, como observado, explicita essas relações, mas nem sempre apenas pela expressão linguística.

O trabalho científico, como se sabe, realiza-se com base em um determinado quadro teórico previamente escolhido, resultando em uma de outras tantas possibilidades de explicação. Acreditar que uma única teoria é suficiente para descrever e explicar toda a

complexidade dos fenômenos linguísticos é reducionista e indesejável para um cientista da linguagem.

Abre-se, dessa forma, espaço para outras abordagens de análise, como um estudo de cunho interdisciplinar que envolva, dentre outras possíveis interfaces, psicologia e cognição, por exemplo, o que pode contribuir significativamente para explicitar com maior completude o complexo fenômeno da relação conclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. V. S. **Uma investigação funcionalista do MD então no estabelecimento de relações retóricas em elocuções formais do português**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

AMORIM, C. ; SOUSA, C. **Gramática da Língua Portuguesa.** Lisboa, 2009.

ANTTILA, A. Variation and optionality. In Paul de Lacy. **The cambridge handbook of phonology**. Cambridge, p. 519-536, 2007.

AZEREDO, M. O. et al. **Gramática Prática do Português: da Comunicação à Expressão.** Lisboa: Lisboa Editora, 2009.

BARBOSA, J. S. **Gramática Philosophica da Língua Portuguesa**. Lisboa: Academia Real da Ciências, 1881(p. 243-251).

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Nacional, 2009.

BLAKEMORE, D. Re-visiting procedural meaning: 'but', 'however' & 'nevertheless', Paper delivered at Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics (GURT, 2003).

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

BORGES, A. L. As conjunções coordenativas do português: uma análse baseada em livros didáticos. Horizonte Científico, Vol, 2, Nº 1, outubro de 2008.

BUTLER, C. S. **Structure and function**: a guide to three major structural-functional theories. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

CAGLIARI, L. C. Da importância prosódica de fatos gramaticais. In: ILARI, R (org.). **Gramática do português falado**. Vol. II: Níveis de análise linguística. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

COOPER, W. E.; PACCIA-COOPER, J. **Syntax and speech**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

CRUTTENDEN, A. **Intonation.** London: Cambridge University Press, 1986.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (p. 565-567).

DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. Descrição do Português: Abordagens Funcionalistas (Araraquara), Série Encontros, ano XVI, n.1, 1999.

DEFENDI, C. M. "PORTANTO, CONCLUI-SE QUE": processos de conclusão em textos argumentativos. 285f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar. The Structure of the Clause**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____**The Theory of Functional Grammar II - Complex and derived constructions**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

GARCIA, S. T. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística). Unesp, Câmpus de São José do Rio Preto, 2010.

FIGUEIREDO, O. E.; FIGUEIREDO, E. B. **Itinerário Gramatical: Gramática do Discurso e Gramática da Língua, Ensino Secundário.** Lisboa: Porto Editora, 2009.

FONSECA, J. Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas. Universidade do Porto,

Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas, série II, vol. 11, 1994, p. 7-64.

FROTA, S. & VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. CASTRO, R. V.; BARBOSA, P (eds.)**Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, , Vol. 1, 533-555, Coimbra: APL, 2000.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. São Paulo: Pontes, 2001.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual**: essays on face-to-face behavior. New York: Anchor Books, 1967.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In COLE, P.; MORGAN, J. (Eds). **Studies in Syntax and Semantics III: Speech Acts**, New York: Academic Press, 1975, p. 183-98.

HANNAY, M.; KROON, C. Acts and the relationship between discourse and grammar. **Functions of Language**,12: 87-124, 2005.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____ Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. In: K. Hengeveld. *Linguistics in Amsterdam* 4, 2011a, p. 1-22.

HIRST, D.; DI CRISTO, A. A survey of intonation systems, In HIRST, D.; DI CRISTO, A. **Intonation Systems: A Survey of Twenty Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1-44, 1998.

KOCH, I. G. V. *et al*. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. **Gramática do português falado**. v. I. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

_____; SILVA, M. C. P. **Linguística Aplicada ao Português**: Sintaxe. São Paulo: Cortez, 2001.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). **Discourse and pragmatics in Functional Grammar**. New York: Mounton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 1985 (p.65-67).

KUSTERS, W. **Linguistic complexity: The influence of social change on verbal inflection**. Utrecht: LOT, 2003.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. Revista *Gragoatá*. Niterói, n. 21, p. 59-72, 2. sem. 2006.

LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G; NOVAES, N.B. "As construções com 'portanto' no português brasileiro e europeu". *Scripta*. Belo Horizonte: PUC-MG, v. 5, n.9, p. 203-18, 2001.

MACKENZIE, L. A adequação psicológica na gênese e no futuro da Gramática Discursivo-Funcional. Revista Guavira Letras - Três Lagoas v.12 n.1 p. 1-195 jan./jul. 2011.

_____" The Contextual Component in a dialogic FDG". For publication in *Pragmatics*. (no prelo).

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. De Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MARTELOTTA, M.E; SILVA, L.R. Gramaticalização de 'então' In*:* MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil:** uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MIRA MATEUS, M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1986.

MORAIS, M. F. A. **Marcadores da estruturação textual: elementos para a descrição do papel dos Marcadores Discursivos no processamento cognitivo do texto**. Tese. Centro de Estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Dezembro 2006.

NESPOR, M. & VOGEL, I. **Prosodic Phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.

NEVES, M. H. M. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. São Paulo: *Alfa*. v. 29, 1985 (p.59-65).

_____. A gramaticalização e a articulação de orações. *Gel*, 1999 V. 28 (p. 46-56).

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

NOVAES, N. B. **Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma 'portanto'**. 198f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2001.

_____Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma 'portanto'. In*:* PEZATTI, E. G. (org). **Pesquisas em gramática funcional: descrição do português.** São Paulo: UNESP, 2009. (p. 327-355)

_____; PEZATTI, E. G. ; SPOSITO, C. C. As orações causais. In PEZATTI, E. G. (Org.). **Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional**. (inédito)

OLIVEIRA, M. C. P. **A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos - estudo de caso: a coordenação conclusiva na estruturação de textos argumentativos de jovens em idade escolar**. 330f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Porto, Porto, 2011.

PEZATTI, E. G. O advérbio "então" já se gramaticalizou como conjunção? *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada,* São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-95, 2001.

_____, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs). **Gramática do português falado v 8**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 185-225.

_____, E. G. **A ordem das palavras no português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

RISSO, M. S. O articulador discursivo "então". In: CASTILHO, A. T. e BASÍLIO, M. **Gramática do português falado**. vol. IV. São Paulo: FAPESP/ Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____ M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C.C. A; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. V. 1. Construção do texto falado. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. (p. 427-496)

ROCHA LIMA, C. H. **Teoria da análise sintática**. Rio de Janeiro: Tupy, 1956.

SANTANA, L. **Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursivo-funcional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SARDINHA, L.; OLIVEIRA, L. **Gramática Formativa do Português.** Porto: Didáctica Editora, 2010.

SELKIRK, E. **Phonology and Syntax**: The Relation between Sound and Structure. Cambridge: MIT Press, 1984.

SILVA, M. C. F. Pausa em textos orais espontâneos e em textos falados. *Linguagem em (Dis)curso,* Tubarão, v. 3, n. 1, p. 109-133, jul./dez. 2002.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Teoria da relevência**. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-268, 2005.

STASSI-SÉ, J. C. **Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional**. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística). UNESP, Câmpus de São José do Rio Preto, 2012.

SELLA, A. F.; VARGAS JÚNIOR, H. H. A. Uma avaliação das conjunções no livro didático de língua portuguesa direcionado ao ensino médio. **Anais do 6º Encontro Celsul - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**, 2004.

SWEETSER, E. **From etimology to pragmatics.** Cambridge: University Press, 1991.

TENANI, L. E. **Domínios prosódicos no Português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos**. 317f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

ZENONE, A. Consecution sans contradiction: “donc”, “par consequent”, “alors”, “ainsi”, “aussi”. Cahiers de Linguistique Française, 5, 189-214, 1983.

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 30 de outubro de 2014

NORMA BARBOSA NOVAES MARQUES